

**Um Museu a céu aberto:
O Patrimônio Cultural de Juazeiro do Norte como vetor de
Desenvolvimento Regional Sustentável**

Regivania Rodrigues de Almeida



Acervo: Centro de Cultura Popular Mestre Noza.
Foto: Samuel Macedo (2021).



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL

REGIVANIA RODRIGUES DE ALMEIDA

**UM MUSEU A CÉU ABERTO:
O PATRIMÔNIO CULTURAL DE JUAZEIRO DO NORTE-CEARÁ COMO
VETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Crato/CE
Fevereiro – 2023

REGIVANIA RODRIGUES DE ALMEIDA

**UM MUSEU A CÉU ABERTO:
O PATRIMÔNIO CULTURAL DE JUAZEIRO DO NORTE-CEARÁ COMO
VETOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de Concentração: Ciências Ambientais.
Linha de Pesquisa: Saúde, Estado e Sociedade.
Sublinha de Pesquisa: Geodiversidade, Patrimônio e Sustentabilidade.

Orientador: Marcelo Martins de Moura Fé
Coorientadora: Mônica Virna de Aguiar Pinheiro

Crato/CE
Fevereiro – 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
Universidade Federal do Cariri.
Sistema de Bibliotecas.

- A447m Almeida, Regivania Rodrigues de.
Um museu a céu aberto : o patrimônio cultural de Juazeiro do Norte- Ceará como vetor de desenvolvimento regional sustentável / Regivania Rodrigues de Almeida. – 2023.
128 f.: il. color.30 cm.
- Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Cariri, Programa de Pós- graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), Crato, 2023.
- Orientação: Prof. Dr. Marcelo Martins de Moura Fé.
Coorientação: Profa. Dra. Mônica Virna de Aguiar Pinheiro.
1. Cultura. 2. Patrimônio cultural. 3. Desenvolvimento Regional Sustentável. 4. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. I. Título.

CDD 306

REGIVANIA RODRIGUES DE ALMEIDA

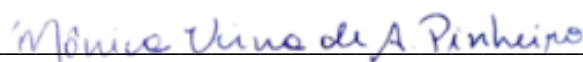
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Aprovada em: 24 / 02 / 2023.

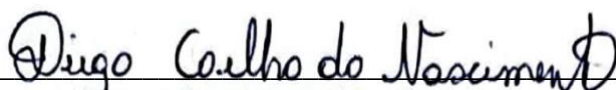
BANCA EXAMINADORA



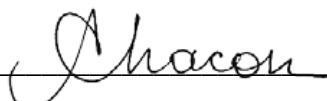
Prof. Dr. **Marcelo Martins de Moura Fé**
Orientador. Presidente da Banca Examinadora
Universidade Regional do Cariri (URCA)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)



Prof^ª. Dr^ª. **Mônica Virna de Aguiar Pinheiro**
Coorientadora. Membro Externo.
Secretaria de Educação do Estado do Ceará - Seduc (Crede 19)



Prof. Dr. **Diego Coelho do Nascimento**
Membro Interno.
Universidade Federal do Cariri (UFCA)



Prof^ª. Dr^ª. **Suely Salgueiro Chacon**
Membro Externo.
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico esse trabalho a George, meu encontro de alma, e a todas e todos os artífices e artistas da tradição popular de Juazeiro do Norte, que com imaginação e simplicidade, deixam a vida mais colorida, alumiosa e bonita, pra ser vivida.

AGRADECIMENTOS

Ouvi certa vez, numa palestra com Ailton Krenak, que “a humanidade não pode abrir mão do sonho para se dedicar somente ao que é útil”, no sentido mais literal da palavra. Ao pensar sobre isso, muitas vezes, refleti sobre as utilidades e os sonhos que me permiti experimentar na construção desse trabalho, que me trouxe tantas memórias e aflições. Mas, que sem dúvidas, me permitiu movimento, escolhas e desconstruções necessárias. Para mim, tudo isso é deveras essencial para a finalização de uma etapa, que para além de uma formação acadêmica e profissional, é também simbólica e atravessada por significados. Falar sobre isso é trazer a dimensão do sentimento de gratidão.

Inicialmente, quero agradecer a todas as forças do Universo e aos Encantados do Kariri que me chegaram, para superar as adversidades que se apresentaram durante esse período.

Agradecer ao padre Cícero Romão Batista e a beata Maria de Araújo, por toda a dedicação e enfrentamentos que vivenciaram, para que o Juazeiro pudesse ser essa geografia humana do Nordeste, ensolarada e acolhedora, que inspirou esse e tantos outros trabalhos.

À todas as romeiras, romeiros e artistas populares que respeitadamente ocuparam esse lugar e fizeram dele uma cidade-oficina, muita gratidão.

Agradeço imensamente aos meus pais, José Freire e Neide Rodrigues, por toda a inspiração de vida e apoio incondicional às minhas buscas, não somente nesta etapa, mas em toda a minha trajetória.

Quero agradecer ao meu esposo, George Belisário, por toda a companhia e cumplicidade, ao se fazer tão presente em minha ausência, e principalmente por me auxiliar a enxergar o que de melhor há em mim. Obrigada por acolher as minhas escolhas e realizá-las junto a mim.

Aos meus filhos Pedro e Bibiana, pela paciência, sensibilidade e sorrisos tão acalentadores, quando o frio das preocupações e angústias me ocuparam. Por toda a compreensão, quando eu não pude estar em momentos importantes e vocês se fizeram sempre presentes e amorosos.

Às minhas irmãs, Regilane e Thailyta, pelas presenças afetuosas, incentivadoras e essenciais em minha vida. Muita gratidão pelos auxílios e por me estimularem a seguir sempre, mesmo quando os caminhos são tortos e distantes.

Agradeço especialmente ao professor Dr. Marcelo Moura Fé, meu orientador, por incentivar e acreditar em meu desenvolvimento acadêmico e profissional, pelas leituras criteriosas dos textos e por suas observações e sugestões, tão precisas, para me fazerem enxergar cada dia, um pouco mais à frente.

À professora Dr^a. Mônica Pinheiro, minha Coorientadora, agradeço por aceitar seguir nessa caminhada, colaborando para o melhoramento desse trabalho, de forma tão atenciosa e carinhosa.

Agradeço aos professores do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER) da UFCA, pelos ensinamentos compartilhados e em especial às professoras Dr^a. Ana Célia Meireles e Dr^a. Gorethe Lima, pelo acolhimento e sensibilidade na condução da disciplina de Recursos Hídricos.

À Coordenação do Proder pela receptividade e à Secretaria, pela atenção com que sempre acolheu minhas dúvidas, auxiliando nas resoluções e encaminhamentos. Agradeço especialmente ao servidor Rafael Noronha, por todo o apoio e gentileza nos encaminhamentos técnicos para a defesa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pelo financiamento da bolsa de estudos, que muito contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço à Wal, minha companheira de turma, pela parceria e amizade, pelas partilhas e encorajamentos constantes.

Agradeço também aos meus colegas do Núcleo de Estudos Integrados em Geomorfologia, Geodiversidade e Patrimônio (NIGEP), pelo apoio e experiências compartilhadas nesse período. Em especial, agradeço a Renata Macedo e Emanuel Pinheiro, por toda a atenção em compartilhar materiais e sugestões, que muito me auxiliaram nos encaminhamentos institucionais durante a pesquisa.

Ao Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS), agradeço pela cessão das bases cartográficas para elaboração dos mapas.

Agradeço a Renato Dantas por todo o zelo que tem tido ao longo da vida, com a história e os acervos sobre Juazeiro do Norte. Obrigada por toda a escuta, pelas orientações e conversas, me auxiliando a enxergar os “Joaseiros” que mesmo invisibilizados, teimam em existir com tanta potência e visceralidade.

Agradeço também a Roberto Júnior, pelas conversas e compartilhamentos de acervos, auxiliando a sanar dúvidas e encontrar caminhos para as reflexões pretendidas.

Aos meus colegas de turma, agradeço os momentos compartilhados e dificuldades superadas, em meio às aulas virtuais, no contexto de uma pandemia.

Agradeço também especialmente, à professora Dr^a. Suely Chacon, professora Dr^a. Vitória Régia Arrais e o professor Dr. Diego Coelho, pelo aceite em compor as bancas examinadoras (Qualificação e Defesa) e por toda a contribuição para o melhoramento desse trabalho.

Por fim, a todas e a todos, a minha enorme gratidão por tudo!

Estar no mundo
sem fazer história,
sem por ela ser feito,
sem fazer cultura,
sem tratar sua própria
presença no mundo,
sem sonhar, sem cantar,
sem musicar, sem pintar,
sem cuidar da terra, das águas,
sem usar as mãos,
sem esculpir, sem filosofar,
sem pontos de vista sobre o mundo,
sem fazer ciência ou teologia,
sem assombro em face do mistério,
sem aprender, sem ensinar
sem ideias de formação,
sem politizar,
não é POSSÍVEL.

Paulo Freire.

RESUMO

Juazeiro do Norte é uma das cidades mais importantes do interior do estado do Ceará e um centro polarizador, não somente da Região Metropolitana do Cariri (RMCariri), mas também, da região sul cearense e estados circunvizinhos do Nordeste. Com as migrações no final do século XIX e o surgimento das oficinas artesanais, no início do século XX, a cidade iniciou um processo de crescimento comercial, abrindo caminho para o desenvolvimento regional. Com pessoas vindas de várias localidades, o lugar tornou-se um grande mosaico representativo e simbólico, criando um cotidiano rico em experiências, expresso em culturas, que se manifestam através da arte, saberes, fazeres, celebrações, tradições populares etc., e que ao longo do tempo formaram um importante patrimônio cultural. Nesse contexto, o objetivo principal da pesquisa foi analisar os saberes produzidos na cidade de Juazeiro do Norte, que fazem referência às identidades e às memórias dos grupos formadores da cidade, para pensar e propor o patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento regional sustentável. Diante disso, o problema da pesquisa se estruturou sobre a preservação do patrimônio cultural e sua contribuição para o desenvolvimento regional sustentável, envolvido no debate sobre a cultura como dimensão da sustentabilidade e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como importante instrumento de política local na governança global, em favor do desenvolvimento local. Metodologicamente, a partir do referencial teórico centrado na cultura, patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável, a pesquisa qualitativa desenvolveu-se em etapas de levantamento bibliográfico e documental; campo e análises integradas. Os resultados proporcionaram compreender o contexto histórico-social das oficinas artesanais em Juazeiro do Norte, correlacionadas à constituição de um diversificado patrimônio cultural da cidade, bem como, perceber que os saberes produzidos, potencializam o patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento regional sustentável, considerando a capacidade criadora que os agentes possuem a partir de seus saberes e expressões culturais.

Palavras-chave: Cultura. Patrimônio Cultural. Desenvolvimento Regional Sustentável. ODS.

ABSTRACT

Juazeiro do Norte is one of the most important cities in the interior of the state of Ceará and a polarizing center, not only in the Metropolitan Region of Cariri (RMCariri), but also in the southern region of *Ceará* and surrounding states in the Northeast. With the migrations at the end of the 19th century and the emergence of craft workshops at the beginning of the 20th century, the city began a process of commercial growth, paving the way for regional development. With people coming from various locations, the place has become a large representative and symbolic mosaic, creating a daily life rich in experiences, expressed in cultures, which are manifested through art, knowledge, practices, celebrations, popular traditions, etc., and which over time they formed an important cultural heritage. In this context, the main objective of the research was to analyze the knowledge produced in the city of *Juazeiro do Norte*, which refer to the identities and memories of the groups that formed the city, in order to think and propose cultural heritage as a vector of sustainable regional development. In view of this, the research problem was structured on the preservation of cultural heritage and its contribution to sustainable regional development, involved in the debate on culture as a dimension of sustainability and the Sustainable Development Goals (SDGs), as an important instrument of local policy in global governance in favor of local development. Methodologically, from the theoretical framework centered on culture, cultural heritage and sustainable development, the qualitative research was developed in stages of bibliographical and documental survey; field and integrated analytics. The results provided an understanding of the historical-social context of the craft workshops in *Juazeiro do Norte*, correlated with the constitution of a diversified cultural heritage of the city, as well as realizing that the knowledge produced enhances the cultural heritage as a vector of sustainable regional development, considering the creative capacity that agents have from their knowledge and cultural expressions.

Keywords: Culture. Cultural heritage. Sustainable Regional Development. ODS.

LISTA DE FIGURAS

Artigo 1

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo	28
Figura 2: Exemplos de oficinas instaladas no centro da cidade	38
Figura 3: Expansão da feira livre a partir da década de 1920.....	38
Figura 4: Mapa Geohistórico da área de estudo	40

Artigo 2

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo	54
Figura 2: Clichês e xilogravura	56
Figura 3: Centro de Cultura Popular Mestre Noza	62
Figura 4: Obras produzidas na Lira Nordestina.....	65
Figura 5: Mapa dos Saberes em Juazeiro do Norte	69

Artigo 3

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo	84
Figura 2: Infográfico abordando o Patrimônio cultural e os ODS	92/93
Figura 3: Patrimônio e trilhas urbanas em Juazeiro do Norte	98
Figura 4: Bens culturais da cidade de Juazeiro do Norte	99

LISTA DE QUADROS

Apresentação da Dissertação

Quadro 1: Estrutura geral da Dissertação	20
--	----

Artigo 1

Quadro 1: Crescimento demográfico 1875–1960.....	34
Quadro 2: Tipologias da produção artesanal	35
Quadro 3: Caracterização do povoado de Juazeiro em 1872 e 1909.....	37

Artigo 2

Quadro 1: Distribuição dos agentes por bairro, gênero e tipologia em Juazeiro do Norte	67
Quadro 2: Distribuição dos Agentes na RMCariri	68

Artigo 3

Quadro 1: Exemplos de roteiros para a construção de trilhas urbanas	96
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AFRICACULT – Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na África
- AAJN – Associação dos Artesãos de Juazeiro do Norte
- BDTD-IBICT – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCPMN – Centro de Cultura Popular Mestre Noza
- CGLU – Cidades y Gobiernos Locales Unidos
- CRAJUBAR – Crato, Juazeiro e Barbalha
- EDS – Educação para o Desenvolvimento Sustentável
- FNP – Frente Nacional de Prefeitos
- FUNARTE – Fundação Nacional das Artes
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INF – Instituto Nacional do Folclore
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MONDIACULT – Conferência Mundial da Unesco de Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável
- ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- PRODER – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável.
- RMCari – Região Metropolitana do Cariari
- SPAHN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- UFCA – Universidade Federal do Cariari.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- URCA – Universidade Regional do Cariari

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
ARTIGO 1 – A CIDADE-OFICINA: O PATRIMÔNIO CULTURAL DE JUAZEIRO DO NORTE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.....	24
1. INTRODUÇÃO	25
2. MATERIAIS E MÉTODOS	26
2.1 Roteiro teórico-metodológico.....	26
2.2 Área de Estudo	27
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
3.1 Do que lembramos e do que esquecemos: patrimônio, memória e identidade	29
3.2 Fé e trabalho: o surgimento das oficinas artesanais	32
3.3 Um quintal de ofícios: a atividade artesanal e o desenvolvimento regional	36
4. CONCLUSÕES.....	41
AGRADECIMENTOS	42
REFERÊNCIAS.....	42
ARTIGO 2 – UMA CARTOGRAFIA DOS SABERES: PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM JUAZEIRO DO NORTE, REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI-CEARÁ.....	49
1. INTRODUÇÃO	50
2. MATERIAIS E MÉTODOS	52
2.1 Roteiro teórico-metodológico.....	52
2.2 Área de Estudo	53
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	54
3.1 Modos de saber-fazer: uma fábrica de versos e uma galeria-oficina.....	54
3.2 As capacidades criativas: os agentes, seus saberes e as formas de organização	59
3.3 Por um desenvolvimento sustentável: uma cartografia dos saberes.....	66
4. CONCLUSÕES.....	71
AGRADECIMENTOS	72
REFERÊNCIAS.....	72

ARTIGO 3 – POR UMA CIDADANIA CONSCIENTE E SUSTENTÁVEL: PATRIMÔNIO NAS TRILHAS URBANAS DE JUAZEIRO DO NORTE (RMCARIRI, CEARÁ).....	79
1. INTRODUÇÃO	79
2. MATERIAIS E MÉTODOS	81
2.1 Roteiro teórico-metodológico.....	81
2.2 Área de Estudo	83
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	84
3.1 Patrimônio, ação educativa e sustentabilidade: preservar o quê e para quem? 	84
3.2 Que futuro queremos? Educação para a cidadania, para o desenvolvimento sustentável e os ODS	88
3.3 O patrimônio cultural e a cidade: trilhas urbanas em Juazeiro do Norte....	94
4. CONCLUSÕES.....	99
AGRADECIMENTOS	101
REFERÊNCIAS.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
ANEXOS.....	110
Anexo A.....	111
Anexo B.....	128

APRESENTAÇÃO

É através da cultura que a humanidade manifesta sua visão de mundo e interação com o ambiente que habita, e com os demais seres. A cultura está diretamente ligada à produção de pensamentos, conhecimentos e comportamentos, produzindo valores essenciais para o desenvolvimento das sociedades. Nesse sentido, Brazil e Miranda (2007, p.09) apontam que é preciso promover contato com o há de mais humano nos indivíduos, para compreensão da humanidade, indicando ainda, que “o que fertiliza este humano são suas memórias, seus lugares, suas trocas, suas tradições, sua veia social, sua maneira de enredar os próprios sentidos de sua existência”.

Reflexões acerca de temáticas como cultura, memória e identidades têm ocupado espaços de destaque no final do século XX, assim como o debate em torno do desenvolvimento sustentável, provocando a colaboração entre as diversas áreas do conhecimento, para se pensar em condições ambientais e melhorias da qualidade de vida, no presente e no futuro, garantindo que as gerações vindouras possam satisfazer suas necessidades (BRUDTLAND, 1987).

Compreendendo pelo menos oito dimensões da sustentabilidade (econômica, social, ambiental, cultural, ecológica, espacial, política nacional e política internacional), Sachs (2002), aponta que a observância das práticas ancestrais é o início para a reinvenção de modelos de desenvolvimento. Considerando a cultura como uma das dimensões da sustentabilidade, o autor enfatiza que para alcançá-la é necessário valorizar as pessoas, seus costumes e seus saberes, estabelecendo uma visão holística da sociedade, colocando-se além da gestão dos recursos naturais, em busca de transformar o atual modelo de civilização.

Dessa forma, a dimensão cultural é parte fundamental do processo de desenvolvimento. A cultura está na dimensão econômica, mas não pode ser reduzida a um instrumento para o crescimento econômico. Na dimensão social, não deve ser simplificada para fornecer coesão social. Na dimensão ambiental, não pode ser somente uma ferramenta para aumentar a conscientização sobre a responsabilidade ambiental. A cultura é muito mais do que um instrumento (FURTADO, 1984; PASCUAL, 2012).

A década de 1970, legou ao mundo importantes reflexões e diretrizes para pensar as relações entre natureza e cultura. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972, produziu um documento que ficou conhecido como Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo, chamando atenção para a ausência de medidas comuns para a preservação e melhoria do

meio ambiente. Ainda nesse momento, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), aprovou a Recomendação de Paris | Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972), um documento cuja proposição versa sobre a proteção de bens culturais em âmbito nacional e internacional, promovendo a preservação consciente para as gerações atuais e futuras.

Esses documentos oferecem reflexões e propõem um acordo de condutas e procedimentos, que podem considerar a melhoria do ambiente, possibilitando uma melhor qualidade de vida, agora e no futuro. Percebe-se assim, as possibilidades que se abrem para articular o patrimônio cultural e o desenvolvimento sustentável, como temáticas que aliam conhecimentos e conceitos, para pensar e propor relações e mecanismos para a preservação do ambiente e identidades culturais.

As capacidades criativas dos agentes sociais abrem possibilidades para articular cultura e desenvolvimento, criando um ambiente onde as mudanças são induzidas e conduzidas por esses mesmos agentes, a partir das ideias e valores que os motivam. Nesse sentido, a dimensão cultural é parte fundamental do processo de desenvolvimento (FURTADO, 1984).

Nesse contexto, o problema da pesquisa se estruturou sobre a preservação do patrimônio cultural e sua contribuição para o desenvolvimento regional sustentável, enredada no debate sobre a cultura como dimensão da sustentabilidade e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como importante elemento de política local na governança global, em favor do desenvolvimento.

A Agenda 2030 e os ODS, são importantes referências para a comunidade internacional, bem como para os agentes culturais de diferentes níveis territoriais. Os objetivos apresentados na Declaração do Milênio e na Agenda 2030, são representativos dos problemas que vários agentes e setores já vinham indicando urgência na solução. Assinada no ano 2000, a Declaração do Milênio e os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), compuseram um dos principais esforços internacionais, nas últimas décadas, em defesa e promoção de políticas sociais, focado no desenvolvimento humano e extrema pobreza, com proposta de serem alcançados até 2015. Considerando os desafios não alcançados nos ODM, a Agenda 2030 e os 17 ODS, e suas 169 metas, se propõem a construir um mundo mais sustentável e resiliente para todos, até 2030 (JANNUZZI; CARLO, 2018; DUARTE-FEITOZA, 2020; MARTINELL, 2020; LIMA JÚNIOR *et al.*, 2021; LUDERER, 2021).

Pensando o patrimônio cultural como uma seleção consciente que um determinado grupo social realiza para comunicar suas identidades e seus valores às próximas gerações (SILVA, 2000), percebe-se a importância da preservação, como ação necessária para que esses bens possam também ser usufruídos no futuro. O documento O Nosso Futuro Comum, que ficou conhecido como Relatório de Brundtland, tornou público que "Desenvolvimento Sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem pôr em causa a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas necessidades" (BRUDTLAND, 1987, p. 01).

Assim, vê-se que o conceito de desenvolvimento sustentável dialoga diretamente com as questões de usufruto e preservação do patrimônio cultural. Nesse contexto, o objeto da pesquisa consistiu na relação entre patrimônio cultural e desenvolvimento regional sustentável no município de Juazeiro do Norte/Ceará, cujo estudo considerou duas organizações associativas: Associação de Arte e Cultura Mestre Noza e a Associação de Cordelistas e Xilógrafos Lira Nordestina. A motivação deu-se em razão da finalidade inicial da pesquisa, que foi compreender como os agentes culturais desenvolvem suas capacidades criativas, adquirem autonomia colaborativa e auto estima, quanto aos seus saberes, e por conseguinte, como promovem equidade e melhor qualidade de vida, no exercício do trabalho e na comunidade em geral.

Nesse entendimento, buscou-se abordar a importância de relacionar o patrimônio cultural e o desenvolvimento sustentável, que na compreensão de Benatti e Silva (2015) são dispositivos fundamentais para preservação e manutenção da memória e qualidade de vida. Diante disso, o objetivo central da pesquisa foi analisar os saberes produzidos na cidade de Juazeiro do Norte, que fazem referência às identidades e às memórias dos grupos formadores da cidade, para pensar e propor o patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento regional sustentável.

Para alcançar esse propósito, buscou-se de forma específica: I–Apresentar os conceitos de patrimônio, identidade e memória, contextualizando o surgimento das oficinas artesanais em Juazeiro do Norte, correlacionadas à constituição de um diversificado patrimônio cultural; II– conhecer os agentes, os saberes produzidos e suas formas de organização, identificando através de mapeamento, a dimensão espacial do patrimônio cultural de Juazeiro do Norte; e III–produzir reflexões que possam contribuir para construção de ações de valorização e preservação do patrimônio cultural na cidade de Juazeiro do Norte, correlacionando educação patrimonial, cidadania e desenvolvimento sustentável e os ODS.

A pesquisa foi constituída de um estudo de abordagem qualitativa, compondo-se de uma revisão de literatura e pesquisa documental e de campo, realizada durante o ano de 2022, com as coletas de campo feitas durante os meses de novembro e dezembro, do mesmo ano.

Importante apontar que a dissertação foi estruturada no formato de 3 (três) artigos científicos, os quais estão diretamente e respectivamente, relacionados aos objetivos específicos apresentados, configurando-se em metodologias e análises específicas, seguindo o escopo geral proposto pelo trabalho, conforme se apresenta no **Quadro 1**.

Quadro 1: Estrutura geral da Dissertação

ARTIGO	TÍTULO	METODOLOGIA
1	A Cidade-oficina: o patrimônio cultural de Juazeiro do Norte e o desenvolvimento regional sustentável	<p>O roteiro metodológico foi de abordagem qualitativa, com embasamento teórico centrado nos conceitos de patrimônio, identidade e memória, constituindo-se de uma revisão de literatura e pesquisa documental.</p> <p>A estrutura conceitual e o referencial teórico-metodológico utilizados foram problematizados a partir da concepção de cultura como fundamento da identidade local e dinamizadora de integração regional, abordando o contexto das oficinas artesanais e o desenvolvimento dos saberes em Juazeiro do Norte, cuja análise dos dados foi feita de forma integrada.</p>
2	Uma cartografia dos saberes: patrimônio e desenvolvimento sustentável em Juazeiro do Norte, Região Metropolitana do Cariri-CE	<p>O roteiro metodológico foi de abordagem qualitativa, com embasamento teórico centrado nos conceitos de cultura, patrimônio e desenvolvimento sustentável, constituindo-se de uma revisão de literatura e pesquisa documental e de campo, seguidas de uma análise integrada dos dados, relacionando a cultura aos ODS.</p> <p>O levantamento cartográfico buscou espacializar os saberes produzidos e suas tipologias, contribuindo também, para a discussão e análises associadas.</p>
3	Por uma cidadania consciente e sustentável: patrimônio nas trilhas urbanas de Juazeiro do Norte (RMCariri, Ceará)	<p>O roteiro metodológico foi de abordagem qualitativa, fundamentada nos conceitos de patrimônio e educação patrimonial, cidadania e desenvolvimento sustentável, relacionando patrimônio e os ODS, compondo-se de uma revisão de literatura e pesquisa documental e de</p>

ARTIGO	TÍTULO	METODOLOGIA
		<p>campo, seguidas de uma análise integrada dos dados.</p> <p>A estrutura conceitual e o referencial teórico-metodológico utilizados foram problematizados a partir das concepções de patrimônio e ação educativa, abordando o contexto da educação para a cidadania e para o desenvolvimento sustentável. O levantamento cartográfico buscou espacializar a proposta de abordagem do patrimônio cultural em trilhas urbanas em Juazeiro do Norte, constituído a partir dos dados de campo.</p>

Elaboração: Autora (2023).

Para a expansão de uma cidadania global ativa com capacidade de gerar impacto social e político, o passado assume uma grande importância para o desenvolvimento humano, numa abordagem a partir do patrimônio cultural (REVERT, 2019).

É nesse contexto que este trabalho apresenta-se como uma ação estratégica para a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, que são premissas para a construção de políticas de desenvolvimento sustentável de qualquer localidade. O patrimônio é uma comunicação de uma geração à outra, sobre seus valores e heranças construídas, relacionadas ao passado, mas que se conectam ao futuro, pelo ato de transmitir, assegurando às futuras gerações o direito constitucional, à memória e à cultura (CÂNDIDO, 2009; SILVA, 2009; VARINE, 2012, UNESCO, 2015).

REFERÊNCIAS

BENATTI, Camila; SILVA, Rafael Teixeira da. Patrimônio Cultural: Desafios para o desenvolvimento sustentável. Número Especial da **Revista Estudos Geográficos** – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 13(0): 178- 196, jan./jun. 2015.

BRAZIL, Gabriele Cornelli; MIRANDA, Danilo Santos. **Cultura e alimentação: saberes e sabores culturais**. São Paulo: Edições SESC SP, 2007.

BRUDTLAND – **NOSSO FUTURO COMUM**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1987.

CÂNDIDO, M. M. D. Educação patrimonial em variados territórios: relato de uma experiência itinerante. In: CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte (Org.). **Cadernos de Iniciação à Gestão de Museus e Patrimônio Cultural**, Crato: SEBRAE, 2009.

DUARTE-FEITOZA, P. H. Cultura e desenvolvimento: existem resultados e impactos? In: **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, abr.-out. 2020. São Paulo: Itaú Cultural, p. 09-11. ISBN: 2447-7036.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Estudos Brasileiros, v. 80, 1984.

JANNUZZI, Paulo de Martino; CARLO, Sandra de. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. **Bahia anál. dados**, v. 28, n. 2, p.6-27, jul.-dez. 2018.

LIMA JÚNIOR, Carlos Gomes *et al.* “Nosso maior patrimônio é a vida” - Experiências de salvaguarda e desenvolvimento sustentável no Paço do Frevo. [Anais] XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). 27-30 jul. 2021, Salvador/BA.

LUDERER, C. A Agenda 2030 e suas potencialidades para a cultura. In: GAMA, M.; COSTA, P. R. (Org.). **Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura**, p. 193–206. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), 2021.

MARTINELL, A. Cultura e desenvolvimento: uma relação difícil. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, 2020. São Paulo: Itaú Cultural, p. 09-11.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Plano de Trabalho de Cultura para a América Latina e Caribe (2016-2021)**. UNESCO, 2015.

PASCUAL, Jordi. **Rio +20 e a Dimensão Cultural da Sustentabilidade**. Portal da Cultura, 28 fev. 2012.

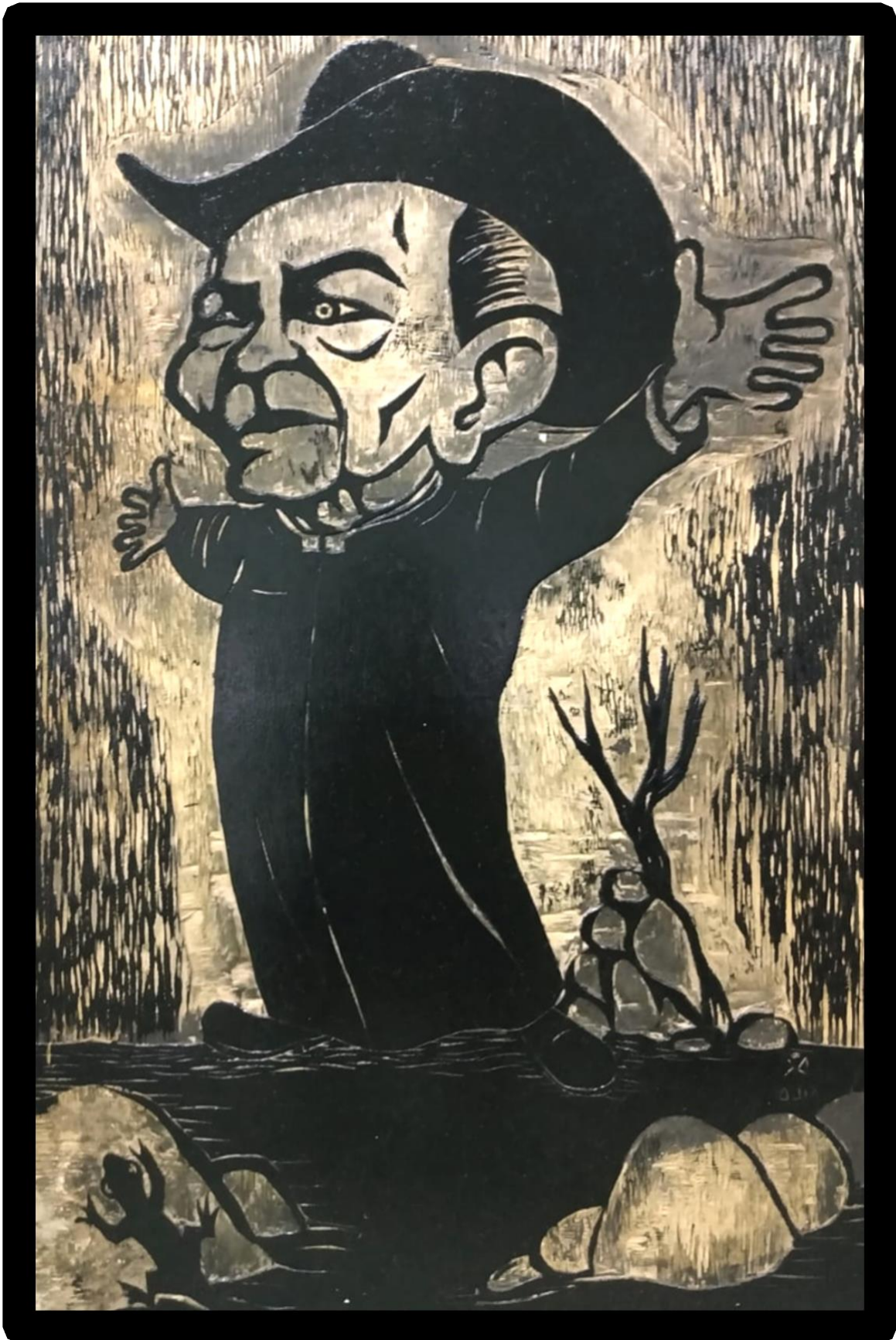
REVERT, Ximo. Building a Global Citizenship from Cultural Heritage. **Quaderns de La Mediterrània**. European Institute of the Mediterranean – IEMed. N. 28-29, 2019. ISSN 1577-9297.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SILVA, Elsa Peralta. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. In: **Antropológicas**. Lisboa, n. 4, p. 217-224, 2000.

VARINE, Hugues de. **O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução: Maria de Lurdes Parreiras Horta. Brasil: Editora Medianez, 2012.

ARTIGO 1



Xilogravura de Cosmo Brás (2022). Foto: Regivania Almeida (2022).

A CIDADE-OFICINA: O PATRIMÔNIO CULTURAL DE JUAZEIRO DO NORTE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

THE CITY-WORKSHOP: *JUAZEIRO DO NORTE* CULTURAL HERITAGE AND SUSTAINABLE REGIONAL DEVELOPMENT

RESUMO

Juazeiro do Norte é uma das cidades mais importantes do interior do estado do Ceará e um centro polarizador da Região Metropolitana do Cariri (RMCariri), região sul cearense e estados circunvizinhos do Nordeste. Os acontecimentos do milagre da hóstia em 1889, envolvendo o padre Cícero e a beata Maria de Araújo, motivaram grandes levas migratórias com destino ao Juazeiro. Com o surgimento da indústria artesanal na primeira metade do século XX, a cidade iniciou um processo de crescimento comercial, abrindo caminho para o desenvolvimento regional. Com pessoas vindas de várias localidades, o lugar tornou-se um grande mosaico representativo e simbólico, criando um cotidiano rico em experiências e expresso em culturas, formando ao longo do tempo, um importante patrimônio cultural. Nessa conjuntura, o objetivo é apresentar os conceitos de patrimônio, identidade e memória, contextualizando o surgimento das oficinas artesanais em Juazeiro do Norte, correlacionadas à constituição de um diversificado patrimônio cultural e ao desenvolvimento regional. O roteiro teórico-metodológico tem uma abordagem qualitativa, centrado nos conceitos de patrimônio, identidade e memória, configurando uma revisão de literatura e pesquisa documental, seguidas de uma análise integrada dos dados, para refletir sobre a constituição do patrimônio cultural, a partir dos saberes desenvolvidos nas oficinas artesanais em Juazeiro do Norte. Ao compreender a cultura, como dimensão da sustentabilidade, busca-se contribuir para que os saberes e fazeres sejam valorizados e preservados como patrimônio, estimulando a comunidade a usufruir dos bens culturais, através do conhecimento e apropriação de seu contexto social, e dessa forma, promover o desenvolvimento regional sustentável.

Palavras-chave: Cultura. Patrimônio Cultural. Saberes. Desenvolvimento Regional Sustentável.

ABSTRACT

Juazeiro do Norte is one of the most important cities in the interior of the state of *Ceará* and a polarizing center of the Metropolitan Region of *Cariri* (RM*Cariri*), the southern region of *Ceará* and surrounding states in the Northeast. The events of the miracle of the host in 1889, involving Father *Cícero* and Blessed *Maria de Araújo*, motivated large waves of migration to *Juazeiro*. With the emergence of the craft industry in the first half of the 20th century, the city began a process of commercial growth, paving the way for regional development. With people coming from various locations, the place has become a large representative and symbolic mosaic, creating a daily life rich in experiences and expressed in cultures, forming, over time, an important cultural heritage. In this context, the objective is to present the concepts of heritage, identity and memory, contextualizing the emergence of craft workshops in *Juazeiro do Norte*, correlated to the constitution of a diversified cultural heritage and regional development. The theoretical-methodological script has a qualitative approach, centered on the concepts of heritage, identity and memory, configuring a literature review and documentary research, followed by an integrated data analysis, to reflect on the constitution of cultural heritage, based on the knowledge developed in craft workshops in *Juazeiro do Norte*. By understanding culture, as a dimension of sustainability, we seek to contribute so that knowledge and practices are valued and preserved as heritage, encouraging the community to enjoy cultural assets, through knowledge and appropriation of their social context, and thus, promote sustainable regional development.

Palavras-chave: Culture. Cultural Heritage. Knowledge. Sustainable Regional Development.

1 INTRODUÇÃO

Considerada como um sistema de símbolos, com significados e sentidos próprios, a cultura define identidades e determina padrões segundo os quais o ser humano deve atuar no meio que o circunda, de forma a integrar-se a esse meio, tornando-se parte dele, compartilhando do mesmo sistema simbólico e transmitindo-o entre as gerações (CHACON; NEVES, 2011; SANTANA; SIMÕES, 2015). Nesse sentido, a cultura passa a ser mais que um substrato da dimensão social da sustentabilidade, colocando-se como um forte eixo de sustentação da vida coletiva, e como tal, pode ser percebida como parte integrante e, ao mesmo tempo, determinante da construção do conceito de sustentabilidade (CHACON; NEVES, 2011).

A “localização cultural” dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS (Agenda 2030) em cada contexto específico; o papel dos conhecimentos tradicionais e das práticas culturais para alcançar as metas estabelecidas; e o reconhecimento das atividades culturais como afirmação da dignidade humana, são três eixos complementares que apontam para a necessidade de continuar promovendo o reconhecimento da cultura nas abordagens do desenvolvimento sustentável (BALTÀ; PASCUAL, 2020, p. 34).

Para de fato alcançar a sustentabilidade, é necessário que haja equilíbrio entre os campos do econômico, ecológico e o social, abordando a cultura como uma das dimensões da sustentabilidade, onde é necessário que haja valorização das pessoas, seus costumes e seus saberes, estabelecendo uma visão holística da sociedade e colocando-se além da gestão dos recursos naturais, em busca de transformar o atual modelo de civilização (SACHS, 2002).

Após os acontecimentos dos fatos extraordinários em 1889, envolvendo o padre Cícero Romão Batista e a beata Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo, o povoado passou a vivenciar outro cotidiano, com as intermitentes levas de pessoas que chegavam à localidade, vindas inicialmente da região do Cariri cearense e, em seguida, de várias partes do Nordeste e do país, alterando a partir de então, a rotina do lugar e dos moradores (ARAÚJO, 2011; BARROS, 2014; CAVA, 2014).

Nas primeiras décadas do século XX, Juazeiro do Norte tornou-se uma cidade-oficina (LOPES, 2014; JUAZEIRO DO NORTE, 2020), onde o cotidiano equalizou sociabilidades, costumes, atividades de produção, práticas e manifestações, criando uma grande diversidade de identidades culturais e memórias, que formaram ao longo das gerações, um importante patrimônio cultural. Nos dias atuais, torna-se relevante considerar a aproximação articulada entre patrimônio cultural e desenvolvimento

sustentável, com vistas a preservar os lugares de memórias, assegurar a qualidade do ambiente e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais, satisfazendo as necessidades do presente e das gerações futuras (BENATTI; SILVA, 2015). Nesse contexto, considerando a cultura como o fundamento da identidade de cada lugar e catalisador dos processos de integração regional (CGLU, 2015), propõe-se refletir de que forma os saberes se constituem como propulsores do desenvolvimento regional sustentável?

Para que se possa preservar um bem cultural, é importante saber não apenas que ele existe, mas sobretudo, compreender as dificuldades que a população local têm para vivenciá-lo, que tipos de problemas os afetam, como acontecem as transmissões de uma geração para outra, que transformações têm ocorrido, quem são as pessoas que hoje atuam diretamente na manutenção desses saberes, fazeres e tradições, entre vários outros aspectos relativos à existência daquele bem cultural (IPHAN, 2012).

Diante disso, o objetivo desse trabalho é apresentar os conceitos de patrimônio, identidade e memória, contextualizando o surgimento das oficinas artesanais em Juazeiro do Norte, correlacionadas à constituição de um diversificado patrimônio cultural, buscando contribuir para que os saberes e fazeres sejam valorizados e preservados como patrimônio, estimulando a comunidade a usufruir dos bens culturais através do conhecimento e apropriação de seu contexto social e, dessa forma, promover o desenvolvimento regional sustentável.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Roteiro teórico-metodológico

O roteiro teórico metodológico para buscar esse objetivo foi de abordagem qualitativa, com embasamento teórico centrado nos conceitos de patrimônio, identidade e memória, constituindo-se de uma revisão de literatura e pesquisa documental, seguidas de uma análise integrada dos dados, contribuindo sobremaneira, para refletir sobre a constituição do patrimônio cultural, a partir dos saberes desenvolvidos nas oficinas artesanais em Juazeiro do Norte, correlacionados ao desenvolvimento regional sustentável, compreendendo a cultura, como dimensão da sustentabilidade.

Nesse sentido, patrimônio foi considerado como conjunto de bens culturais, representativos da história e da cultura de uma sociedade (FARIAS, 2011), que relacionado à memória e à identidade, motivam e estruturam a ação coletiva de um grupo social (ROCHA, 2020). A identidade não pode existir sem a memória, o que caracteriza

desse modo, a definição de patrimônio (CANDAU, 2010). A memória coletiva se constitui em um contexto social diretamente relacionada a um lugar (HALBWACHS, 2006), sendo, portanto, um fator fundamental para a construção da identidade e do sentimento de continuidade e pertença (POLLAK, 1992).

Compreendendo o patrimônio como uma herança que se deseja comunicar ao futuro (SILVA, 2000), e a cultura como expressão da produção de bens simbólicos que definem as identidades (SANTANA; SIMÕES, 2015), constituídas numa relação dialógica com o outro (HALL, 2005), a memória se insere como o reconhecimento e a reconstrução de experiências passadas, numa dimensão atualizada (SANTANA; SIMÕES, 2015).

Realizou-se levantamentos bibliográfico e documental de materiais publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros e capítulos, relacionados e vigentes que tratam das temáticas referentes ao patrimônio cultural, bem como informações e documentos oficiais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e das Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Foram consultados periódicos nas áreas de ciências ambientais, ciências sociais, história e áreas afins, por meio dos descritores presente no título e nas palavras-chave desse artigo, com delimitação temporal para os anos de 2000 a 2021, considerando as importantes contribuições a partir das mudanças ocorridas nos conceitos e temáticas abordadas. As buscas foram feitas nas plataformas Periódicos CAPES, Google Acadêmico, ShiELO, *Web of Science* e o *Research Gate*, além da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-IBICT) que também foi consultada. A busca foi realizada no período de março e abril de 2022, utilizando os operadores “and” e “or”, a fim de considerar as temáticas abordadas de forma individual, bem como associadas.

A estrutura conceitual e o referencial teórico-metodológico utilizados foram problematizados a partir da concepção de cultura como fundamento da identidade local e dinamizadora de integração regional, abordando o contexto das oficinas artesanais e o desenvolvimento dos saberes em Juazeiro do Norte, cuja análise dos dados foi feita de forma integrada.

2.2 Área de Estudo

A Região Metropolitana do Cariri (RMCariri) está localizada na região sul do Ceará, no Cariri cearense. Foi instituída pela Lei Complementar nº 78/2009, sendo composta pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, que formam o núcleo

urbano conhecido como CRAJUBAR, com elevado potencial de desenvolvimento econômico, além de Carriáçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, com o objetivo maior de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (CEARÁ, 2009).

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo



Elaboração: Marcelo Moura Fé (2021). **Fonte:** IBGE (2018); IPECE (2019).

Com uma área territorial de 258,788 km² (IBGE, 2021), tem estimativa populacional em 2021 de 278.264 (IBGE, 2021), sendo o município com maior densidade demográfica da RMCari e o terceiro do Ceará. Possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,694 (IBGE, 2010) e renda *per capita* de R\$17.354,57 (IBGE, 2020), e em 2020, foi o 11º município com maiores investimentos públicos no Nordeste (FNP, 2020).

A cidade dispõe de diversidade no mercado, como a presença de centros comerciais e shoppings, área médica especializada, distintas oportunidades na construção civil, a consolidação de polos gastronômicos e educacionais, com inúmeras instituições de ensino superior, públicas e privadas. Possui ainda um aeroporto regional de grande influência para outras cidades, estados e rodovias, o que tornam o município polarizador não apenas quando se analisam as cidades que compõem a RMCari, mas toda a região

sul cearense e alcançando ainda, os estados da Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte (JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Do que lembramos e do que esquecemos: patrimônio, memória e identidade

Em suas diversas manifestações, desde os monumentos históricos, museus, práticas tradicionais e formas de artes contemporâneas, a cultura enriquece a vida cotidiana de inúmeras formas. O patrimônio, por sua vez, é uma fonte de identidade e coesão para as comunidades que são afetadas por mudanças e instabilidades econômicas. Tanto o patrimônio como a criatividade, constituem as bases de uma sociedade do conhecimento vibrante, inovadora e próspera (UNESCO, 2021).

Para pensar o patrimônio como herança de uma seleção consciente (SILVA, 2000), torna-se importante apresentar uma concepção de cultura, pensada como todas as identidades, técnicas, modos de vida e relação entre os grupos, aquilo que constitui a sociedade humana (BURNS, 2002) e que abrange as heranças de bens, processos técnicos, hábitos e valores, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais a humanidade se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida (GEERTZ, 2008; MALINOWSKI, 2009). Da ideia original como propriedade de um indivíduo ou família, vindo do latim *patrimonium*, entendido como herança, bens de família herdado dos ascendentes, a noção de patrimônio cultural é historicamente constituída e ainda tem se transformado no tempo (CHOAY, 2006; CHUVA, 2012; NUNEZ, 2016).

Para Choay (2006), avançou-se do discurso patrimonial associado às grandes construções e monumentos artísticos do passado para um pensamento referente às identidades coletivas de um povo, de forma a considerar o patrimônio como o conjunto de bens culturais. Numa perspectiva antropológica, buscou-se a partir de então, realizar estudos a partir da existência dos grupos humanos, de modo a contemplar os atores sociais e seus ambientes, nos quais se expressa a atividade humana, passando-se a valorizar as línguas, as crenças, os valores, as relações sociais, os ritos e os comportamentos, percebidos como referências culturais que necessitavam de instrumentos para salvaguarda (CHOAY, 2006).

Nesse sentido, de um discurso que configurava o conceito de patrimônio restrito somente aos bens materiais, passou-se a considerar os valores simbólicos agregados ao bem cultural, evocando não apenas sua história, mas também sua memória para seus

descendentes. Essa compreensão abriu novas possibilidades de interpretação do patrimônio histórico, reconhecendo a diversidade da existência humana e a inseparabilidade entre os grupos sociais e o meio ambiente (SANTANA, SIMÕES, 2015). O Decreto nº. 25 de 1937 estabeleceu como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (IPHAN, 2021, p. 02). Já o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, aponta como Patrimônio Cultural brasileiro:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, s/p.).

Vê-se, dessa forma, que a Constituição expandiu o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto, substituindo a nomenclatura “Patrimônio Histórico e Artístico” por “Patrimônio Cultural Brasileiro”. Essa alteração agregou o conceito de referência cultural e a definição dos bens aptos ao reconhecimento, principalmente os de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto, mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública (IPHAN, 2021).

Ao abordar o conceito de patrimônio como herança coletiva, pode-se dizer que trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural, que confere a um grupo um sentimento coletivo de identidade (PRATS, 1998). Nesse sentido, por patrimônio cultural entende-se tudo aquilo que socialmente se considera merecedor de conservação independentemente de sua função utilitária, envolvendo também o que habitualmente se identifica como patrimônio natural, uma vez que refere-se aos elementos e conjuntos naturais culturalmente selecionados (PRATS, 1998).

Diante disso, convém ressaltar que a cultura produz bens simbólicos que constituem as identidades e configura-se como sistema de representações capaz de produzir as identificações dos sujeitos com o meio no qual estão inseridos (SANTANA, SIMÕES, 2015). Dessa forma, patrimônio e memória se interrelacionam ao referenciar

os conhecimentos que conferem aos grupos sociais, sentimento de pertença a uma determinada cultura ou grupo social. Nesse contexto, a memória confere continuidade histórica e contribui para manutenção e coesão dos grupos, favorecendo a criação de identidades entre seus membros (HALBWACHS, 2006; SANTANA, SIMÕES, 2015; CANDAU, 2016; RODRIGUES, 2017).

Nesse sentido, considera-se a memória como uma construção social do passado realizada no presente, produzida a partir das relações constituídas entre indivíduos e grupos (POLLAK, 1992; HALBWACHS, 2006), e a identidade como fonte de significado e experiência de um povo, numa construção social marcada pela relação dialógica com o outro (CASTELLS, 2010; ROCHA, 2020). Um grupo social toma consciência de sua identidade através do tempo, quando considera situações que envolvem seu passado (HALBWACHS, 2006).

Importante realçar que memória e identidade se reforçam mutuamente na construção e manutenção das identidades socio/culturais, sendo esta o resultado dos esforços de um grupo ao longo do tempo, na construção da memória (HALBWACHS, 2006; CANDAU, 2016). Para Silva Júnior e Tavares (2018), a relação entre memória e identidade acontece à medida em que a identidade se assenta como patrimônio de significado, criando memória e um discurso que respalde a noção de pertencimento. O sentimento de pertença associa-se ao conceito de patrimônio cultural, constituindo vínculos de continuidade e afirmação da identidade, a partir da transmissão de saberes e fazeres. “O sentimento de pertencimento e permanência é o pressuposto básico para a construção da identidade”. Por sua vez, ao possibilitar aos sujeitos sociais o conhecimento de suas origens, o patrimônio torna-se também uma representação da memória, vinculando esses sujeitos a experiências individuais e coletivas, que caracterizam uma trajetória de vida (SANTANA; SIMÕES, 2015, p. 91).

Nesse sentido, percebe-se que o patrimônio cultural é reproduzido e preservado através da memória social, tornando-se a herança cultural do passado, vivida no presente e que será transmitida às gerações futuras (RODRIGUES, 2017). Para Candau (2016), patrimônio é identidade em ação. Para Rodrigues (2017), a construção da identidade, individual ou coletiva, não é inalterável e padronizada, ao contrário, apresenta-se como transitória, reinventando-se e transformando-se ao longo do tempo.

Assim como o patrimônio cultural, a memória social também é dinâmica e resultado de uma seleção, considerando que nem tudo que é importante para um grupo será lembrado e repassado para as gerações futuras, compreendendo além do mais, que

tanto o patrimônio quanto a memória são espaços de disputa e confronto político (RODRIGUES, 2017; ROCHA, 2020). Essa capacidade de modelar e selecionar a memória dá ao indivíduo a possibilidade de pensar e ordenar seu passado (CANDAU, 2016).

Percebe-se dessa forma, que o patrimônio envolve questões identitárias e de memória social que se relacionam diretamente com o reconhecimento que uma comunidade faz de um bem cultural que lhe pertence (SILVA JÚNIOR; TAVARES, 2018). Observa-se que o patrimônio é a ligação com a identidade, aquilo que nos constitui enquanto sujeitos “do” e “no” mundo, a ligação com a natureza e a cultura (PADOIN, 2021). No sentido político, o patrimônio é um capital real para o desenvolvimento, um fator de consciência coletiva. Reconhecer a pluralidade de sistemas de conhecimento é crucial para as sociedades sustentáveis (PASCUAL, 2012).

3.2 Fé e trabalho: o surgimento das oficinas artesanais

O patrimônio é a expressão da identidade histórica e das vivências de um povo (CHOAY, 2006). Segundo Lefebvre (2011), a cidade é a obra de uma história, de pessoas e grupos que realizam essa obra em condições históricas. Para abordar o surgimento das oficinas artesanais, faz-se necessário recorrer ao contexto histórico da povoação de Juazeiro a partir do século XIX, bem como alguns fatos que se constituem importantes marcos referenciais para o desenvolvimento da produção artesanal, a partir do estímulo aos saberes e ofícios.

A povoação de Juazeiro se formou como a maioria dos aglomerados do Nordeste brasileiro, a partir de uma pequena capela de fazenda, cuja construção foi iniciada em 1827 pelo padre Pedro Ribeiro (BARROS, 2014), cuja localização ficava no entroncamento da estrada empoeirada que ligava a vila de Missão Velha à vila real do Crato, onde frondosos juazeiros ofereciam pouso e descanso a tropeiros conduzindo gado e a viajantes que buscavam comprar ou vender mercadorias (JUAZEIRO DO NORTE, 2020). Depois de celebrar algumas vezes no povoado, o recém ordenado Cícero Romão Batista, acompanhado da família, se muda do Crato para o Juazeiro em 1872, decisão que fora avalizada por um sonho, onde Jesus lhe concedia o cuidado e assistência a um povo necessitado (OLIVEIRA, 2001; NETO, 2009; BARROS, 2014; CAVA, 2014; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

Há um certo consenso entre a literatura memorialista e acadêmica que aborda o contexto social, econômico e religioso de Juazeiro antes da chegada do Padre Cícero,

versando que a povoação apresentava ares de desordem e ignorância, cuja população agia com desrespeito às leis e sem princípios morais. No entanto, notícias veiculadas em jornais estaduais e nacionais, com narrativas sobre as condições sociais e educacionais do lugar, apontam para outra realidade, cuja população vivia em sua maioria, de forma regrada e devotada ao trabalho (EDWIGES, 2006; PINHO, 2019). Nesse sentido, pode-se pensar que a conotação de desordem associada ao povoado, fora construída ao longo do tempo (século XX), com o intuito de fortalecer a imagem positiva do padre Cícero como benfeitor.

Em 1º de março de 1889, na capela de Nossa Senhora das Dores, no povoado de Juazeiro, ao receber a hóstia das mãos do padre Cícero, a beata Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo sente a partícula transformar-se em sangue em sua boca. O fato ficou conhecido como o Milagre de Juazeiro. Bastante divulgado na imprensa regional e nacional pelo jornalista José Marrocos, motivou a vinda de uma grande quantidade de pessoas à localidade, em busca do amparo do padre santo (JUAZEIRO DO NORTE, 2020; EDWIGES, 2006; BARROS, 2014; CAVA, 2014). “O milagre projetou o Juazeiro para muito além das terras nordestinas, expondo o Padre aos olhos do mundo” (BARROS, 2014, p. 199).

O milagre fomentou as romarias, movimento de peregrinação religiosa, que teve início como uma manifestação espontânea da fé popular para reverenciar o Padre e a terra prometida do Juazeiro (CARVALHO, 1999). Milhares de romeiros continuavam a chegar e a grande maioria se instalava de forma permanente no lugar, em busca de trabalho e melhores condições de vida (CAVA, 2014; LOPES, 2014).

Em meio às constantes secas que assolavam os sertões, vivia-se uma crônica escassez de mão-de-obra. Com as constantes migrações dos romeiros, Juazeiro e a região circunvizinha irromperam como uma das poucas regiões sertanejas que “adquiriram capital humano, ao invés de perdê-lo” (CAVA, 2014, p. 164). Entre 1890 e 1909, o número de habitantes da pequena povoação aumentou demasiadamente (ARAÚJO, 2011; CAVA, 2014), mantendo nos anos seguintes um crescimento constante, apresentando em 85 anos (1875-1960), um percentual de aumento populacional significativo de 3.324,7% (**Quadro 1**). Importante ressaltar que para as informações de temporalidade e percentual de aumento do ano de 1890, foi utilizado o ano de 1875 como base, considerando a disponibilidade de dados do referido ano.

Quadro 1 – Crescimento demográfico 1875–1960

ANO	POPULAÇÃO	INTERVALO DE TEMPO	PERCENTUAL DE AUMENTO
1875	2.000	-	-
1890	2.245	15 anos	12,25%
1898	5.000	8 anos	122,7%
1905	12.000	7 anos	140%
1909	15.050	4 anos	25,41%
1920	22.067	11 anos	46,62%
1940	38.530	20 anos	74,60%
1950	56.904	10 anos	47,68%
1960	68.494	10 anos	20,36%

Elaboração: Autores (2022). **Fonte:** Cava (2014); Lopes (2014).

Percebe-se com os dados do quadro 1 o grande aumento de moradores após os acontecimentos do milagre (1889). A chegada constante de romeiros dispostos a fixar residência na localidade, ativava a necessidade de criação de soluções viáveis de sobrevivência (HOLANDA, 2009; ARAÚJO, 2011). O padre Cícero preocupava-se em gerar ocupação para os recém-chegados, considerando que o sistema agrário local não conseguiria absorver toda a mão-de-obra agrícola, e orientava o desenvolvimento dos ofícios através do dueto “cada sala um oratório, cada quintal uma oficina”, fazendo surgir dezenas de pequenas oficinas artesanais domiciliares, caracterizadas sobretudo em dois tipos: produção de bens de consumo não-duráveis e utilitários, atendendo diretamente a demanda dos moradores; e produção de bens simbólicos, voltados a atender os romeiros e devotos (CAVA, 2014; LOPES, 2014; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

Progressivamente Juazeiro ia consolidando a imagem de cidade-oficina, cujo movimento migratório, continuado mesmo após a morte do sacerdote em 1934, foi gradualmente dilatando os limites do espaço urbano, alargando-se no rumo das Malvas (atual bairro de Fátima), serra do Horto e os Ariscos (BARBOSA, 1994; LOPES, 2014), que eram as áreas periféricas que se iniciavam na atual rua Santa Luzia, localizada no bairro centro.

Essa apreciação pelo trabalho em pequena escala e diversificado, contribuiu sobremaneira para atrair ao lugarejo um grande número de “artífices e artistas, responsáveis pela riqueza da produção artesanal e pela qualidade da arte popular que

Juazeiro apresenta atualmente” (CARVALHO, 1999, p. 61). Nesse sentido, as florescentes oficinas artesanais começavam a preparar o terreno e erguer as primeiras colunas para se afirmar como principal atividade econômica de Juazeiro na primeira década do século XX. Ao tempo em que estimulava a produção, o Padre articulava o escoamento através do comércio, fomentando uma ação circular de negócio, como a notória situação em que sugeriu a produção de candeeiros de flandre e criou a procissão de Nossa Senhora das Candeias, em busca de proporcionar assistência espiritual e material, associando fé e trabalho (HOLANDA, 2009; ARAÚJO, 2011; CAVA, 2014). O **Quadro 2** mostra algumas das tipologias utilizadas na produção artesanal desenvolvida na cidade, bem como exemplos de alguns produtos.

Quadro 2 – Tipologias da produção artesanal

TIPOLOGIA	PRODUTOS
Argila	Panelas, pratos, copos, jarras para armazenar água, fogareiro e brinquedos.
Palha	Cestos, vassouras e esteiras.
Sisal	Cordas e vassouras.
Flandre (material estanhado, composto por ferro e aço)	Candeeiros (lâmparas), bacias, fogões, peneiras, funil, canecas para água, ralador e carrinhos de brinquedo.
Ferro e cobre	Foice, enxada, sinos e peças para relógios de torre.
Ouro e prata	Medalhas, brincos, anéis, alianças e terços religiosos.
Couro	Sapatos, cintos, bancos, chapéus, baús e camas.
Madeira	Estatuetas, terços religiosos, cadeiras, mesas, bancos, camas, colheres, conchas, filtros para cachaça, pilão, revólveres, espingardas e apitos para atrair passarinhos.
Algodão	Tecidos para lençol e roupas, redes para dormir, sacos para grãos e cordão.

Elaboração: Autores (2022). **Fonte:** Barbosa (1994); Melo (2010).

A obra “Os artesãos do Padre Cícero” (RABELLO, 1967) foi apresentada como o resultado da pesquisa financiada pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, caracterizando-se como o primeiro estudo sobre o surgimento de uma tradição artesanal ligada à devoção ao padre Cícero. Segundo Melo (2010), a obra tornou-se significativa pela construção de um discurso, que relacionou diretamente, devoção religiosa e desenvolvimento econômico.

Seguindo a máxima “de dia trabalho, de noite oração” (OLIVEIRA, 2001; JUAZEIRO, 2020), os habitantes do povoado desenvolveram saberes e fazeres que constituíram importantes referências culturais, ao tempo em que também incrementaram a produção artesanal, que foi ao longo da primeira metade do século XX se afirmando como a principal atividade econômica, diversificando a produção e ampliando o comércio, fazendo de Juazeiro um verdadeiro quintal de ofícios.

3.3 Um quintal de ofícios: a atividade artesanal e o desenvolvimento regional

De uma configuração eminentemente agrícola, a povoação de Juazeiro passou progressivamente, desde o início do século XX, a se desenhar como um crescente núcleo urbano, onde “a materialidade do espaço econômico guarda vinculação direta com a imaterialidade da fé” (ARAÚJO, 2011, p. 49). Nas primeiras décadas do século XX, o povoado crescia e aumentavam as necessidades de consumo, ao passo em que o comércio prosperava e a nascente indústria do artesanato começava a se afirmar como principal atividade econômica do lugar (CAVA, 2014; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

O plantio e o beneficiamento do algodão, bem como investimentos em maquinários, também favoreceram a produção de artigos artesanais. Menezes e Alencar (1989) mencionaram que em 1902, a primeira máquina de descaroçar algodão foi instalada na rua do Salgadinho (atual rua Leandro Bezerra), seguida da máquina a vapor comprada pelo padre Cícero em 1909, com o intuito de aumentar a produção e atender as demandas dos pequenos teares locais, além de valorizar o produto para exportação.

O **Quadro 3** apresenta o vertiginoso crescimento da povoação em relação à ocupação do espaço territorial e às atividades econômicas.

Em 1904, Pelúcio Correia de Macêdo instalou na rua São José a primeira oficina mecânica de Juazeiro para construir relógios de torre e sinos (MENESES; ALENCAR, 1989). Nas primeiras décadas do século XX, algumas oficinas começaram a modificar-se, com artesãos deixando o espaço doméstico para instalarem-se no centro do povoado (**Figura 2**), em ambientes mais amplos e equipados com máquinas, ganhando maior visibilidade e, também, possibilitando melhor comercialização da produção (CAVA, 2014). Importante ressaltar que ao tempo em que alguns ofícios como sapateiros, doceiros, alfaiates, ourives etc., conseguiram instalar-se no centro da cidade, outros continuaram a produzir em espaços domésticos na periferia da cidade, sob a trama das desigualdades sociais que compunham o espaço urbano. Essas desigualdades sociais em variados contrastes, foi muito bem abordada por Lopes (2014).

Quadro 3 – Caracterização do povoado de Juazeiro em 1872 e 1909

ANO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
1872	<p>Possuía 2 mil habitantes, 4 ruas, 1 travessa, 1 capela, 32 casas (em sua maioria, cobertas de palha), 1 escola, 1 poço comunitário, 5 engenhos, 5 casas de farinha, 1 oficina de ferreiro e 1 cemitério.</p> <p>Atividade eminentemente agrícola, com um sistema de trocas favorecido por uma pequena feira realizada ocasionalmente com a passagem de mercadores pela localidade.</p>
1909	<p>Registro de 15.050 habitantes, 18 ruas, 4 travessas, 2 praças, iluminação à querosene com posteação.</p> <p>Possuía 23 engenhos com produção de açúcar, rapadura e álcool, 35 casas de farinha, 2 máquinas de descaroçar algodão mecânicas e 1 a vapor, 18 escolas particulares e 2 públicas, 2 farmácias, 2 padarias, 3 barbearias, 10 lojas de tecidos e artigos de aviamentos, 20 bodegas, 20 armazéns, 1 jornal impresso, 1 tabelião, 1 estação telegráfica, 1 coletoria estadual, 1 agência dos correios, 1 tipografia, 2 igrejas, 2 cemitérios.</p> <p>Grande produção artesanal em 138 oficinas (sapateiros, imaginários, carpinteiros, alfaiates, fogueteiros, funileiros, ferreiros, ourives, louceiras etc.), além de uma feira realizada semanalmente, no quadro da Matriz.</p>

Elaboração: Autores (2022). **Fonte:** Menezes; Alencar (1989); Barbosa (1994); Edwiges (2011); Cava (2014).

A produção que continuava a ser feita na periferia, ganhava o centro da cidade para comercialização através das feiras livres, que conforme Porto Alegre (1984), são importantes espaços de encontros sociais e trocas simbólicas e econômicas. Geraldo Menezes Barbosa (1994, p. 66) e Menezes e Alencar (1989) relatam que em 1924, contando com mais de sessenta ruas, a cidade mantinha uma feira artesanal permanente denominada de “feira nova”, ocupando a área que atualmente se encontra o mercado central, e uma outra feira semanal, que ocupava desde a praça da Liberdade¹ (atual praça Padre Cícero), subindo pela rua São Pedro até as proximidades da rua Santa Luzia, conforme mostra a **Figura 3**. Nos anos seguintes, as feiras se encontraram, alargando ainda mais a área de comércio da cidade.

¹ A praça da Liberdade recebeu essa nomenclatura por ter sido palco para o grito da independência em 1911, e assim permaneceu até 1924, quando passou a ser praça Almirante Alexandrino e somente na década de 1940, passou a ser chamada de praça Padre Cícero (JUAZEIRO, 2020).

Figura 2 – Exemplos de oficinas instaladas no centro da cidade



Fonte: Acervo Museu UFCA. **Legenda:** (a) Sapataria Maximiano (R. São Francisco). (b) Detalhe do jornal “O lavrador” de 1937, anunciando a Tipografia “O Joazeiro” instalada na rua São José. (c) Alfaiataria e Camisaria Iracema (Rua São Pedro). (d) Área interna da Alfaiataria e Camisaria Iracema, onde vê-se o alfaiate Expedito Lima e seus ajudantes.

Figura 3 – Expansão da feira livre a partir da década de 1920.



Fonte: Acervo Museu UFCA. **Legenda:** (a) Detalhe da feira livre, ladeando a praça Padre Cícero. (b) Ângulo da feira se deslocando em direção à rua São Pedro, chegando até o cruzamento com a rua Santa Luzia, onde se iniciava o Arisco, então, periferia da cidade.

A visão social, política e religiosa do padre Cícero subsidiava a intenção em amparar os recém-chegados, orientando para o trabalho, com incentivo à construção da autonomia e auto-sustentação, através de um método: o desenvolvimento de um ofício. Nesse sentido, a produção diversificada das oficinas, o comércio e a nascente indústria

artesanal, promoveram o crescimento da povoação e fertilizaram o terreno para o desenvolvimento local, através da consolidação do ideário de prosperidade defendido pelo padre Cícero (HOLANDA, 2009). No entanto, esse rápido crescimento populacional também abriu espaço para desigualdades sociais, caracterizadas na composição de fronteiras que configuravam diferentes territórios urbanos (LOPES, 2014).

A rápida expansão das finanças e a nova geografia econômica do Juazeiro (ARAÚJO, 2011) contribuíram para o encorajamento da povoação frente ao movimento para adquirir autonomia, a fim de desvincular-se da freguesia do Crato, à qual pertencia, em busca da emancipação política, articulada desde 1909 e efetivada em 1911 (CAVA, 2014). O primeiro jornal impresso, publicado semanalmente, O Rebate (1909-1911), surge nesse período com a intenção de apoiar o movimento pela emancipação política de Juazeiro (OLIVEIRA *et al.*, 2017) e que segundo Lopes (2014), acaba também reforçando a pretensão em construir uma imagem de progresso e modernidade para o Juazeiro, em contraposição à opinião da Igreja, que o via como um lugar de fanáticos.

Com o fortalecimento da dimensão do trabalho aliado à fé (ARAÚJO, 2011), foi possível alcançar um dinamismo econômico fomentado pelo surgimento das inúmeras oficinas e pequenas fábricas, que foram aumentando e diversificando a produção para atender às crescentes demandas de consumo da cidade, tendo como exemplo, a indústria de velas, foguetes e artigos religiosos, como rosários, crucifixos, escapulários, além de medalhas de Nossa Senhora das Dores, do padre Cícero e da beata Maria de Araújo, que inicialmente eram feitas de madeira e barro e, posteriormente, de latão, prata e ouro, sendo vendidos localmente e escoados para mercados de todo o Nordeste do Brasil. Na década de 1950, os artesãos ourives aumentaram tanto, que Juazeiro do Norte ganhou notoriedade como a cidade do interior do Brasil com o maior número desses profissionais (BARROS, 2014; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

Percebe-se que na primeira metade do século XX, a cidade vivenciava outra dinâmica socioeconômica, moldando uma nova geografia, subsidiada pelo aumento da produção artesanal e a conseqüente ampliação do comércio; além da instalação de indústrias de beneficiamento de algodão; a ampliação da feira livre; a chegada do trem, através do prolongamento da estrada de ferro de Baturité; a instalação do matadouro modelo, entre outros, ocupando além da extensão central, outras áreas distantes do centro da cidade, como pode ser visto no Mapa Geohistórico (**Figura 4**).

Figura 4 – Mapa Geohistórico da área de estudo



Elaboração: Autores (2023). **Fonte:** Menezes; Alencar (1989); Barbosa (1994).

Nesse sentido, considera-se que a cultura é o âmago da coesão social e do desenvolvimento de uma economia fundada no saber, adquirindo formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade (UNESCO, 2001). Com base nisso, é pertinente ressaltar a importância da atividade artesanal e seu contexto de origem, por caracterizar modos de vida, conhecimentos tradicionais e práticas culturais dos grupos sociais de Juazeiro do Norte, forjando um diversificado Patrimônio Cultural. Nesse sentido, a cultura tem a capacidade de integrar todas as dimensões da sustentabilidade (PASCUAL, 2012), por representar a diversidade e a capacidade criativa dos povos (REVERT, 2019), configurando o significado profundo de desenvolvimento, compreendido somente a nível local (PASCUAL, 2012).

A ideia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo na contemporaneidade, fundada pelo processo de invenção cultural que avaliza a humanidade como agente transformador do meio, efetivando suas potencialidades (FURTADO, 2000; VEIGA, 2005). Considerando que o patrimônio imaterial está no cerne da vida cultural e do desenvolvimento comunitário (VARINE, 2012), percebe-se que a valorização e preservação do Patrimônio Cultural como herança coletiva, confere

aos seus agentes sociais sentimento de pertencimento, auto estima, equidade e qualidade de vida, condições que se relacionam diretamente com a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que potencializa o Patrimônio Cultural como vetor de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Uma grande parte dos rendimentos que movimentou Juazeiro provinha das relações comerciais mantidas pelas oficinas artesanais e pequenas indústrias com outras cidades da região (LOPES, 2014), sendo também pertinente considerar que a continuidade e o aumento constante da quantidade de romeiros ao longo do século XX, teceu uma marca identitária para a cidade de Juazeiro do Norte, como a cidade da fé e do trabalho (HOLANDA, 2009), amparada nos saberes e ofícios, cujos valores e sentidos promovem sentimento de pertença ao lugar, tornando-se elo de identificação cultural, vetor de transmissão e compartilhamento de experiências vividas (SANTANA, SIMÕES, 2015), onde o reconhecimento da diversidade reforça a sustentabilidade (PASCUAL, 2012).

4 CONCLUSÕES

A relação entre cultura e desenvolvimento sustentável não é uma novidade, ao contrário, tem sido bastante abordada em discussões empreendidas pelas Nações Unidas e articulada por outras Organizações em nível mundial. Nesse cenário, este trabalho busca contribuir para as discussões acerca da capacidade transformadora que a cultura exerce para o desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, é importante perceber que seja ocupando estabelecimentos fixos ou a céu aberto, nas feiras livres, os ofícios, desenvolvidos a partir dos saberes e fazeres, favoreceram um cotidiano rico em experiências e expresso em culturas, ao tempo em que fertilizaram o terreno para o desenvolvimento regional através da diversificação da produção artesanal e a ampliação do comércio, criando um importante referencial identitário e de memória histórica e social para a cidade de Juazeiro do Norte.

As identidades se constroem a partir de visões do passado, que funcionam como pontos de referência para determinados grupos e fornecem coerência, no tempo, a seus quadros de representação simbólica (SANTANA, SIMÕES, 2015). Dessa forma, as oficinas artesanais, pautadas nos saberes e ofícios, constituíram ao longo dos anos (século XX), a produção de bens materiais e imateriais, um importante patrimônio cultural que, nesse contexto, torna-se a contribuição criativa da comunidade de Juazeiro do Norte ao seu próprio desenvolvimento local e também regional, que conforme coloca a Unesco

(2015), é a cultura, como fundamento da identidade de cada lugar, que promove integração regional e desenvolvimento sustentável.

Com isso, à medida em que se relaciona patrimônio, identidade e memória, percebe-se a importância que os ofícios artesanais possuem para o patrimônio cultural da cidade de Juazeiro do Norte, cujo conhecimento e apropriação promovem a valorização e a preservação dos bens culturais, ao passo em que estimulam a população a usufruir desse patrimônio e, dessa forma, promover o desenvolvimento regional sustentável. Contudo, conclui-se que para a continuidade dessa discussão torna-se relevante conhecer os agentes que atualmente exercem alguns desses ofícios na cidade de Juazeiro do Norte, bem como, suas motivações, benefícios e dificuldades quanto aos seus saberes, fazeres e formas de organização.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento à Universidade Federal do Cariri, pelas imagens históricas cedidas para compor este trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. R.; RIBEIRO, H. R. C.; SANTANA, B. B. Terreiro digital: uma análise da I Mostra Virtual Mestres da Tradição em Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. In: III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio, 2021. **Anais [...]**. Portugal: Editora Cravo, 2021. Disponível em <https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/site/anais#R>. Acesso em: 08 mar. 2022.

ARAÚJO, Maria de Lourdes de. **A cidade do Padre Cícero: trabalho e fé**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

BALTÀ, J.; PASCUAL, J. A cultura nos ODS: perspectivas a partir da ação local e da agenda 21 da cultura. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, abr.-out. 2020. São Paulo: Itaú Cultural, p. 34-45. ISBN: 2447-7036. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final. Acesso em: 10 mar. 2022.

BARBOSA, G. M. **História do Padre Cícero ao alcance de todos**. 2 ed. Juazeiro do Norte, CE: Edições ICVC, 1994.

BARROS, Luitgarde Oliveira C. **Juazeiro do Padre Cícero, a terra da mãe de Deus**. 3 ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2014.

BENATTI, Camila; SILVA, Rafael Teixeira da. Patrimônio Cultural: Desafios para o desenvolvimento sustentável. Número Especial da **Revista Estudos Geográficos** – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 13(0): 178- 196, jan./jun. 2015.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.

BURNS, P. M. **Turismo e Antropologia**: uma introdução. Tradução: Dayse Batista. São Paulo: Chromos, 2002.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARVALHO, Gilmar. **Madeira matriz**: cultura e memória. São Paulo: Annablume, 1999.

CASTELLS, M. **The Power of Identity**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

CAVA, R. D. **Milagre em Joazeiro**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CEARÁ (Brasil). **Lei Complementar N° 78**. Diário Oficial do Estado do Ceará. Promulgada em 26 de junho de 2009. Série 3. Ano I. N° 121. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/viacao-transportes-desenvolvimento-urbano/item/5488-lei-complementar-n-78-26-de-junho-de-2009>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CGLU. Documento Cultura 21: Acciones. **Cumbre de la Cultura**. Bilbao, 2015. Disponível em: <https://www.agenda21culture.net/es/documentos/cultura-21-acciones>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CHACON, S. S.; NEVES, F. G. T. O papel da cultura na construção da sustentabilidade: um olhar a partir do assentamento agrifama no Cariri cearense. In: MATOS, K. S. A. L. (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade III**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 5 ed. São Paulo: Estação da Liberdade: Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Por uma história do Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

COUTINHO, Graça. Mosaico da memória. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 147, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, out.-dez., 2001.

EDWIGES, J. S. S. **Padre Cícero e a verdadeira origem da povoação do Juazeiro**. Fortaleza: Editora Premium, 2006.

EDWIGES, J. S. S. **História de Juazeiro do Norte**. Fortaleza: Editora Premium, 2011.

FARIAS, T. C. de. Patrimônio cultural: a indissociabilidade do patrimônio material e imaterial na cidade de Pombal/PB. **[Dissertação de Mestrado]**. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2011.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS (FNP). **Anuário Multicidades**: finanças dos municípios do Brasil. Ano 15/2020. [s.l]: FNP, 2020.

FURTADO, C. **Introdução ao Desenvolvimento**. Enfoque Histórico-Estrutural. 3 ed. Revisada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, S. **A Identidade cultural da pós-modernidade**. 10. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HOLANDA, Maria Laudícia de O. **O político Padre Cícero**: entre a religião e a cidadania. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Decreto-Lei N° 25**, de 30 de Novembro de 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. 3. Ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio material**. 2021. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes276#:~:text=A%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal%20de%201988,institu%C3%ADdo%20pelo%20Decreto%2DLei%20n%C2%BA>. Acesso em: 10 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IDH**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>. Acesso em: 14 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais**. Malha Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=sobre> Acesso em: 20 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Juazeiro do Norte. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/juazeiro-do-norte.html>. Acesso em: 15 mar. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Ceará em mapas**. Fortaleza: IPECE, 2019. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/georreferenciados/index.htm> Acesso em: 20 mar. 2022.

JUAZEIRO DO NORTE. **Juazeiro do Norte**: o coração do Nordeste. ALMEIDA, R. R.; OLIVEIRA, R. F. (Org.). Juazeiro do Norte-CE: Biblioteca Pública Municipal Dr. Possidônio da Silva Bem, 2020.

- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centrauro, 2011.
Disponível em:
https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.
- LOPES, Francisco Regis. **O meio do mundo**: território sagrado em Juazeiro do Padre Cícero. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. Tradução: Marcelina Amaral. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- MELO, R. A. Artes de Juazeiro: imagens e criação no Centro de Cultura Popular Mesre Noza. **Anais... X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política**, UFPE, Recife, 26-30 abr. 2017. ISBN: 978-85-7315-769-7. Recife, 2010.
- MENEZES, Fátima; ALENCAR, Generosa. **Homens e Fatos na História do Juazeiro** (Estudo Cronológico – 1827 – 1934). Recife: Editora Universitária – UFPE, 1989.
- NETO, Lira. **Padre Cícero**: poder, fé e guerra no sertão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- NUNEZ, Lorraine Oliveira. **As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo**. Revista Faces da História, Assis-SP, v.3, n 2, p. 194-212, jul.-dez., 2016.
- OLIVEIRA, Maria Amália Xavier de. **O Padre Cícero que eu conheci** (verdadeira história de Juazeiro). Fortaleza: Editora Premium, 2001.
- OLIVEIRA, N. C.; SANDES, J. A. F. O Rebate – um relato sobre o primeiro jornal impresso de Juazeiro do Norte. **Anais... Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, João Pessoa, 15-17 mai. 2017. João Pessoa: Intercom, 2017.
Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36858>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- Laboratório de Ciência da Informação e Memória (LACIM/UFCA). **O Lavrador**. Ano III, nº. 21. Joazeiro, março de 1937.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Cultura e desenvolvimento no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/culture-development-brazil>. Acesso em: 11 mar. 2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Plano de Trabalho de Cultura para a América Latina e Caribe** (2016-2021). UNESCO, 2015. Disponível em:
https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244353_por. Acesso em: 22 abr. 2022.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração da Diversidade Cultural**. Unesco, 2001.
Disponível em:
http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.
- PADOIN, Maria Medianeira. História, território e política: a construção da Quarta Colônia. In: PADOIN, Maria M. *et al.* (Org.). **Educação patrimonial em territórios**

geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021, p. 67-88. E-book:il. Disponível em: <https://www.ufsm.br/editoras/facos/educacao-patrimonial-em-territorios-geoparques/>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PASCUAL, Jordi. **Rio +20 e a Dimensão Cultural da Sustentabilidade**. Portal da Cultura, 28 fev. 2012. Disponível em: https://campuseuroamericano.org/pdf/pt/PO_Advogando_Cultura_Rio+20_Jordi_Pascual.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

PINHO, Maria de Fátima Morais. Padre Cícero: anjo ou demônio? Teias de notícias e ressignificações do acontecimento padre Cícero (1870-1915). [Tese de doutorado] Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2173.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

POLLAK, M. Memória e identidade social. Revista **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, nº. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Mãos de Mestre:** itinerários da arte e da tradição. São Paulo: Maltese, 1994.

PRATS, Llorenç. **El concepto de patrimonio cultural**. Política y Sociedad, n. 27, p. 63-76, 1998. Disponível em: <46ossi%20el%20concepto%20de%20patrimonio%20cultural.pdf>. Acesso em: 12 de mar. 2022.

RABELLO, S. **Artesãos do Padre Cícero:** condições econômicas e sociais do artesanato de Juazeiro do Norte. Recife: instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.

REVERT, Ximo. Building a Global Citizenship from Cultural Heritage. **Quaderns de La Mediterrània**. European Institute of the Mediterranean – IEMed. N. 28-29, 2019. ISSN 1577-9297. Disponível em: <https://www.iemed.org/publication/building-a-global-citizenship-from-cultural-heritage/>. Acesso em: 22 de abr. 2022.

ROCHA, A. M. M. Quando o patrimônio se movimenta: memória e identidade como estruturantes da ação coletiva. In: OLIVEIRA, G. M. C.; VIEIRA, K. M. A. **Patrimônio, povos do campo e memórias:** diálogos com a cultura, a arte e a educação [e-book]. Mossoró: UFERSA, 2020. Disponível em: <https://livraria.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/165/2021/05/ebook2-patrimonio-povos-do-campo-e-memorias-dialogos-com-cultura.pdf#page=33>. Acesso em: 18 mar. 2022.

RODRIGUES, D. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. In: **Revista Letras**. V. 7, n. 4, p. 337-361, 2017. DOI: 10.18468. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/4071>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTANA, Gisane Souza; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **Identidade, memória e patrimônio**: a festa de Sant'Ana do Rio do Engenho, Ilhéus (BA). Textos escolhidos de cultura e artes populares, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 87-102, 2015.

SILVA, Elsa Peralta. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. In: **Antropológicas**. Lisboa, n. 4, p. 217-224, 2000.

SILVA JÚNIOR, J. E.; TAVARES, A. L. O. Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social: suas interfaces com a sociedade. **Ciência da Informação em Revista**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 3–10, 2018. DOI: 10.28998/cirev.2018v5n1a. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/3775/3388>. Acesso em: 18 mar. 2022.

VARINE, H. **O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução: Maria de Lurdes Parreiras Horta. Brasil: Editora Medianeza, 2012. ISBN: 978-85-64713-03-1.

VEIGA, J. E. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

ARTIGO 2



Acervo: Centro de Cultura Popular Mestre Noza. Foto: Samuel Macedo.

**UMA CARTOGRAFIA DOS SABERES:
PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM JUAZEIRO DO
NORTE, REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI-CEARÁ**

A CARTOGRAPH OF KNOWLEDGE:
HERITAGE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN *JUAZEIRO DO NORTE*,
CARIRI-CEARÁ METROPOLITAN REGION

RESUMO

As sucessivas migrações que chegaram a Juazeiro do Norte, sobretudo em fins do século XIX e início do século XX, promoveram uma importante contribuição: uma multiplicidade de culturas, cujas práticas e trajetórias, agregavam a forma como esses grupos se relacionavam com a natureza e o sagrado, tendo na figura do padre Cícero um grande incentivador da atividade artesanal. Nesse contexto, o objetivo desse manuscrito é conhecer os agentes e os saberes produzidos em Juazeiro do Norte, bem como suas formas de organização, localizando espacialmente a produção dos bens culturais. O roteiro metodológico é de abordagem qualitativa, com embasamento teórico focado nos conceitos de cultura, patrimônio e desenvolvimento sustentável, constituindo-se de uma revisão de literatura, pesquisa documental e de campo, seguidas de uma análise integrada dos dados, relacionando a cultura aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Com os resultados, percebeu-se que mesmo diante das adversidades que enfrentam, esses agentes buscam estratégias de convivência e representatividade, atuando do local ao global, animando suas capacidades criativas e promovendo a diversidade cultural. Fortalecendo a cultura como dimensão da sustentabilidade, espera-se contribuir para a valorização e (re)conhecimento desses bens culturais, conferindo aos agentes, sentimento de pertencimento e autoestima, potencializando o patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento regional sustentável.

Palavras-chave: Cultura. Patrimônio Cultural. ODS. Desenvolvimento Regional Sustentável.

ABSTRACT

The successive migrations that arrived in *Juazeiro do Norte*, especially at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, made an important contribution: a multiplicity of cultures, whose practices and trajectories added to the way in which these groups related to nature and the environment. sacred, having in the figure of Father *Cícero* a great promoter of artisanal activity. In this context, the objective of this manuscript is to know the agents and knowledge produced in Juazeiro do Norte, as well as their forms of organization, spatially locating the production of cultural goods. The methodological script has a qualitative approach, with a theoretical basis focused on the concepts of culture, heritage and sustainable development, consisting of a literature review, documentary and field research, followed by an integrated analysis of the data, relating culture to the Objectives Sustainable Development (SDGs). With the results, it was noticed that even in the face of the adversities they face, these agents seek coexistence and representativeness strategies, acting from the local to the global, encouraging their creative capacities and promoting cultural diversity. By strengthening culture as a dimension of sustainability, it is expected to contribute to the appreciation and (re)knowledge of these cultural assets, giving agents a sense of belonging and self-esteem, enhancing cultural heritage as a vector of sustainable regional development.

Palavras-chave: Culture. Cultural Heritage. ODS. Sustainable Regional Development.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre cultura e identidades passa a ocupar cada vez mais posições de destaque desde o final do século XX, assim como o debate em torno do desenvolvimento sustentável, provocando a colaboração entre as diversas áreas do conhecimento, para se pensar em condições ambientais e melhorias da qualidade de vida, no presente e no futuro, garantindo que as gerações vindouras possam satisfazer suas necessidades (BRUDTLAND, 1987).

O conceito de dimensão cultural do desenvolvimento foi formulado há quase 50 anos, durante a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na África (Africacult, UNESCO, 1975), salientando que “o desenvolvimento cultural não é somente um corretivo qualitativo do desenvolvimento, mas a verdadeira finalidade do progresso” (KOVÁCS, 2020, p. 21). Essa reflexão se originou na crítica ao conceito economicista do desenvolvimento, pós-década de 1960, onde percebeu-se que o modelo proposto não era sustentável em longo prazo, fazendo emergir novas concepções amparadas nas perspectivas do desenvolvimento humano e do desenvolvimento sustentável (BARROS, 2020; KOVÁCS, 2020).

A relação entre Cultura e desenvolvimento sustentável protagoniza um amplo e antigo debate (MARTINELL, 2020; LUDERER, 2021), onde frequentemente não se alcança um desfecho satisfatório, mas do qual, “por seus antecedentes históricos, se pode apreciar a evolução nas discussões internacionais e nas adaptações nacionais” (MARTINELL, 2020, p. 09).

A partir de uma série de convenções realizadas na década de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) assinou em setembro do ano 2000, a Declaração do Milênio, cujo foco destacou o desenvolvimento humano e a extrema pobreza. Fruto desse acordo internacional, os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) se propunham a ser alcançados até 2015. Considerando os desafios não alcançados nos ODM, a Agenda 2030 tornou-se o novo contrato social que ampliou o antigo leque de ambições, propondo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, em busca de construir um mundo mais sustentável e resiliente, sem deixar ninguém para trás (JANNUZZI; CARLO, 2018; DUARTE-FEITOZA, 2020; MARTINELL; HARO; VASQUEZ, 2020; LUDERER, 2021; BENEVIDES, 2021; GAMA, 2021).

Mesmo diante da falta de referências explícitas à cultura no texto da Agenda 2030 (BALTÀ; PASCUAL, 2020; MARAÑA; REVERT, 2020; MARTINELL, 2020; GAMA, 2021), torna-se evidente que “para alcançar os ODS incluídos nesta agenda universal é

essencial incorporar o amplo e diversificado escopo de cultura e humanidades” (MARTINELL; HARO; VASQUEZ, 2020, p. 05), sendo necessário, sobretudo nos dias atuais, trazer essa discussão para o contexto dessa Agenda e dos ODS, que são importantes referências para a comunidade internacional e todos os agentes culturais de diferentes áreas territoriais (MARTINELL, 2020).

Em suas diferentes configurações, o patrimônio é o húmus para o desenvolvimento local, que só acontece efetivamente com a devida e consciente participação da comunidade detentora desse patrimônio, que muito tem a contribuir para o desenvolvimento verdadeiramente sustentável (VARINE, 2012). Nesse sentido, é possível e necessário apreender a importância de relacionar o tema do patrimônio cultural e do desenvolvimento sustentável, considerando-os mecanismos essenciais para preservação e manutenção da memória e da qualidade de vida, respectivamente (BENATTI; SILVA, 2015).

Levas migratórias, provindas de várias regiões do Nordeste brasileiro, a partir do final do século XIX, motivadas pelos acontecimentos do milagre, fatos extraordinários envolvendo o padre Cícero Romão Batista e a beata Maria de Araújo (1889), chegaram ao Juazeiro. A partir de então, o lugar passou a vivenciar outro cotidiano, permeado por constantes trocas, criando uma grande diversidade de identidades culturais e memórias. Com isso, a cidade tornou-se um grande mosaico de saberes, fazeres e expressões culturais, formando ao longo das gerações, um importante patrimônio cultural (ARAÚJO, 2011; BARROS, 2014; CAVA, 2014; ALMEIDA *et al.*, 2021).

Considerando a aproximação articulada entre patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável (BENATTI; SILVA, 2015), propõe-se refletir sobre a importância do patrimônio cultural como contributo ao desenvolvimento regional sustentável. Diante disso, o objetivo desse trabalho é conhecer os agentes, os saberes produzidos e suas formas de organização, identificando através de mapeamento, a dimensão espacial do patrimônio cultural de Juazeiro do Norte, em busca de gerar reflexões para a valorização e (re)conhecimento desses bens culturais, conferindo aos agentes, sentimento de pertencimento e autoestima, potencializando o patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento regional sustentável.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Roteiro teórico-metodológico

O roteiro teórico metodológico para buscar esse objetivo foi de abordagem qualitativa, com embasamento teórico centrado nos conceitos de cultura, patrimônio e desenvolvimento sustentável, constituindo-se de uma revisão de literatura e pesquisa documental e de campo, seguidas de uma análise integrada dos dados, relacionando a cultura aos ODS, contribuindo para refletir sobre a valorização do patrimônio cultural e fortalecendo a compreensão da cultura, como dimensão da sustentabilidade.

Nesse sentido, a cultura é o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Além das artes e das letras, engloba os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e os credos (UNESCO, 1982). Ademais, compreende-se o patrimônio como o conjunto de bens culturais, representativos da história e da cultura de uma sociedade, uma herança que se deseja comunicar ao futuro; e a cultura, como representação da produção de bens simbólicos em definição das identidades (SILVA, 2000; FARIAS, 2011; SANTANA; SIMÕES, 2015).

Em seu âmago, a ideia de desenvolvimento sustentável enuncia que as futuras gerações merecem tanta atenção quanto as atuais (VEIGA, 2015). Por sua vez, o patrimônio, ao comunicar heranças e valores construídos no passado e no presente, se conecta diretamente ao futuro, assegurando às próximas gerações o direito de usufruir dos bens culturais (SILVA, 2000; CÂNDIDO, 2009).

Foram realizados levantamentos bibliográfico e documental de materiais publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros e capítulos, relacionados e vigentes que tratam das temáticas referentes à cultura e ao patrimônio cultural, bem como informações e documentos oficiais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e das Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Consultou-se ainda, periódicos nas áreas de ciências ambientais, ciências sociais, história e áreas afins, por meio dos descritores presente no título e nas palavras-chave desse artigo, com delimitação temporal para os anos de 2000 a 2021, considerando as importantes contribuições a partir das mudanças ocorridas nos conceitos e temáticas abordadas. As buscas foram feitas nas plataformas Periódicos CAPES, Google Acadêmico, ShiELO, *Web of Science* e o *Research Gate*, além da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-IBICT), que também foi consultada. A busca foi realizada no período de setembro e outubro de 2022, utilizando os operadores

“and” e “or”, a fim de considerar as temáticas abordadas de forma individual, bem como associadas.

Para obtenção e análise dos dados, foram selecionadas duas organizações associativas: Associação dos Artesãos de Juazeiro do Norte (Centro de Cultura Popular Mestre Noza) e a Associação dos Xilógrafos e Artesãos do Cariri (Lira Nordestina). A motivação dá-se em razão de compreender como os agentes culturais desenvolvem suas capacidades criativas, adquirem autonomia colaborativa e auto estima. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os diretores das duas associações, considerando que são os responsáveis pela organização administrativa, além da articulação direta com todos os agentes associados, instituições públicas e privadas, projetos etc.

O levantamento cartográfico utilizou bases disponíveis nos acervos de órgãos públicos, as quais foram trabalhadas em escala de detalhe (quando possível), visando espacializar os saberes produzidos e suas tipologias, contribuindo também, para a discussão e análises associadas. A espacialidade se configurou a partir dos endereços das associações e dados residenciais presentes nas fichas cadastrais das instituições e também de informações advindas das entrevistas semiestruturadas.

O estudo de campo foi realizado durante os meses de novembro e dezembro de 2022. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Regional do Cariri (URCA), cujo projeto (nº. 63193222.3.0000.5055) tramitou durante o período de agosto a outubro de 2022.

2.2 Área de Estudo

Juazeiro do Norte (**Figura 1**) é um dos nove municípios que compõem a Região Metropolitana do Cariri (RMCariri), localizada na região do Cariri cearense, no sul do estado do Ceará. Atualmente, Juazeiro do Norte integra o Território Criativo Cariri, junto aos municípios de Crato e Barbalha, cujo objetivo é fortalecer as práticas artísticas e artesanais de entidades com larga escala de atuação em arte popular (GUELMAN *et al.*, 2017). Em relação aos demais municípios, Juazeiro se destaca, tendo na figura do padre Cícero, um grande incentivador da atividade artesanal (VALE; SILVA JÚNIOR, 2017).

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo



Elaboração: Marcelo Moura Fé (2021). **Fonte:** IBGE (2018); IPECE (2019).

O município possui uma área territorial de 258,5873 km², com estimativa populacional em 2021 de 278.264, sendo o município com maior densidade demográfica da RMCariari e o terceiro do Ceará (IBGE, 2021).

As sucessivas migrações que chegavam ao Juazeiro, sobretudo em fins do século XIX e início do século XX, promoveram uma importante contribuição: uma multiplicidade de culturas, cujas práticas e trajetórias, agregavam a forma como esses grupos se relacionavam com a natureza e o sagrado (MELO, 2010). Nesse sentido, Juazeiro do Norte teve seu cotidiano modificado pelas relações estabelecidas entre os moradores e quem chegava para se fixar, forjando assim, uma diversidade cultural que foi se fortalecendo ao longo dos anos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Modos de saber-fazer: uma fábrica de versos e uma galeria-oficina

Considerando Furtado (1982), a dimensão cultural é parte fundamental do processo de desenvolvimento. As potencialidades dos atores sociais têm na criatividade um importante caminho, porque permitem que cultura e desenvolvimento se articulem sem reducionismos, criando um ambiente onde a indução e condução das mudanças são

protagonizadas por estes mesmos agentes sociais, cuja fonte inspiradora são, indissociavelmente, as ideias e os valores que os motivam.

O relatório da Unesco intitulado “Nossa diversidade criadora” (1997) é um marco político e institucional na busca da superação de concepções que excluía a cultura e sua diversidade do debate sobre o desenvolvimento. Ora tomada como uma dimensão imaterial da existência humana, que não poderia ser reduzida a um componente do desenvolvimento econômico, ora considerada uma barreira ao próprio desenvolvimento, apenas no final do século passado é que se começou a entender e defender de fato, a cultura enquanto elemento importante e até mesmo condição e contexto ideal para o desenvolvimento humano sustentável (BARROS, 2020).

Afirmou-se, assim, a importância de considerar não apenas os critérios de produtividade e de necessidades básicas e materiais, mas também a identidade cultural em que se baseia a visão do ser humano que deve ser agente e objeto do desenvolvimento. Em relação a isso, o teórico brasileiro Celso Furtado enfatizou a pluralidade desse conceito, que para ser eficaz e compatível com o contexto local, deve ser endógeno (KOVÁCS, 2020). Ao tratar do patrimônio, Harisson (2015) ratifica que não se trata somente de um processo passivo e simples de preservar coisas do passado no presente, mas de um processo ativo que agrega objetos, lugares e práticas selecionadas como referências do presente, relacionadas a um conjunto de valores, com a intenção de fazer chegar ao futuro.

Nesse sentido, para abordar as instituições tratadas neste trabalho, torna-se necessário apresentar o contexto histórico em que foram constituídas, ratificando assim, a importância que elas exercem no contexto do patrimônio cultural da cidade de Juazeiro do Norte. Uma fábrica de versos e uma galeria-oficina que se constituíram ao longo do século XX, como importantes referenciais para a cultural local.

A Lira Nordestina, nome sugerido por Patativa do Assaré, adveio da Tipografia São Francisco, uma pequena fábrica de folhetos de cordel, fundada em Juazeiro do Norte na década de 1930. O proprietário, José Bernardo da Silva, era um poeta popular alagoano e chegou ao Juazeiro em 1926, para se fixar na cidade com a família. Em 1934, noticiou a morte do padre Cícero em verso no cordel “A pranteada morte do Padre Cícero Romão Batista pelo povo de Juazeiro”. Em 1936 comprou sua primeira máquina na cidade de Barbalha, marco inicial de seu trabalho editorial. Inicialmente imprimia seus próprios cordéis e de outros poetas da região (CARVALHO, 1987; MELO, 2010; GUELMAN *et al.*, 2017; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

A tipografia ganhou impulso em 1949, com a aquisição dos direitos autorais do acervo de João Martins de Athayde, entre o qual, estavam as obras de Leandro Gomes de Barros, dois importantes nomes no universo dos folhetos em nível nacional, gerando ao comércio um salto de qualidade e quantidade, dando ao cordel a dimensão de negócio (MELO, 2010; GUELMAN *et al.*, 2017; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

A associação sistemática da xilogravura ao folheto de cordel se deu por intermédio da Tipografia São Francisco, mesmo considerando o fato de que a xilogravura foi usada pela primeira vez junto a um cordel pelo poeta Francisco das Chagas Batista, na parte interna do folheto “A Vida de Antônio Silvino” (1907), pois a prática era ilustrar as capas com zincogravuras, os famosos “clichês”. A iniciativa de José Bernardo da Silva, encurtou o caminho com os intermediários e agilizou a confecção do material, em busca de reduzir os custos de produção, passou a encomendar aos artistas locais, popularizando dessa forma, o uso da gravura em madeira nas capas dos folhetos (RAMOS, 2005; FRANKLIN, 2007; MELO, 2010; PAIVA, 2022; PIZZIGNACCO, 2022). A **Figura 2** mostra alguns clichês e xilogravura, pertencentes ao acervo da Lira Nordestina.

Figura 2 – Clichês e xilogravura



Fonte: Acervo da Lira Nordestina. Legenda: (a) e (b) Clichês utilizados nas capas de cordel na Tipografia São Francisco. (c) Xilogravura produzida para a capa do cordel “Romance do Pavão Misterioso”.

No final dos anos de 1940, a produção aumentou significativamente e a Tipografia São Francisco alcançou na década de 1950, a produção de cinquenta mil exemplares por semana, aproximadamente. Com a morte de José Bernardo em 1972, o negócio começou a declinar nos anos seguintes e em 1983, o acervo foi vendido ao Governo do Estado do Ceará, assumindo a nomenclatura de Lira Nordestina, estando nos dias atuais, sob a tutela

da Universidade Regional do Cariri (MELO, 2010; JUAZEIRO DO NORTE, 2020; PIZZIGNACCO, 2022).

Os artistas, por sua vez, não foram incorporados pela instituição, o que os levou a iniciarem uma longa jornada na tentativa de continuidade do trabalho realizado até então, buscando organizarem-se de forma independente, o que veio a acontecer de forma legal no ano 2012, alimentando o propósito de serem incluídos no processo de construção de políticas públicas para a valorização e fomento dos patrimônios da cidade de Juazeiro do Norte, entre os quais, a Lira Nordestina tem uma incalculável contribuição.

O trabalho “Arcanos do verso: trajetórias da literatura de cordel”, da professora e pesquisadora Rosilene Melo (2010), merece menção pelo detalhamento na trajetória da Tipografia São Francisco e sua abordagem sobre a edição de folhetos de cordel no Brasil, configurando-se como uma referência sobre cultura tradicional popular em âmbito nacional.

Em se tratando do Centro de Cultura Popular Mestre Noza, foi constituído a partir de uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional do Folclore (INF), ligado à Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), que em 1983, promoveu um seminário no Rio de Janeiro, o “Encontro de Produção de Artesanato e Identidade Cultural”, mobilizando várias instituições de pesquisa e incentivo à produção artesanal. Entre as questões discutidas, destaca-se: a aquisição de matéria prima, cuja dificuldade asfixiava o processo de produção; a manutenção da identidade cultural dos valores dos indivíduos e grupos, fundamental para a produção artesanal; e a valorização do trabalho cultural do artesão a partir da elevação dos preços dos produtos, sem prescindir de aumentar superficialmente a produção, diante da aceleração do ritmo de trabalho (HEYE; SOUZA, 1987).

Do seminário veio a recomendação para que o INF/Funarte realizasse o Projeto-Piloto de Apoio ao Artesão, cuja intenção era catalogar informações e dados a respeito do artesanato tradicional e seus produtores, de diferentes regiões brasileiras, em localidades, cujas atividades estavam diretamente ligadas ao aumento do turismo, o incremento do consumo típico e a solidificação de trabalhos independentes. O projeto pretendia intervir na realidade, amparado em dados de pesquisa, propondo soluções aos problemas identificados, mobilizando recursos nos municípios envolvidos e articular a participação de instituições locais (HEYE; SOUZA, 1987; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

O projeto se iniciou de forma experimental em dois municípios: Juazeiro do Norte/CE e Paraty/RJ, com a escolha balizada pelas particularidades da atividade

artesanal, enquanto se apresentavam completamente distintas nas duas localidades. Ao tempo em que Juazeiro apresentava dificuldades, no que se refere aos recursos para obtenção de matéria prima e a falta de gestão para comercializar os produtos, Paraty, mantinha uma baixa procura, mingando a comercialização dos produtos artesanais. A ideia era usar os resultados positivos dessa experiência como referência em outras regiões do Brasil com forte tradição artesanal (MELO, 2010).

Em 1984 iniciou-se a pesquisa com levantamento documental acerca da atividade artesanal, feito pela equipe de pesquisadores da Funarte, realizando entrevistas e registros fotográficos na cidade de Juazeiro do Norte. Os resultados expuseram um total de 180 pessoas, aproximadamente, atuando em ofícios de forma diária e regular, na cidade. A análise das informações foi feita pelo INF/Funarte e a Secretaria de Cultura e Turismo de Juazeiro do Norte, que na época era representada pelo poeta e xilógrafo, Abraão Batista. A partir das discussões implementadas, as instituições propuseram criar uma organização que representasse os interesses dos artesãos, atuando diretamente nas problemáticas identificadas. Considerando inclusive, a ação articulada de pessoas e instituições, esse foi o terreno em que se edificou em 1985, a Associação dos Artesãos de Juazeiro do Norte (HEYE; SOUZA, 1987; MELO, 2010).

Majoritariamente, os artesãos trabalhavam em suas residências e comercializavam suas produções na feira livre e no mercado local. Diante da necessidade de agrupar essa produção artesanal, com fins de valorização e divulgação, a Prefeitura Municipal cedeu o antigo prédio onde funcionou a cadeia pública, localizado bem no centro comercial da cidade, o que traria visibilidade à produção artesanal, dado o fluxo intenso de romeiros e turistas. Reformado, o antigo prédio ganhou uma nova configuração: tornou-se o Centro de Cultura Popular Mestre Noza, em homenagem a Inocêncio Medeiros da Costa, pernambucano de Taquaritinga do Norte, que chegou a pé em Juazeiro como romeiro, em 1912. Foi funileiro e santeiro e na década de 1940, iniciou os trabalhos como xilógrafo, ilustrando capas de cordéis, eternizando seu nome como Mestre Noza, alcançando notoriedade nacional e internacional. O espaço passou a funcionar como local de produção e exposição das peças organizadas em salas a partir das tipologias, agregando também a sede da associação (HEYE; SOUZA, 1987; MELO, 2010; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

No decorrer do tempo, as instituições apresentadas contaram com diferentes gerações de artistas, que na vivência dos seus saberes, imprimiram particularidades e mudanças em aspectos tipológicos e estéticos, mantendo sempre um forte componente

identitário relacionado à cultura local, contribuindo para a continuidade desses saberes e fazeres como patrimônio cultural local.

As memórias e as referências do passado abrem caminho para o reconhecimento das diferenças, criando interlocuções entre as ricas complexidades e instabilidades de identidades pessoais e culturais, políticas e nacionais, levando a crer que os grupos sociais carecem dessas referências do passado para sustentar suas identidades e nutrir as perspectivas de futuro, concebendo o patrimônio como lugar para exercício das capacidades (HUYSSSEN, 2000; REVERT, 2019).

A cultura como transmissora de valores e os ODS como provisoros de um sistema de valores universal, podem operar articulados e conjuntamente, para a necessária transformação social na trilha para o desenvolvimento sustentável. No entanto, para a implementação real dos ODS, é necessário que haja apropriação e envolvimento comprometido de um grande número de atores dos diferentes níveis de governo, universidades, empresas, sociedade civil, terceiro setor e, sobretudo, agentes culturais (HARO; VASQUEZ, 2020; MARTINELL; HARO; VASQUEZ, 2020).

Com isso, faz-se importante conhecer os agentes e os saberes produzidos, assim como a forma sob a qual se constituem espacialmente no território, partilhando um conjunto de elementos simbólicos que são expressões e referências da cultura local.

3.2 As capacidades criativas: os agentes, seus saberes e as formas de organização

A Constituição Federal de 1988 é o marco legal para a política de patrimônio cultural imaterial, que veio a ampliar o conceito de patrimônio, ao abordar os bens culturais de natureza material e imaterial (FONSECA, 2003; VIANNA, 2016; IPHAN, 2021).

No que se refere à mudança da noção de patrimônio, é importante considerar dois marcos temporais, constituídos no contexto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPAHN²), órgão federal criado na década de 1930. A gestão de Rodrigo Melo Franco se voltou para o chamado patrimônio de pedra e cal, fazendo perceber que na primeira fase de trabalho do SPHAN houve uma maior valorização da memória de um grupo dito civilizado em detrimento de outros, à margem do processo, enquanto Aloísio Magalhães expandia essa noção, englobando também os saberes

² O SPHAN foi criado pelo Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, como o órgão responsável pela identificação, documentação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Em 1946, o SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e em 1970, o DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (IPHAN, 2021).

populares e o patrimônio imaterial, que teve na Convenção da Unesco de 1972, um marco temporal na discussão em âmbito internacional sobre o patrimônio cultural, que passou a amparar também a dimensão imaterial (NEVES, 2017).

Na década de 1970, o Iphan iniciou um processo de reavaliação dos critérios adotados para a proteção dos bens, que seguia alinhado com as mudanças nos campos da história e da antropologia, contando ainda, com significativa contribuição de profissionais ligados a outras áreas como *design*, indústria e informática, resultando em uma nova abordagem para a preservação de bens culturais. Entre outras mudanças, a noção de referência cultural passou a integrar o campo das políticas culturais, suscitando questionamentos até então ausentes no ambiente das políticas de patrimônio (FONSECA, 2003).

De natureza material e imaterial, os bens se configuram a partir das referências culturais dos diferentes grupos sociais (IPHAN, 2007), e tratar dessas referências, pressupõe pensar os sujeitos: referências para quem? Nesse sentido, o foco deslocou-se do bem e abriu espaço para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores, pensando além da materialidade, despossuída de valor intrínseco, para o valor atribuído pelos sujeitos, pautados por critérios e interesses historicamente condicionados (FONSECA, 2003). Nesse sentido, abordamos patrimônio como tudo que se cria e se produz com as mãos, as ideias e as fantasias e que se tem intenção de valorizar e preservar, como os monumentos e as obras de arte, as comidas, saberes e fazeres, de forma a representar a diversidade da existência humana (FONSECA, 2005; SANTANA; SIMÕES, 2015).

Em Juazeiro do Norte, a multiplicidade de cotidianos forjou ao longo do século XX, uma grande diversidade cultural, que possibilitou o desenvolvimento de ofícios, saberes, fazeres e práticas, constituindo importantes referenciais para a cultura local. Nesse contexto, se inserem os agentes que atualmente exercem alguns desses ofícios na cidade de Juazeiro do Norte, bem como, seus saberes, tipologias e formas de organização. Estabelecidos num contexto social, esses agentes se constituem a partir de relações e dimensões bastante complexas, o que desse modo, os pensamentos de Malinowski (1975); Geertz (1989); Bourdieu (2007) e Certeau (2013), muito contribuíram para a compreensão e análise acerca das relações que abrangem os processos técnicos, hábitos e valores, permeados por concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os grupos sociais se comunicam, perpetuam os conhecimentos e as atitudes acerca da vida, cotidianamente.

Foi pelas habilidosas mãos dos artesãos locais que a imagem do padre Cícero ganhou representatividade gráfica e estética, à medida que após a morte, sua memória precisava ser reforçada. O mestre Noza foi um dos primeiros a produzir imagens do religioso ainda em vida, contando ainda com sua avaliação sobre a escultura. Desde então, não parou mais de produzir (CARVALHO, 1998). A trajetória do mestre Noza ofertou uma grande contribuição para a história da xilogravura em Juazeiro do Norte, alcançando destaque também como imaginário³, sobretudo na produção de imagens sacras, com destaque para esculturas do padre Cícero, que segundo ele mesmo perdera a conta de quantas fizera. Na década de 1960, teve o álbum de xilogravuras “Via Sacra” editado em Paris, adquirindo dimensão internacional, passando a transitar também, por galerias e museus (CARVALHO, 1998; JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

É no Centro de Cultura Popular Mestre Noza (CCPMN) que a Associação dos Artesãos de Juazeiro do Norte (AAJN) tem sua sede. A antiga edificação onde funcionou a cadeia pública, serve nos dias atuais, para a liberdade de imaginação e criatividade. De natureza jurídica associativa e sem fins lucrativos, a entidade confere aos seus associados direitos e obrigações, como estar presente nas assembleias deliberativas, estabelecendo ainda, a condição de participar da diretoria, bem como escolher através do voto secreto, o grupo que irá compô-la de forma eletiva, pelo exercício de dois anos.

Cabe à Associação a compra da matéria-prima para a produção e a divulgação dos artistas e seus respectivos trabalhos. Também adquire obras de seus associados através de compra, atuando na venda direta para galerias, colecionadores e demais interessados que frequentam ou contactam o CCPMN, assumindo papel de mediação entre comprador e produtor. Por outra via, é possível também negociar e adquirir qualquer obra diretamente do artista. Um pouco mais de uma dezena entre os 95 associados atualmente, trabalham cotidianamente na sede da Associação, que funciona também como oficina e espaço de comercialização, com milhares de obras ocupando o ambiente, conforme a **Figura 3**, onde a capacidade imaginativa concede forma às esculturas, que vão desde seres inanimados a figuras da tradição popular.

A grande maioria dos associados exercem seus ofícios em sua própria residência, utilizando o espaço do CCPMN para divulgação e comercialização de seus trabalhos, o que não impede, que os interessados em ter acesso ao *locus* de produção de qualquer artista, possa assim fazê-lo, seja por intermédio da associação ou contato direto com o

³ Escultor de imagens.

artista. Entre as várias salas de exposição do CCPMN, uma em especial merece destaque, pela representação e sentido que possui. É a sala de acervos, onde estão expostas obras e fotografias de artistas que integraram a associação e já são falecidos: Manoel Graciano, Dona Ciça do Barro Cru, Celestino, Nino, Diomar das Véias, Maria Cândido, mestre Maurício entre muitos outros. Para os agentes, esses artistas e suas obras se constituem como referências históricas e estéticas representativas da coletividade, caracterizando um importante legado, cuja preservação não permite cair no esquecimento. “Esses primeiros que aqui tiveram representam muito pra nós. Foi com o ensinamento deles que muitos dos que estão aqui, começaram a trabalhar e desenvolver suas artes”, ressalta um dos agentes.

Figura 3 – Centro de Cultura Popular Mestre Noza



Fotos: Regivania Almeida (nov./2022). Legenda: **(a)** Espaço do CCPMN e sede da AAJN. **(b)** Processo de produção no CCPMN.

Observa-se que os artistas reconhecem os pares que os antecederam, como referências de sua cultura e de sua história, que se cria e recria no presente, compondo a memória do lugar e do grupo social através do cotidiano, que para Certeau (2013), é aquilo que nos cabe em partilha, uma história a meio caminho de nós mesmos. Dos materiais utilizados, a madeira ganha destaque quantitativo entre os demais, assim como a arte sacra se sobressai entre as esculturas, onde mesmo com a reprodução sistemática, nenhuma obra se replica por completo em corte e forma.

A associação também representa as mulheres da palha, grupo formado eminentemente por mulheres residentes no bairro do Horto, localidade distante do CCPMN cerca de 9 km. Ao exercerem dupla jornada, como artesãs e mães, em sua maioria, as mulheres apresentavam a necessidade de deslocamento como uma dificuldade diária no exercício do seu ofício. Como solução, a associação adquiriu um imóvel na rua

do Horto, a fim de atender às necessidades do grupo e potencializar a produção a partir das demandas sinalizadas. O grupo produz de forma coletiva e padronizada, utilizando a palha de carnaúba como matéria-prima. Inicialmente, a produção se destinava a chapéus, abanos, bolsas e revestimento para garrafas, mas atualmente, dispõem de uma grande variedade como: porta-moedas, bolsas para laptop, tapetes, capas para celular etc.

A criatividade, o conhecimento e a diversidade são bases imprescindíveis para atingir o diálogo, a paz e o progresso, já que estes valores estão intrinsecamente relacionados com o desenvolvimento humano e as liberdades (PASCUAL, 2012). Dito isso, a narrativa de uma das artesãs da palha corrobora a ideia: “o meu trabalho me trouxe a liberdade de tá em meu lugar e produzir o meu sustento e isso é valioso. Você vê essas mulheres (oito, na ocasião), mas junto de cada uma que se vê, tem uma família inteira que acredita e incentiva esse trabalho”. A relação entre cultura e desenvolvimento sustentável se dá a partir de uma dupla aproximação: desenvolver uma política cultural sólida e promover uma dimensão cultural em todas as políticas públicas, onde as cidades, nações e organismos internacionais integrem explicitamente esta visão aos seus programas locais, nacionais e internacionais sobre desenvolvimento sustentável (PASCUAL, 2012).

A Associação dos Xilógrafos e Artesãos do Cariri foi criada em 2012 e tem lugar nas proximidades do marco zero da cidade, com sede na Lira Nordestina, que fica no Centro Multifuncional, no centro da cidade. Na esfera legal é uma personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja finalidade é apoiar as iniciativas dos artesãos em âmbito social e para a geração de renda. O Estatuto prevê a importância de integrar esforços e ações dos artistas em benefício da melhoria do processo produtivo e comercial dos associados e da comunidade a qual pertencem. A diretoria é composta através de votação, podendo qualquer associado submeter-se ao processo eletivo, assim como também lhe é garantido o direito de escolha através do voto.

O material é adquirido de forma individual ou através de rateio dos custos. Entre os doze associados, somente dois trabalham cotidianamente na Lira Nordestina. Em via de regra, os demais produzem as gravuras em espaço doméstico, fazendo a finalização e impressão na sede da associação. Essa dinâmica não é enrijecida, os artistas possuem a liberdade de vivenciar o processo de criação e produção, considerando as necessidades individuais e coletivas, e as condições que possam melhor qualificar o resultado do seu trabalho.

As instalações dispõem de um pequeno espaço para divulgação e comercialização dos trabalhos dos artistas, além de todo o antigo maquinário, mobiliário, tipos gráficos e

coleção de clichês, xilogravuras e cordéis que compõem o acervo da instituição, sem possuir, por sua vez, uma organização expográfica que comunique a dimensão do valor simbólico que esses bens culturais são portadores. Semanalmente, os artistas dividem espaço e experiência com os estudantes do curso de licenciatura em Artes Visuais da URCA, tendo a gravura como ponto de conexão para estudos e intercâmbios. Conforme Filho e Nunes (2021), valorizar os elementos que constituem o local de origem coopera para a construção de significados e principalmente no processo de pertencimento e vinculação.

Importante colocar que desde a compra efetivada pelo Governo do Estado do Ceará, os antigos funcionários da tipografia vinculados à Lira Nordestina, passaram a vivenciar uma situação indeterminada acerca de uma gestão interna e um modelo de organização, que agregasse os saberes desses artistas, na articulação de seu legado histórico e identitário. Como forma de adaptação à nova configuração, os antigos funcionários da tipografia, xilógrafos e cordelistas, passaram a buscar outras possibilidades que garantissem o sustento, sem romper com o contexto cultural em que se constituíram. Nesse sentido, a xilogravura superou a produção de cordel e ressignificou as formas estéticas contemplando, além do convencional preto e branco, outras nuances da paleta de cores. Outros materiais além do papel, passaram a servir de suportes para impressão, introduzindo azulejos e sandálias de borrachas, em busca de diversificar a produção e ampliar a comercialização.

Para Bourdieu (2002), as estratégias desenvolvidas pelos sujeitos em suas tomadas de decisões nas variadas esferas sociais, devem ser observadas tanto quanto a subjetividade dos agentes sociais e a objetividade da sociedade, pois são o resultado da ação do *habitus* adquirido pelos indivíduos ao longo da vida e das posições que ocupam na composição do espaço social. Além disso, temáticas contemporâneas foram incorporadas ao universo das gravuras em madeira, como questões de gênero e espiritualidade, produzindo impressões em tamanhos reduzidos do convencional e em formato de carimbo, a serem comercializados de forma individual ou organizados em álbuns – **Figura 4.**

A organização e o funcionamento dessas instituições representam marcos para a valorização da cultura e da história local. Nesse contexto, os saberes e ofícios traduzem a força de mulheres e homens e suas leituras de mundo, que cotidianamente produzem histórias e memórias, configurando diversas identidades, forjando patrimônios, que criam vínculos de continuidade e fortalecem o sentido de pertencimento a um grupo social e a

um lugar, adquirindo autoestima. Os agentes e seus saberes, por sua vez, são importantes referências para a cultura local e, mesmo diante disso, muitos ainda sobrevivem em condições mínimas. Essa situação, conforme Barros e Kauark (2011) é resultado da ausência de políticas públicas para a cultura, que mesmo com toda a representação simbólica e dando provas de sobreviver em contextos socialmente desfavorecidos, ainda lida com o campo das desigualdades, esfera que não deve ser naturalizada, tornando estéril a discussão no campo das diversidades.

Figura 4 – Obras produzidas na Lira Nordestina



Fotos: Regivania Almeida (nov./2022). Legenda: **(a)** Álbum de mini xilogravuras. **(b)** Xilogravura impressa em azulejo.

Percebe-se que no exercício de seus ofícios, os agentes buscam estratégias de convivência e representatividade, atuando do local ao global, animando suas capacidades criativas. Nesse contexto, a defesa da diversidade cultural deve estar ancorada na implementação de políticas públicas, elaboradas de forma articulada pelo poder público e sociedade civil, com vistas a valorizar o patrimônio cultural e combater as desigualdades.

Importante encarar as representações patrimoniais a partir de sua construção social, como portadores de significados, devendo inspirar reflexão mais do que admiração (FUNARI; CARVALHO, 2011). É necessário criar possibilidades de acesso e interação da comunidade com estas instituições para que haja (re)conhecimento e apropriação por parte da sociedade com o fim de promover o usufruto desses bens culturais. É preciso também criar conexões e diálogos entre esses saberes e a produção contemporânea, para que haja ressignificação e continuidade das práticas, dos saberes e dos fazeres.

Boa parte das chamadas tecnologias limpas surgem do conhecimento ancestral das comunidades, o que implica pensar que muitas perspectivas de futuro dependem dos saberes e práticas do passado, tornando a cultura um veículo de transmissão de valores com toda a potência para canalizar a mensagem da sustentabilidade (MORIN, 2013; HARO; VASQUEZ, 2020).

3.3 Por um desenvolvimento sustentável: uma cartografia dos saberes

Desenvolvimento é um processo de mudança social que só se apreende integralmente quando relacionado à ideia de criatividade (FURTADO, 2012). A Agenda 2030 e sua proposta para a transformação do planeta com a implementação dos dezessete ODS, desafia as comunidades humanas a refletirem sobre a contribuição do que conhecemos como patrimônio ao desenvolvimento e aos direitos alcançados (REVERT, 2019). Não se pode fundar a sustentabilidade como uma ação pontual ou uma finalidade a ser alcançada, de outro modo, configura-se muito mais em um processo contínuo, que requer engajamento progressivo e esforço coletivo da sociedade ou grupo social (MATOS, 2014), que no contexto do desenvolvimento local, deve considerar as memórias e os modos de vida dos indivíduos, importantes componentes do patrimônio cultural (VARINE, 2012).

Diante disso, Revert (2019) aponta para a necessidade de aprender a reconhecer o passado e os discursos a ele atribuídos, inserindo-o no âmbito das dignidades, a fim de localizá-lo na configuração das identidades e ao fazer uso individual e coletivo, apropriá-lo em sua dimensão transcendente, seu valor simbólico e versatilidade em benefício do que queremos ser e fazer na vida.

A herança deve ser compreendida para além de um lugar de memória, sendo concebida no âmbito, a partir do qual exercitamos nossas capacidades (REVERT, 2019). Nesse sentido, consideramos conhecer as tipologias e a espacialidade dos agentes que desenvolvem seus saberes e ofícios na cidade de Juazeiro do Norte, refletindo sobre a relação do patrimônio cultural com o desenvolvimento sustentável e suas contribuições para a implementação dos ODS.

Considerando as duas associações, os dados de tipologias e espacialidade foram agregados, de forma a possibilitar um panorama integrado e mais amplo sobre a configuração espacial desses agentes e seus saberes. Foram classificadas 11(onze) tipologias: madeira, palha, argila, flandre, tecido, couro, corda, cabaça, azulejo, material reciclável e papel, utilizadas pelos artistas na composição das obras. A produção das

peças, termo utilizado pelos agentes, acontece sob a dinâmica individual de cada artista, que definem o tempo dedicado ao trabalho e a quantidade de obras a produzir.

Dos 34 (trinta e quatro) bairros existentes na cidade de Juazeiro do Norte, os agentes estão presentes em 20 (vinte), o que faz perceber uma espacialidade descentralizada, ocupando quase em sua totalidade, áreas periféricas. O maior número de agentes por área está concentrado no bairro do Horto, evidenciando um grupo com características bem particulares, composto eminentemente por mulheres, que se classifica pelo uso da palha para a criação dos seus produtos, conforme o **Quadro 1**. A segunda maior área de concentração dos agentes, é o bairro Frei Damião, agrupando 13 agentes, cujas tipologias se apresentam mais diversificadas.

Quadro 1 – Distribuição dos agentes por bairro, gênero e tipologia em Juazeiro do Norte

Nº	Bairro	Nº de artistas	Gênero	Tipologia
01	Centro	04	F (03) M (01)	Argila
02	Juvêncio Santana	01	F (01)	
03	São Miguel	02	F (01) M (01)	
04	Campo Alegre	05	F (02) M (03)	Argila e madeira
05	Pirajá	02	F (01) M (01)	
06	Tiradentes	05	F (01) M (04)	Argila, madeira, material reciclável, tecido, corda, cabaça e papel
07	Franciscanos	03	F (01) M (02)	Madeira
08	Lagoa Seca	01	M (01)	
09	Limoeiro	06	F (03) M (03)	
10	Parque São Geraldo	01	M (01)	
11	Romeirão	02	M (02)	
12	Triângulo	02	F (01) M (01)	
13	Vila Três Marias	02	M (02)	
14	Vila Fátima	02	M (02)	Madeira, azulejo, papel e tecido
15	Pio XII	02	F (02)	Madeira, corda e cabaça
16	Santa Tereza	02	F (01) M (01)	Madeira e couro
17	Frei Damião	13	F (05) M (08)	Madeira, flandre e tecido
18	Salesianos	02	F (01) M (01)	Madeira e material reciclável
19	João Cabral	04	F (01) M (03)	Madeira e palha
20	Horto	36	F (36)	Palha
Total	-	97	F (58) M (39)	11 (onze)

Elaboração: Autores (2022). **Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

Com base nos dados levantados, percebeu-se que 59,7 % dos agentes mapeados na cidade de Juazeiro do Norte são mulheres e o bairro Tiradentes apresenta a maior diversidade de tipologias entre os bairros. As duas associações agrupam um total de 107 artistas residentes na cidade de Juazeiro do Norte e outros 10 distribuídos entre 05

municípios da RMCariri e 01 da macrorregião do Cariri cearense, concentrando artistas que desenvolvem seus trabalhos a partir da tipologia da madeira, conforme o **Quadro 2**, que mostra a espacialidade dos agentes na RMCariri.

Quadro 2 – Distribuição dos Agentes na RMCariri

Nº	Município	Nº de artistas	Gênero	Tipologia
01	Aurora	02	M (02)	Madeira
02	Barbalha	03	F (01) M (02)	
03	Caririaçu	01	M (01)	
04	Crato	01	M (01)	
05	Missão Velha	02	M (02)	
06	Farias Brito	01	M (01)	
Total	06	10	F (01) M (09)	01

Elaboração: Autores (2022). **Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

Comunidade é a dimensão social de um grupo que partilha um território e um conjunto de elementos simbólicos, com consciência das semelhanças e diferenças que os representam. Nesse sentido, a busca por um desenvolvimento centrado nas pessoas e seu ambiente, deve considerar a dimensão cultural do ser humano e da comunidade (VARINE, 2012; MARAÑA; REVERT ROLDÁN, 2020).

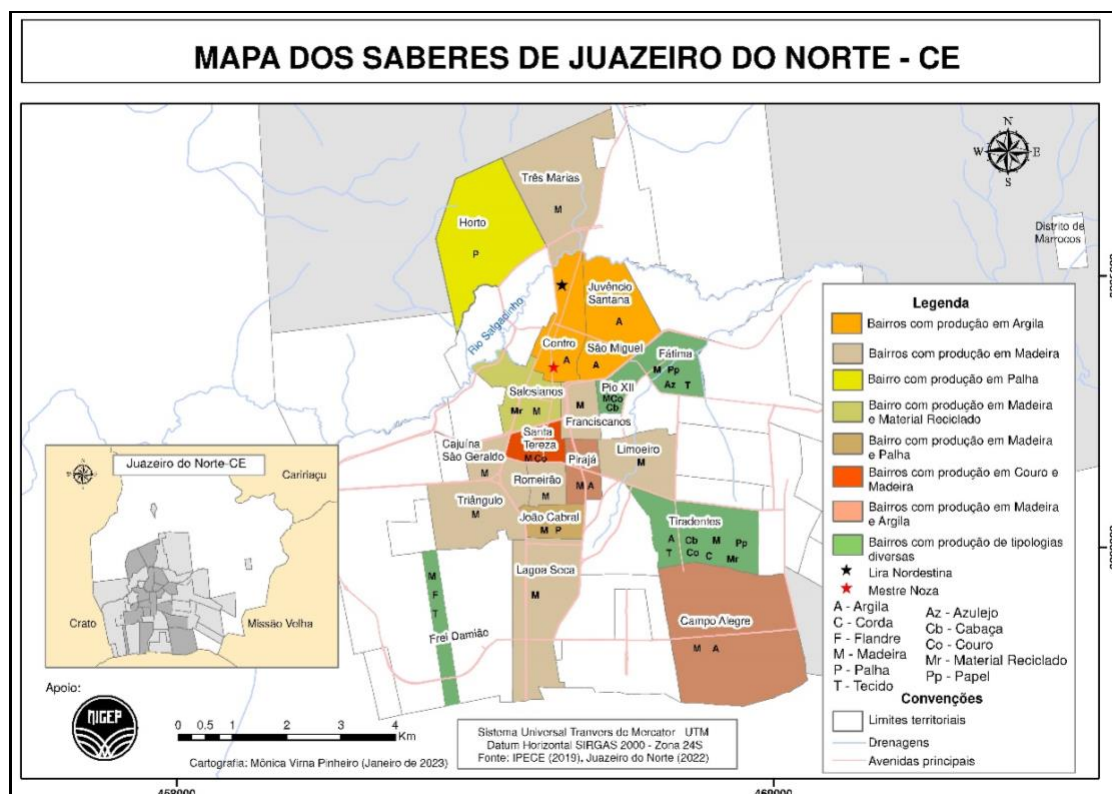
O significado profundo do desenvolvimento só pode ser compreendido em um nível local e para que esse desenvolvimento seja sustentável, os aspectos culturais não poderão ser desconsiderados (SACHS, 2002; CHACON, 2007; VARINE, 2012, REVERT, 2019, BALTA; PASCUAL, 2020), pois abordam a forma como as pessoas compreendem a si e ao seu lugar de pertencimento, caracterizando um desenvolvimento que considere a diversidade cultural como recurso de utilidade para todos os povos.

Ao longo do século XX e início do século XXI, a cidade de Juazeiro do Norte sofreu mudanças em seu espaço urbano e dinâmicas socioeconômicas, criando uma realidade cada vez mais acentuada pelas diferenças socioculturais e de acessos (bens, serviços, saúde, lazer, cultura etc.). Nesse sentido, o Mapa dos Saberes (**Figura 5**) evidencia, sob o recorte específico a que se detém, questões relativas à dimensão espacial do patrimônio cultural na cidade de Juazeiro do Norte.

Ao espacializar os saberes produzidos em Juazeiro do Norte, considerando o mapa, é possível perceber a cidade como um corpo dinâmico e não homogêneo, onde o patrimônio cultural delineia além dos aspectos identitários, sua própria geografia. Conforme Zanirato e Ribeiro (2006), as mudanças no entendimento de cultura e história reverberaram no entendimento dos bens considerados patrimônios, e o intenso crescimento urbano, observado nas últimas décadas, promoveram uma compreensão da

cidade como um tecido vivo, mesclado por edificações e pessoas, que agregam referências do passado à dinâmica urbana. Nesse sentido, a cidade se torna uma estrutura heterogênea de práticas culturais, lugares, paisagens e sociabilidades, que convergem para a criação e (re)criação de sentidos e significados que permeiam suas identidades culturais.

Figura 5 – Mapa dos Saberes em Juazeiro do Norte



Elaboração: Autores (2023). **Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

Conforme é possível perceber na figura 5, ao ocuparem as áreas periféricas e também o centro da cidade, os agentes e seus saberes constituem o que Bourdieu (2002) nomeou de espaço social, que caracteriza-se como o espaço das diferenças, onde as classes e grupos sociais se apresentam não como elemento entregue, mas como decorrência de relações de diferenciação e de disposição das propriedades que operam no sistema social considerado.

No sentido antropológico, a identidade está diretamente relacionada com a ideia de representação, sendo, portanto, um complexo sistema de representações com capacidade de afirmação das singularidades individuais ou de um grupo (ISAIA, 2017). Ao ocuparem áreas diversificadas, esses agentes espacializam os saberes de forma

descentralizada na cidade de Juazeiro do Norte, alcançando ainda outras cidades da RMCariri e macrorregião do Cariri cearense.

Um real processo de desenvolvimento só poderá ser alcançado a partir da compreensão das especificidades econômicas, ambientais, sociais e culturais, em observância às características relevantes do espaço, que se configuram a partir dos aspectos organizacionais, históricos e sociais de um lugar (SACHS, 2002). Os ODS ofertam uma perspectiva conceitual de desenvolvimento para além do crescimento econômico, almejando um futuro que contemple equidade, inclusão, paz e sustentabilidade, pautando uma visão audaciosa que pressupõe abordagens criativas, que possam romper com as atuações lineares utilizadas nas últimas décadas e que considere as potencialidades discursivas que a cultura apresenta frente aos ODS (HOSAGRAHAR, 2017; LUDERER, 2021).

As discussões que consideram as contribuições da cultura no contexto do desenvolvimento sustentável acontecem há décadas (NEIRA, 2018; REVERT, 2019, MARTINELL, 2017, LUDERER, 2021). O documento sobre os Indicadores para a Cultura produzido pela Unesco em 2019 recupera num pequeno histórico, os esforços da Agência desde a década de 1950, em relacionar a cultura aos temas que hoje são abordados pelos 17 ODS da Agenda 2030, e confere ainda, um melhor entendimento relativo à potencial transversalidade que a cultura apresenta em relação aos ODS (LUDERER, 2021).

A Agenda 2030 preconiza em vários objetivos a relevância do desenvolvimento local como um benefício vinculado à sustentabilidade. Nesse contexto, a promoção desse desenvolvimento deve considerar os saberes locais (SACHS, 2002; LUDERER, 2021).

Além do que é declaradamente abordado na meta 4 do ODS 11, a Agenda 2030 possui outros ecos discursivos referente à cultura, que deve ser a catalisadora da mudança para alcançar os ODS. Mesmo não evidenciada diretamente, está pautada de forma transversal nos ODS, que se relacionam às cidades sustentáveis, educação de qualidade, segurança alimentar, proteção do meio ambiente, crescimento econômico, padrões de consumo e promoção de sociedades inclusivas e pacíficas (UNESCO, 2015; MARTINELL; HARO; VASQUEZ, 2020; LUDERER, 2021).

A carta dos Indicadores Culturais (UNESCO, 2019) é uma importante referência nesse contexto por evidenciar os ODS que a cultura atravessa, fortalecendo sua visibilidade diante dos objetivos, ao elaborar argumentos para ampliar ações direcionadas para as políticas públicas que se relacionam com esses objetivos (LUDERER, 2021). A

ausência da cultura nas políticas de desenvolvimento e nos documentos norteadores é resultado do que indica Martinell, Haro e Vasquez (2020), a dificuldade que certos círculos têm de compreender a cultura no mundo contemporâneo.

Por configurar-se em diferentes contextos espaciais e sociais, os saberes expressam a diversidade presente no tecido urbano de Juazeiro do Norte, podendo através de políticas e ações integradas e interdisciplinares, cooperarem para a criação de redes de comunicação e colaboração, para discutir e planejar o alcance dos ODS, que conforme aponta a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural (2001), considere a cultura no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber.

4 CONCLUSÕES

A dimensão cultural promove o desenvolvimento local, considerando os saberes e preservando as tradições, uma vez que está vinculada às relações entre os seres em sociedade, sendo mais perceptível localmente (SACHS, 2004; CHACON, 2007). Nesse contexto, Ver (2000) afirma que as tradições perdidas podem fazer muita falta, onde a extinção de antigos modos de vida pode causar angústia e um profundo senso de perda.

A partir da observação, percebeu-se que os agentes possuem autoestima e acreditam no próprio trabalho como referência cultural de um grupo social, que produz saberes e costumes comuns, compartilhados coletivamente, agindo em defesa de suas capacidades criativas e das identidades que são portadores, que nesse sentido, configuram-se como patrimônios culturais. Conforme Paz (2017), o conceito de patrimônio é plural e possui significados simbólicos que cooperam para promover o fortalecimento da cidadania por meio da identificação social. Nesse sentido, o patrimônio cultural exerce um papel fundamental no (re)conhecimento da comunidade local como produtora de saberes e fazeres tradicionais e na valorização das práticas identitárias.

Toda a vitalidade e capacidade criadora que os agentes possuem a partir de seus saberes e expressões culturais, não isenta a urgente necessidade de criação e articulação de redes colaborativas e políticas públicas de cultura, que possam fortalecer as identidades e as práticas, com ações de valorização, preservação, fomento e promoção do patrimônio cultural.

Percebe-se que mesmo diante das adversidades que enfrentam, esses agentes buscam estratégias de convivência e representatividade, atuando do local ao global, animando suas capacidades criativas e promovendo a diversidade cultural. Pela

capacidade de promover resiliência, criando e ampliando oportunidades de forma dialógica, a cultura contribui efetivamente para a implementação dos ODS. Ao incorporar aspectos cotidianos e identitários, o patrimônio cultural adquire capacidades de integrar as comunidades e suas visões de mundo para de forma inclusiva e sustentável, planejar e construir uma direção de futuro que contemple a diversidade no escopo de um desenvolvimento que conforme coloca Sachs (2008), seja includente, sustentável e sustentado.

Com isso, percebe-se que a educação e seus aportes teóricos e metodológicos, podem favorecer a construção de relações dialógicas, para a estruturação de planejamentos que considerem os diversos contextos culturais, sociais, econômicos e ambientais, cooperando para criação de políticas públicas que favorecem equidade, justiça social e melhor qualidade de vida, agora e no futuro.

Por fim, conclui-se que abordar a educação pelo patrimônio em diálogo com outras propostas metodológicas, ancoradas em cidadania e sustentabilidade, será importante para ampliar a discussão que aqui se apresenta.

AGRADECIMENTOS

A todas e todos os artistas que compõem a Associação dos Artesãos de Juazeiro do Norte – Centro de Cultura Popular Mestre Noza e a Associação dos Xilógrafos e Artesãos do Cariri – Lira Nordestina, em especial a Zumbin e José Lourenço, por toda a atenção e boa vontade em contribuir com a pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. R.; RIBEIRO, H. R. C.; SANTANA, B. B. Terreiro digital: uma análise da I Mostra Virtual Mestres da Tradição em Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. In: III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio, 2021. **Anais [...]**. Portugal: Editora Cravo, 2021.

ARAÚJO, Maria de Lourdes de. **A cidade do Padre Cícero: trabalho e fé**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

BALTÀ, J.; PASCUAL, J. A cultura nos ODS: perspectivas a partir da ação local e da agenda 21 da cultura. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, abr.-out. 2020. São Paulo: Itaú Cultural, p. 34-45. ISBN: 2447-7036.

BARROS, Luitgarde Oliveira C. **Juazeiro do Padre Cícero, a terra da mãe de Deus**. 3ª. Ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2014.

BARROS, J. M.; KAUARK, G (Org.). **Diversidade cultural e desigualdade de trocas:** participação, comércio e comunicação. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, 2011.

BARROS, J. M. (Org.). Apresentação. **Diversidade Cultural e Desenvolvimento Sustentável** [eletrônico]. Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2020.

BENATTI, Camila; SILVA, Rafael Teixeira da. Patrimônio Cultural: Desafios para o desenvolvimento sustentável. Número Especial da **Revista Estudos Geográficos** – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 13(0): 178- 196, jan./jun. 2015.

BENEVIDES, Gilmar. **A cultura, o Brasil e a Agenda 2030**. Insituto Brasileiro de Direitos Culturais (IBDCult). 2021.

BOURDEIU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, P. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **IDH**. 2010.

BRUDTLAND – **NOSSO FUTURO COMUM**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1987.

CÂNDIDO, M. M. D. Educação patrimonial em variados territórios: relato de uma experiência itinerante. In: CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte (Org.). **Cadernos de Iniciação à Gestão de Museus e Patrimônio Cultural**, Crato: SEBRAE, 2009.

CARVALHO, F. G. C. Editoração de folhetos populares no Ceará. **Revista Comunicação Social**, n. 17, p. 31-67, jan.-dez, Fortaleza, 1987.

CARVALHO, G. **Madeira Matriz:** cultura e memória. São Paulo: Annablume, 1998.

CAVA, R. D. **Milagre em Joazeiro**. Tradução: Maria Yedda Linhares. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 12ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHACON, Suely Salgueiro. O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. [**Tese Dourado**]. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

DUARTE-FEITOZA, P. H. Cultura e desenvolvimento: existem resultados e impactos? In: **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, abr.-out. 2020. São Paulo: Itaú Cultural, p. 09-11. ISBN: 2447-7036.

FARIAS, T. C. de. Patrimônio cultural: a indissociabilidade do patrimônio material e imaterial na cidade de Pombal/PB. [**Dissertação de Mestrado**]. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2011.

FILHO; Flavi F. L.; NUNES, Lucas da. A educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e valorização cultural e identitário. In: PADOIN, Maria M. *et al.* (Org.). **Educação patrimonial em territórios geoparques:** uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. [E-book] Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, p. 159-174, 2021.

- FONSECA, Maria Cecília Bondes. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2ª ed, p. 81-93, 2003.
- FONSECA, M.C. B. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Ministério da Cultura/ Iphan, 2005.
- FRANKLIN, J. **Xilogravura popular na literatura de cordel**. Brasília: LGE, 2007.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CARVALHO, Ana Vieira (org.). **Patrimônio cultural, diversidade e comunidade**. São Paulo: IFCH-UNICAMP, 2011. V. 143. P. 1-69.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 18 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- FURTADO, R. F. D. (org.). **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- GAMA, Manuel. Projetos Culturais e a Agenda 2030. XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. [Anais] XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). 27-30 jul. 2021, Salvador/BA.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Guanabara: Rio de Janeiro, 1989.
- GUELMAN, L. C. *et al.* (Org.). **Prospecção e capacitação em territórios criativos**: desenvolvimento de potenciais comunitários a partir das práticas culturais nos territórios Cariri (CE, Madureira, Quilombo Machadinho e Paraty (RJ). Niterói, RJ: CEART/Mundo das Artes, 2017.
- HARRISON, R. Heritage and globalization. In: WATERTON, E.; WATSON, S. (Org.). **The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research**. Nova York: Palgrave MacMillan, 2015. P. 297–312.
- HARO, M. G.; VASQUEZ, L. Integrando la Agenda 2030 ver el sector cultural y creativo. In: MARTINELL, A. (coord.) *et al.* **Revista Cultura y Desarrollo Sostenible**: aportaciones al debate sobre la dimensión cultural de la Agenda 2030. REDS, Madrid, 2020, p. 17-25. ISBN: 978-84-09-20014-06P. 17-25.
- HEYE, Ana; SOUSA, Marina de Mello. 1987. **Relatório do Projeto-Piloto de Apoio ao Artesão**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1987.
- HOSAGRAHAR, Jyoti. **Culture: at the heart of SDGs**. UNESCO, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. **Malha Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=sobre> Acesso em: 20 mar. 2022.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais. Brasília, DF: Iphan, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial**. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Ceará em mapas**. Fortaleza: IPECE, 2019. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/georreferenciados/index.htm> Acesso em: 20 mar. 2022.

ISAIA, A. C. Identidade Cultural. In: BERNS, Z.; KAYSER, P. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2ª. Ed. Canoas, RS: UnilaSalle, 2017.

JANNUZZI, P. de M.; CARLO, S. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. *Revista Bahia anál. Dados*, Salvador, v. 28, n. 2, p.6-27, 2018.

KOVÁCS, Máté. A dimensão cultural do desenvolvimento: rumo à integração do conceito nas estratégias de desenvolvimento sustentável. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 27, p. 21-33, abr.-out. 2020.

LUDERER, C. A Agenda 2030 e suas potencialidades para a cultura. In: GAMA, M.; COSTA, P. R. (Org.). **Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura**, pp. 193–206. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), 2021.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MARAÑA, Mairer; REVERT, Ximo. Patrimonio Cultural y Desarrollo: ver mirada a la Agenda 2030 y el rol del 75ossibilid. **Revista Periférica Internacional**, v. 21. <https://doi.org/10.25267/Periferica>

MARTINELL, Alfons. El desarrollo desde la cultura. **Revista española de desarrollo y cooperación**, n. 39, p. 53-64, 2017.

MARTINELL, A. Cultura e desenvolvimento: uma relação difícil. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, 2020. São Paulo: Itaú Cultural, p. 09-11.

MARTINELL, A.; HARO, M. G.; VASQUEZ, L. La cultura e el desarrollo sostenible. In: MARTINELL (coord.), *et al.* **Revista Cultura y Desarrollo Sostenible: aportaciones al debate sobre la dimensión cultural de la Agenda 2030**. REDS, Madrid, 2020, p. 04-07. ISBN: 978-84-09-20014-06P. 17-25.

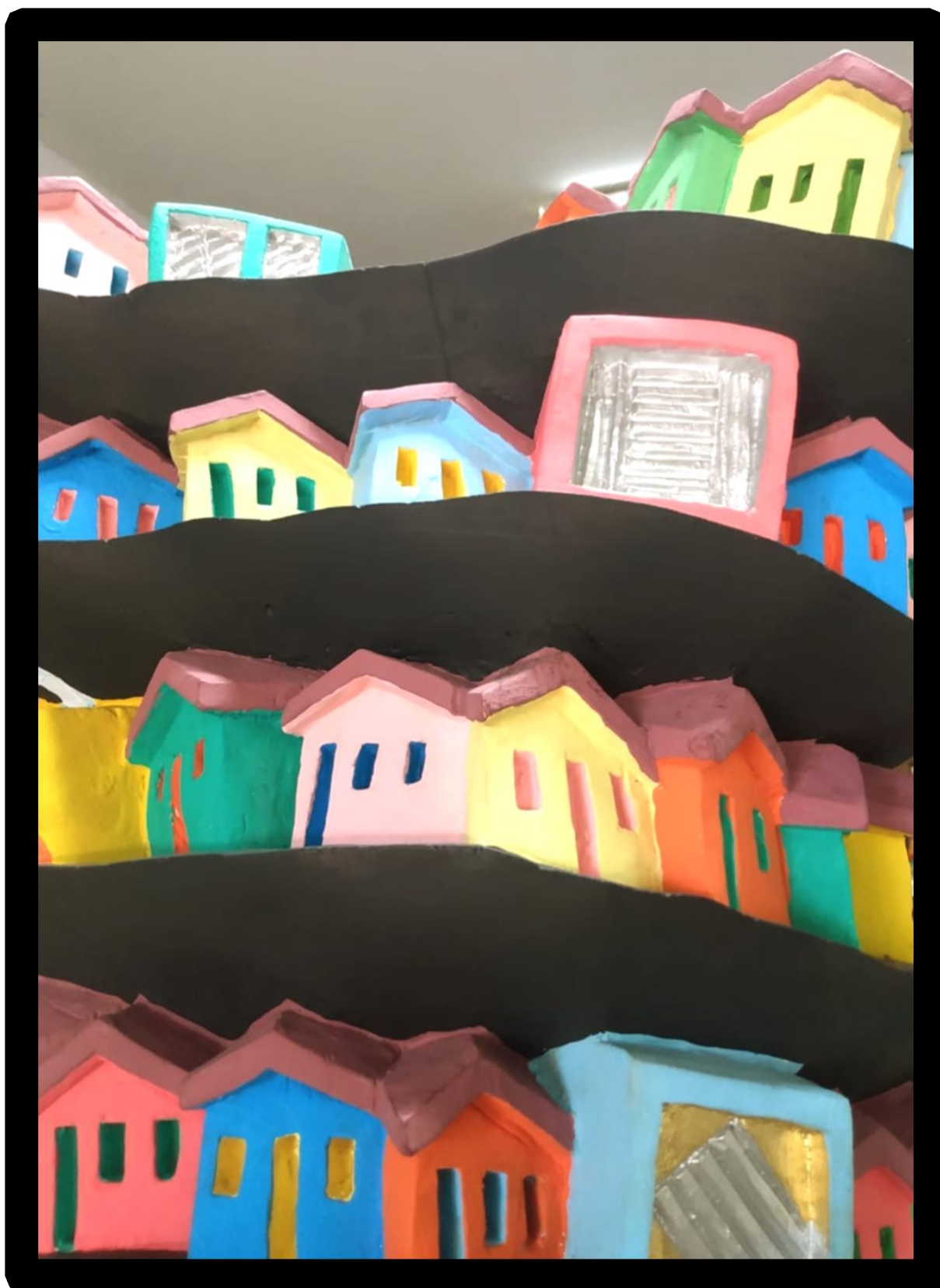
MATOS, K. M. Responsabilidade socioambiental e cidadania. In: CHAGAS, M.; STUDART, D.; STORINO, C. (Org.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Museologia, 2014, p.65 – 76.

MELO, R. A. Artes de Juazeiro: imagens e criação no Centro de Cultura Popular Mesre Noza. **Anais... X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política**, UFPE, Recife, 26-30 abr. 2017. ISBN: 978-85-7315-769-7. Recife, 2010.

MELO, R. A. **Arcanos do verso: trajetórias da literatura de cordel**. Rio de Janeiro: Letras, 2010.

- MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução Edgard de Assis Carvalho e Maria Perassi Bosco. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.
- NEIRA, B. A. M. La incorporación de la cultura y el 76ossibilid ver el desarrollo sostenible: 76ossibil y 76ossibilidades. **Revista humanidades**, v. 8, n. 1, p.1-33. Enero-junio, 2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.15517/h.v8i1.31465>.
- NEVES, Carolina. Revista do Patrimônio e a construção do Patrimônio Cultural. [Anais] Simpósio Científico ICOMOS Brasil, Belo Horizonte, 2017.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na África (AFRICACULT)**. Relatório final, 1975.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração do México**. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. 1982.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Plano de Trabalho de Cultura para América Latina e Caribe (2016-2021)** Relatório final.
- PAIVA, P. J. B. Memória Gráfica: os folhetos de Cordel no Brasil. **Transverso**, n. 3, p. 89–101, 2021.
- PASCUAL, Jordi. **Rio +20 e a Dimensão Cultural da Sustentabilidade**. Portal da Cultura, 2012.
- PAZ, F. R.C. Patrimônio. In: BERNS, Z.; KAYSER, P. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2 ed. Canoas, RS: UnilaSalle, 2017.
- PIZZIGNACCO, M. M. P. Motes para ler o mundo: os folhetos de cordel como mediadores de processo educativos com artes. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 42, n. 116, p.98-109, Jan.-Abr., 2022.
- RAMOS, E. La gravure populaire au Brésil (XIXe – Xxe siècle): Du marché au marchand. [Tese de Doutorado em Humanidades e Ciências Sociais]. École Doctorale Lettres, Langues et Spectacles, Université Paris X – Nanterre, França, 2005.
- REVERT, Ximo. Building a Global Citizenship from Cultural Heritage. **Quaderns de La Mediterrània**. European Institute of the Mediterranean – IEMed. N. 28-29, 2019. ISSN 1577-9297.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTANA, Gisane Souza; SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **Identidade, memória e patrimônio: a festa de Sant'Ana do Rio do Engenho, Ilhéus (BA)**. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 87-102, mai. 2015.

- VER, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Laura Teixeira Motta (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Elsa Peralta. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. In: **Antropológicas**. Lisboa, n. 4, p. 217-224, 2000.
- VALE, C. A. R.; SILVA JÚNIOR, J. T. (Org.). **Catálogo de artesanato cariense**. Vol. 1. Juazeiro do Norte, CE: BSG – Bureau de Serviços Gráficos, 2012.
- VARINE, Hugues de. **O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução: Maria de Lurdes Parreiras Horta. Brasil: Editora Medianeza, 2012.
- VEIGA, José Eli da. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.
- VIANNA, L. C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. Ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).
- ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

ARTIGO 3

Escultura de Severino de Sousa (2022). Foto: Regivania Almeida (2022).

POR UMA CIDADANIA CONSCIENTE E SUSTENTÁVEL: PATRIMÔNIO NAS TRILHAS URBANAS DE JUAZEIRO DO NORTE (RMCARIRI, CEARÁ)

FOR A CONSCIOUS AND SUSTAINABLE CITIZENSHIP: HERITAGE ON THE URBAN TRAILS OF *JUAZEIRO DO NORTE* (RMCARIRI, CEARÁ)

RESUMO

Considerado um dos maiores centros de religiosidade popular da América Latina, a cidade de Juazeiro do Norte também é conhecida pela pluralidade cultural, cujas expressões, celebrações, saberes e fazeres, se constituem como bens culturais, agregando o intangível e também a materialidade, num contexto em que mestres, mestras e coletividades, são portadoras de importantes referenciais da cultura local. Posto isso, o objetivo é produzir reflexões que possam contribuir para construção de ações de valorização e preservação do patrimônio cultural na cidade de Juazeiro do Norte. O estudo tem uma abordagem qualitativa, fundamentado nos conceitos de patrimônio, educação patrimonial, cidadania e desenvolvimento sustentável, relacionando patrimônio e os ODS, compondo-se de uma revisão de literatura e pesquisa documental e de campo, analisando os dados de forma integrada. Com os resultados e considerando a ação educativa pelo patrimônio, espera-se contribuir para a valorização e preservação do patrimônio cultural, corroborando a importância da cultura como dimensão da sustentabilidade.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Cidadania. Desenvolvimento Sustentável. ODS.

ABSTRACT

Considered one of the largest centers of popular religiosity in Latin America, the city of *Juazeiro do Norte* is also known for its cultural plurality, whose expressions, celebrations, knowledge and practices constitute cultural assets, adding the intangible and also the materiality, in a context in which male and female masters and collectives are bearers of important references of the local culture. That said, the objective is to produce reflections that can contribute to the construction of actions to value and preserve the cultural heritage in the city of Juazeiro do Norte. The study has a qualitative approach, based on the concepts of heritage, heritage education, citizenship and sustainable development, relating heritage and the SDGs, comprising a literature review and documentary and field research, analyzing data in an integrated manner. With the results and considering the educational action for heritage, it is expected to contribute to the appreciation and preservation of cultural heritage, corroborating the importance of culture as a dimension of sustainability.

Keywords: Heritage Education. Citizenship. Sustainable Development. ODS.

1 INTRODUÇÃO

A Primeira Década Internacional para o Desenvolvimento das Nações Unidas (1988-1997) ofertou um balanço que evidenciou os limites de um desenvolvimento pautado quase que exclusivamente no crescimento econômico, e jogou luz na necessidade de adotar um conceito de desenvolvimento mais humano e sustentável, que garantisse o respeito ao meio ambiente, às diversidades culturais e às aspirações humanas por um futuro próspero, pacífico e harmonioso, um desenvolvimento equitativo e solidário de

todas as sociedades (KOVÁCS, 2020). Em meio a essas discussões, as últimas décadas do século XX consolidaram o paradigma do desenvolvimento sustentável amparado em três pilares: a economia, o meio ambiente e a inclusão social. Considerando essa visão, são esses três conceitos que nos definem como humanos paradoxalmente potencializados para a construção de um desenvolvimento centrado nas pessoas que habitam esse planeta, do presente e do futuro (BRUDTLAND, 1987; PASCUAL, 2020).

Nesse mesmo período e nos anos seguintes, a ideia de incorporar a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável foi ganhando força e em 2004 foi adotada no Primeiro Fórum Universal das Culturas, a Agenda 21 da Cultura, uma ferramenta para integrá-la como um pilar de desenvolvimento sustentável a nível local (MARTINELL; HARO; VASQUEZ, 2020). Pensada como o quarto pilar da sustentabilidade, a cultura questiona o paradigma triangular do desenvolvimento e torna-se essencial, pois integra os valores que constituem a sociedade, base sobre a qual todo o restante se constrói. Essa compreensão permite um melhor entendimento do mundo e se torna chave para uma transformação eficaz, que consente o desenvolvimento como liberdade, apoiando escolhas e oportunidades. Essa visão reconhece a criatividade e as capacidades humanas, para a indução e condução das mudanças protagonizadas pelos agentes sociais (FURTADO, 1984; SEN, 2000; HAWKES, 2001; NUSSBAUM, 2010; PASCUAL, 2020).

Nesse contexto, as diversas discussões sobre as contribuições da cultura e do patrimônio no contexto do desenvolvimento sustentável (DUPIN, 2020; BALTA; PASCUAL, 2020; MARAÑA; ROLDÁN, 2020; MARTINELL, 2020; GAMA, 2021; LUDERER, 2021), evidenciam que o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Agenda 2030 (UNESCO, 2015) encontram apoio no amplo escopo de cultura e humanidades (MARTINELL; HARO; VASQUEZ, 2020).

A Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, versa que “a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber” (UNESCO, 2001, p. 01). A versatilidade na adaptação às questões individuais e coletivas que lhe são projetadas, tornam o patrimônio cultural um poderoso recurso para a nossa existência, que pode e deve contribuir para o desenvolvimento humano, sustentável e pacífico que a humanidade busca há tempos (REVERT, 2019).

O patrimônio imaterial situa-se no âmago da vida cultural e do desenvolvimento comunitário, onde a falta de consciência de seu valor provoca baixa visibilidade, sendo

necessário encontrar formas e meios para promover seu desenvolvimento (VARINE, 2012). O reconhecimento das referências culturais por parte de um grupo social, acontece quando as pessoas se sentem parte integrante de suas comunidade ou cidades. Essas referências são bens culturais, que podem ser de natureza material, como paisagens, edificações, objetos, documentos etc., ou imaterial, que estão relacionadas aos saberes, habilidades, práticas e aos modos de vida das pessoas (IPHAN, 2007).

Nesse sentido, o patrimônio cultural exerce um papel fundamental no (re)conhecimento da comunidade local como produtora de saberes e fazeres tradicionais e na valorização das práticas identitárias. Conforme Padoin (2021), o patrimônio é um potente mecanismo para a construção de um caminho futuro que seja coletivo e sustentável.

O patrimônio não se constitui somente por objetos do passado, reconhecidos oficialmente, mas sobretudo, por aqueles que remetem às identidades. O conceito integral de patrimônio dimensiona todo o território e seus habitantes, onde a qualidade de vida configura-se como consequência do desenvolvimento sustentável, cuja gestão integra os recursos patrimoniais a partir de estratégias territoriais locais (NUNEZ, 2016). O patrimônio cultural, *per se*, é resultado das relações sociais e dos significados a ele atribuídos pelos sujeitos sociais, e sua apropriação, deve se dar a partir da construção coletiva e democrática do conhecimento, considerando a efetiva participação dos diferentes grupos sociais, numa perspectiva da ecologia de saberes (SANTOS, 2009a; TOLENTINO, 2018).

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é produzir reflexões que possam contribuir para construção de ações de valorização e preservação do patrimônio cultural na cidade de Juazeiro do Norte, correlacionando educação patrimonial, cidadania e desenvolvimento sustentável e os ODS, buscando propor o patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento regional sustentável.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Roteiro teórico-metodológico

O desenho teórico metodológico na busca por esse objetivo foi de abordagem qualitativa, fundamentada nos conceitos de patrimônio e educação patrimonial, cidadania e desenvolvimento sustentável, relacionando patrimônio e os ODS, compondo-se de uma revisão de literatura e pesquisa documental e de campo, seguidas de uma análise integrada

dos dados, que possa contribuir para a valorização e preservação do patrimônio cultural, a partir da ação educativa e fortalecer a cultura como dimensão da sustentabilidade.

No escopo deste trabalho, patrimônio será abordado como um processo ativo que agrupa bens e práticas culturais selecionadas como reflexo do presente, cujos valores associados se deseja levar para o futuro (HARRISON, 2015), e educação como o processo de desenvolvimento da personalidade social e do caráter, considerando as visões de mundo, os ideais, valores, modos de agir, caracterizando princípios ideológicos, morais, políticos e ação ativa no enfrentamento à realidade e seus desafios práticos (LIBÂNEO, 2013).

A Educação Patrimonial (EP) deve considerar a construção do conhecimento de forma coletiva e democrática, a partir da relação dialógica entre os agentes culturais e sociais, com a legítima participação das comunidades que detêm e produzem as referências culturais, nas quais convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (FLORÊNCIO *et al.*, 2014). A EP deve ser abordada como estratégia para a instrumentalização da comunidade em seus enfrentamentos e problemáticas cotidianas, para que se tenha desenvolvimento pessoal e coletivo, justiça social e equidade, que conforme Sachs (2008), são questões fundamentais no escopo da sustentabilidade.

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), por sua vez, é um conceito dinâmico que compreende uma visão da educação que busca a conscientização para atuar na criação e usufruto de um futuro sustentável (UNESCO, 2021). A Educação para a Cidadania promove a formação de sujeitos autônomos frente ao contexto social e ambiental, de forma crítica e criativa, tendo como referência os valores dos direitos humanos (PORTUGAL, 2013). Incorporar a cidadania ativa em busca de condições de vida mais justas e equitativas para as pessoas em todas as partes do mundo é promover uma cidadania global (REVERT, 2019).

Foram realizados levantamentos bibliográfico e documental em periódicos nacionais e internacionais, livros e capítulos, relacionados e atuais que abordam as temáticas relativas à educação patrimonial, bem como informações e documentos oficiais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e das Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Periódicos nas áreas de ciências ambientais, educação, ciências sociais, história e áreas afins, foram consultados, por meio dos descritores presente no título e nas palavras-chave desse artigo, com referência temporal para os anos de 2000 a 2021, considerando as importantes contribuições a partir das mudanças ocorridas nos conceitos e temáticas abordadas.

As buscas foram feitas nas plataformas Periódicos CAPES, Google Acadêmico, ShiELO, *Web of Science* e o *Research Gate*, além da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-IBICT), que também foi consultada. A busca foi realizada no período de novembro e dezembro de 2022, utilizando os operadores “and” e “or”, a fim de considerar as temáticas abordadas de forma individual, bem como associadas.

A estrutura conceitual e o referencial teórico-metodológico utilizados foram problematizados a partir das concepções de patrimônio e ação educativa, abordando o contexto da educação para a cidadania e para o desenvolvimento sustentável, cuja análise dos dados foi feita de forma integrada, considerando também os levantamentos de campo.

O levantamento cartográfico utilizou bases disponíveis nos acervos de órgãos públicos, as quais foram trabalhadas em escala de detalhe (quando possível), visando espacializar a proposta de abordagem do patrimônio cultural em trilhas urbanas em Juazeiro do Norte, constituído a partir dos dados de campo.

2.2 Área de Estudo

Localizada na região sul do estado do Ceará, a Região Metropolitana do Cariri (RMCariri) foi instituída em 2009, com o objetivo de estabelecer a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. É formada por nove municípios, a constar: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, com desenvolvimento econômico mais elevado, formam o núcleo urbano conhecido como Crajubar, além de Caririaçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri (CEARÁ, 2009).

Com estimativa populacional em 2021 de 278.264 (IBGE, 2021), Juazeiro do Norte (**Figura 1**) é o município com maior densidade demográfica da RMCariri e o terceiro do Ceará (IBGE, 2021). Considerado um dos maiores centros de religiosidade popular da América Latina, a cidade receberomeiros e turistas durante todo o ano, concentrando em três grandes romarias (Candeias: 02/fevereiro, Nossa Senhora das Dores: 15/setembro e Finados: 02/novembro), milhares de pessoas que se deslocam de vários estados do Brasil (JUAZEIRO DO NORTE, 2020).

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo



Elaboração: Marcelo Moura Fé (2021). **Fonte:** IBGE (2018); IPECE (2019).

Conhecido também pela pluralidade das expressões culturais, o município vivencia importantes ciclos de tradição popular, como o Ciclo de Reis, reunindo dezenas de grupos entre reisados, guerreiros e lapinhas, durante as festividades do período natalino, se estendendo até o dia 06 de janeiro. Os ciclos e as manifestações a eles vinculadas, assim como as expressões, celebrações, os saberes e fazeres, se constituem como bens culturais, agregando o intangível e também a materialidade, num contexto em que mestres, mestras e coletividades, são portadoras de importantes referenciais da cultura local.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Patrimônio, ação educativa e sustentabilidade: preservar o quê e para quem?

Em seu âmago, a ideia de desenvolvimento sustentável enuncia que as futuras gerações merecem tanta atenção quanto as atuais (VEIGA, 2015). Por sua vez, o patrimônio, ao comunicar heranças e valores construídos no passado e no presente, se conecta diretamente ao futuro, assegurando às próximas gerações o direito de usufruir dos bens culturais. Nesse sentido, Varine (2012) enfatiza a importância do patrimônio

como recurso para o desenvolvimento local, que tratando-se de uma herança, é constantemente enriquecida, transformada e transmitida.

No sentido político, o patrimônio é um capital real para o desenvolvimento, um fator de consciência coletiva. É um capital que para viver, produzir e transformar, para permanecer útil, necessita de reconhecimento e ação de comunidade (VARINE, 2012). Reconhecer a pluralidade de sistemas de conhecimento é crucial para as sociedades sustentáveis (PASCUAL, 2012). Além de um lugar de memória, o patrimônio é também um espaço de exercício das nossas capacidades. Nesse sentido, torna-se importante reconhecer o passado e os discursos a ele associados, extrair conhecimentos e posicioná-los na configuração das identidades e da pertença, o que promove consciência da continuidade enquanto pessoas através do tempo (SILVA, 2000; REVERT, 2019).

A conscientização se dá, sobretudo, quando o indivíduo supera a condição passiva e assume uma posição crítica diante do mundo, potencializando o poder de escolha e construção de si mesmo como pessoa, transformando a realidade, uma vez que se percebe como agente da história (FREIRE, 2011).

Os conhecimentos culturais sobre a história e o ambiente constituem importantes riquezas e valores humanos que muito podem colaborar para o desenvolvimento endógeno e sustentável (VARINE, 2012; FACHINI; CARVALHO, 2018). O patrimônio, sob suas diferentes formas, é o húmus para o desenvolvimento local que só se faz com participação efetiva, ativa e consciente da comunidade que o detém. O desenvolvimento realmente sustentável se faz em harmonia com esse patrimônio, que pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida (VARINE, 2012).

Valorizar o patrimônio cultural significa interagir com o meio em que se vive. Falar de conservação do patrimônio até meados do século XX, era entendido apenas como conservação física dos monumentos, museus ou lugares históricos. A Educação Patrimonial surgiu como esforço de profissionais dos lugares de memória para criar uma proposta mais abrangente, que também envolvesse a comunidade. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são elementos indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (COGAN, 2017).

A concepção de Educação Patrimonial, comumente disseminada, está assentada na proposta metodológica criada pela equipe do Museu Imperial, na década de 1980, a partir das experiências pedagógicas na área museológica desenvolvidas na Inglaterra, tendo como referência o *Heritage Educacion*, que intencionava o uso dos museus e

monumentos históricos para fins educacionais. No Brasil, essa prática foi sistematizada no Guia Básico de Educação Patrimonial. No entanto, a educação patrimonial já fazia parte, de forma recorrente, das ações dos museus desde o século XIX, ainda que sem essa denominação (HORTA *et al.*, 1999; SCIFONI, 2012; CHAGAS, 2013; TOLENTINO, 2018).

Essa proposta pedagógica de educação patrimonial regula-se pelo viés instrutivista da educação (LIBÂNEO, 2013), seguindo um processo verticalizado que configura o patrimônio cultural descontextualizado do indivíduo, que não tem participação nos objetivos, habilidades e conhecimentos que irá adquirir, na contramão de uma apropriação impregnada de conflitos, consensos e discordâncias entre os sujeitos sociais (DEMARCHI, 2018; TOLENTINO, 2018). Pensada inicialmente no âmbito dos museus, a educação patrimonial extrapolou essa fronteira e como área específica de políticas públicas para o patrimônio cultural, assumiu um campo mais vasto de atuação e superou as ações focadas nos acervos e edificações isoladas, compreendendo a cidade como credencial da história e da cultura, apta a leituras e interpretações, pela via de múltiplas abordagens educativas (FLORÊNCIO, 2012; SCIFONI, 2012).

A prática preservacionista no Brasil seguiu os passos europeus, estreitamente associada à ideia de formação e afirmação do Estado-nação, ganhando força com a intenção de pertencer à civilização ocidental, supostamente forjando o processo de invenção de um patrimônio nacional brasileiro (CHUVA, 2003; TOLENTINO, 2018). Em contraponto, a preservação do patrimônio deve estar vinculada à transmissão, difusão e apropriação dos sentidos e valores, que os grupos sociais atribuem aos bens culturais. Sem essa perspectiva, os dispositivos legais de proteção, assumem lugar de atos declaratórios de valor, do qual, possíveis aplicações na restrição de direitos de uso aos bens protegidos, podem ter avaliações e impactos negativos, onde a preservação do patrimônio pode ser percebida por setores da sociedade, como limitação à liberdade individual e obstáculo ao desenvolvimento. Ao centrar o foco somente na proteção legal e nos atos que a constituem, a preservação reduz o alcance das políticas de patrimônio, atingindo grupos já familiarizados com a matéria, ao tempo em que provoca distanciamento da intenção a que se destina – o interesse público (LONDRES, 2012).

É importante reconhecer que a construção do patrimônio não se dá através de uma participação igualitária, cujo processo acaba por deixar de lado da memória, determinados grupos, criando uma imagem social restrita, que não contempla a representação do todo e onde alguns se sobressaem aos demais, provocando a não identificação de segmentos

da população com o que é reconhecido oficialmente. Vê-se com isso, a ideia de um patrimônio permeado por fazendas, engenhos e casas de câmara e cadeia, ocupadas por uma elite política, militar e econômica, que forjaram a memória nacional, numa prática muito bem replicada desde os grandes centros urbanos às pequenas localidades (CANCLINI, 1994; SCIFONI, 2012; FLORÊNCIO, 2012).

Nesse âmbito, é desafiador para as políticas públicas criarem e garantirem mecanismos de articulação e participação social, através de uma via de construção coletiva de um patrimônio cultural, que certifique proteção à memória e apropriação social, (re)inserindo esses patrimônios no ambiente coletivo (SCIFONI, 2012).

Os processos educacionais, cujo foco é o patrimônio, devem acontecer de forma a produzir sentidos e percepção nas práticas cotidianas (LONDRES, 2012), considerando que para a valorização do patrimônio numa perspectiva libertadora (FREIRE, 1996), faz-se importante apontar, além dos valores estéticos e formais, os laços afetivos, sociais e simbólicos (SCIFONI, 2012). Nesse contexto, é condicional para a ação educativa, assegurar a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes, que reconhece suas referências culturais, inseridas em contextos de significados, associados à memória social do local (FLORÊNCIO *et al.*, 2014).

A Educação Patrimonial promove o fortalecimento dos vínculos, tanto entre os próprios indivíduos, quanto com o local onde vivem. Valorizar os elementos que constituem o local de origem coopera para a construção de significados e principalmente no processo de pertencimento e vinculação. Os patrimônios favorecem a formação da identidade coletiva, valorizando e preservando a diversidade, reforçando o sentimento de pertença (FILHO; NUNES, 2021).

O desenvolvimento sustentável não pode ser definido sem ênfase naquilo que é entendido como equidade intergeracional (VEIGA, 2015). Produto de uma seleção consciente, o patrimônio é uma comunicação produzida no presente, para dialogar com o futuro (SILVA, 2000; UNESCO, 2015; REVERT, 2019), no intuito de também favorecer a equidade intergeracional abordada por Veiga (2015). Nesse sentido, a Educação Patrimonial é tanto uma importante metodologia de transmissão, como uma política norteadora das ações de gestão nas diversas áreas e âmbitos de um município ou região, por agregar, a partir da ação educativa, “o conhecimento, a preservação e a valorização local, promovendo ainda, inovação e desenvolvimento” (PADOIN, 2021, p. 68).

3.2 Que futuro queremos? Educação para a cidadania, para o desenvolvimento sustentável e os ODS

Num mundo marcado pela diversidade e pluralidade, a cultura assume um papel fundamental no processo de aprendizagem para a formação do indivíduo crítico, participativo, conhecedor de sua origem, preocupado com seu ambiente e com a sociedade, e que possa expressar-se de forma criativa e autônoma para propor transformações em sua própria trajetória de vida e em seu entorno (FREIRE, 2011; DUPIN, 2020). A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural relata que as tradições culturais são as matrizes de onde se originam todas as criações. E por isso, o patrimônio em todas as suas dimensões, deve ser valorizado, preservado e repassado às futuras gerações como testemunho das vivências e anseios humanos, nutrindo a criatividade em toda a sua diversidade. Com isso, poderá ser estabelecido um legítimo diálogo entre as culturas (UNESCO, 2001).

Morin (2000) coloca que compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade e sua diversidade na unidade. Nesse sentido, a valorização da diversidade cultural e o fortalecimento de identidades e alteridades no mundo contemporâneo, encontram um importante aporte na educação patrimonial, que se insere ainda, como um recurso para a afirmação das diversas maneiras de ser e estar no mundo (FLORÊNCIO, 2012). A noção de patrimônio se constitui na ideia de transmissão ao longo do tempo, onde o pressuposto enuncia um capital que estabelece um ativo a ser valorizado não apenas por quem o detêm, mas também pelas comunidades, que de alguma maneira se relacionam com esses bens, cuja transmissão às próximas gerações torna-se um dever (LONDRES, 2012).

As definições em torno do patrimônio cultural, seus significados e suas razões, se transformaram consideravelmente ao longo do século XX e início do XXI. Atualmente, as abordagens são mais complexas e identificam o território como um ponto de encontro dos grupos sociais com seu patrimônio. Para essas abordagens, sem uma valorização cultural do território que ponha em evidência as singularidades de seus recursos e estimule a confiança da comunidade em si mesma e em sua capacidade criativa, torna-se difícil propor e iniciar um processo de desenvolvimento, pensando o patrimônio como “o resultado da dialética entre a humanidade e o meio, entre a comunidade e o território” (NUNEZ, 2016, p. 196).

A preservação dos bens culturais configura-se como uma prática social, posto que as comunidades devem ser as protagonistas na escolha do que caracteriza suas identidades

e na proteção de seus valores culturais. Nesse sentido, os bens culturais se constituem como estrutura dinâmica para a construção coletiva do conhecimento, que para ser efetiva, é imprescindível considerar e integrar as necessidades e expectativas das comunidades envolvidas, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem, construídas de forma dialógica, considerando as especificidades locais (FLORÊNCIO, 2012; TOLENTINO, 2012).

Nesse contexto, a educação patrimonial tem uma função estratégica e decisiva no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, não reduzindo-se à promoção e difusão de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação, colocando-se sobretudo, para além da divulgação do patrimônio (FLORÊNCIO, 2012). Importante colocar que a educação aqui é pensada como processo (FREIRE, 1987) e ainda, como uma prática para a cidadania, ao tempo em que viabiliza a formação crítica, criativa e autônoma dos indivíduos, desenvolvendo a capacidade de agir em seu meio e transformá-lo (CABRAL, 2012).

A educação patrimonial se fortalece no princípio da educação para a liberdade (FREIRE, 1996), uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política, que conforme Tolentino *et al.* (2012), deve agregar as ações com foco no patrimônio cultural e suas dimensões materiais, imateriais, naturais etc. Os autores apontam ainda que os processos educativos também devem buscar a construção coletiva e democrática do conhecimento, primando pelo diálogo constante e percepção crítica da realidade, e da efetiva participação dos agentes sociais possuidores das referências culturais. Com isso, convém estar atento à ideia de que é preciso conhecer para preservar, pois essa afirmativa não se sustenta por si só, na garantia da preservação dos bens culturais. Contudo, as propostas de educação patrimonial devem transpor esse limite, de forma a efetivar a reflexão crítica em busca de transformar a realidade, podendo ainda, ser uma importante ferramenta na afirmação das identidades, onde as pessoas se assumem como seres históricos, pensantes, transformadores e realizadores de sonhos (FREIRE, 2011; TOLENTINO, 2016).

Democracia e participação são aspectos fundamentais, vinculados diretamente à consolidação da cidadania. Conforme Cabral (2012), como direito, a educação vai inclusive permitir e orientar as pessoas para o usufruto de outros direitos conquistados pela sociedade. No âmbito do trabalho com o patrimônio, as ações e estratégias não podem servir a uma simples acumulação de conhecimentos, ao contrário, devem cooperar para a estruturação do tempo e do espaço, desenvolvendo uma educação dos sentidos, a

potencializar a capacidade de ver e despertar a curiosidade, a partir da descoberta do outro (ICHER, 2008).

A dimensão política da educação patrimonial, compreende que tanto a memória quanto o esquecimento são produtos sociais (FLORÊNCIO, 2012) e o patrimônio cultural concebido como elemento social, requer identificar as tensões presentes no processo de seleção e apropriação, envolvendo conflitos e divergências na luta constante entre a memória e o esquecimento (TOLENTINO, 2016). Com isso, torna-se essencial aprender a reconhecer o passado, projetar nele discursos e adesões, extrair saberes, posicioná-lo no âmbito da dignidade e na configuração das nossas identidades e, sobretudo, empregá-lo individual e coletivamente, para apropriar-se, equilibrando sua dimensão transcendente, seu valor simbólico e a multifuncionalidade que o constitui, para usufruir a favor do que queremos ser e fazer na vida (REVERT, 2019).

A pobreza não pode ser entendida somente como a falta de meios para levar uma vida decente, mas também, a perda de conhecimentos e da diversidade cultural e biológica, de bens comuns, a falta de oportunidades, ideias e iniciativas para resolver os conflitos em paz ou dificuldade de empatia com o que é diferente. Conforme postula a UNESCO, “construir a paz nas consciências dos homens e das mulheres”, passa pelo uso do patrimônio cultural de todos os povos (REVERT, 2019, p. 325).

Para que o patrimônio se torne herança (BRUNO, 1998; HORTA, 1999; SILVA, 2000; VARINE, 2012; REVERT, 2019; PADOIN, 2021) é necessário que haja apropriação crítica por parte dos que detém esse patrimônio. Nesse sentido, diferentes abordagens educativas podem dialogar para o reconhecimento dos patrimônios culturais, sua valorização e preservação.

A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) foi articulada para dar ênfase ao papel central da Educação na busca comum pelo desenvolvimento sustentável. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) se propôs a estimular mudanças de atitude e comportamento na sociedade mundial, considerando que as capacidades intelectuais, morais e culturais impõem responsabilidades para com todos os seres vivos e para com a natureza como um todo (UNESCO, 2009).

A proposta da EDS pretende contribuir para mudar o pensamento e a ação das pessoas para alcançarmos um futuro sustentável, buscando diminuir o impacto do modo de vida atual, para as futuras gerações e para o planeta (UNESCO, 2009). Nesse contexto, é mais do que pertinente, considerar a dimensão cultural do ser humano e das

comunidades locais para o alcance de qualquer objetivo que proponha um desenvolvimento centrado nas pessoas e seu ambiente (MARAÑA; ROLDÁN, 2020). A proposta da EDS coloca em evidência a interdependência entre meio ambiente, economia, sociedade e diversidade cultural, no âmbito local e global, considerando o passado, o presente e o futuro, incluindo questões-chave sobre o desenvolvimento sustentável no ensino e na aprendizagem (UNESCO, 2022).

A ação cultural realizada por meio da educação, dispõe e potencializa a consciência das pessoas envolvidas, para que estas possam se encontrar e se organizar em derredor aos elementos originais de sua própria cultura (BRANDÃO, 2018). Em contraponto à ausência da cultura no texto da Agenda 2030 (UNESCO, 2015), assim como em outras iniciativas que a precederam, muitas são as contribuições sobre o papel da cultura e do patrimônio cultural para o desenvolvimento sustentável (REVERT, 2019; DUPIN, 2020; BALTA; PASCUAL, 2020; MARAÑA; ROLDÁN, 2020; MARTINELL, 2020; HARO; VASQUEZ, 2020; GAMA, 2021; LUDERER, 2021).

Em setembro de 2022 foi realizado na cidade do México, a Conferência Mundial da Unesco de Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – Mondiacult 2022 (UNESCO, 2022), quarenta anos após o primeiro Mondiacult, também realizado no México (1982) e vinte e quatro anos após a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, que aconteceu em Estocolmo, na Suécia (1998).

Na última década de ação para a implementação dos ODS, é necessário refletir sobre as políticas culturais no enfrentamento aos desafios globais, traçando prioridades imediatas e futuras. O Mondiacult 2022, buscou ancorar a cultura como bem público global na agenda internacional pós-2030, em vista de assegurar um desenvolvimento, que seja inclusivo e sustentável. O documento final da conferência afirmando a cultura como bem público global, foi assinada por 150 países. “A presente Declaração integra as nossas prioridades comuns e estabelece um programa para o futuro que aproveita plenamente o efeito transformador da cultura para o desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2022, p. 01).

A interpretação e divulgação do patrimônio cultural baseado nos direitos humanos e compreendido como manifestações de gerações anteriores, tanto oportuniza a empatia emocional com os diferentes grupos com os quais convivemos, quanto possibilita esclarecer para nós mesmos, as heranças das “conquistas de liberdades, superação da pobreza e redistribuição de renda, resolução pacífica de conflitos e desenvolvimento humano” (REVERT, 2019, p. 327), abrindo o campo de possibilidades para a

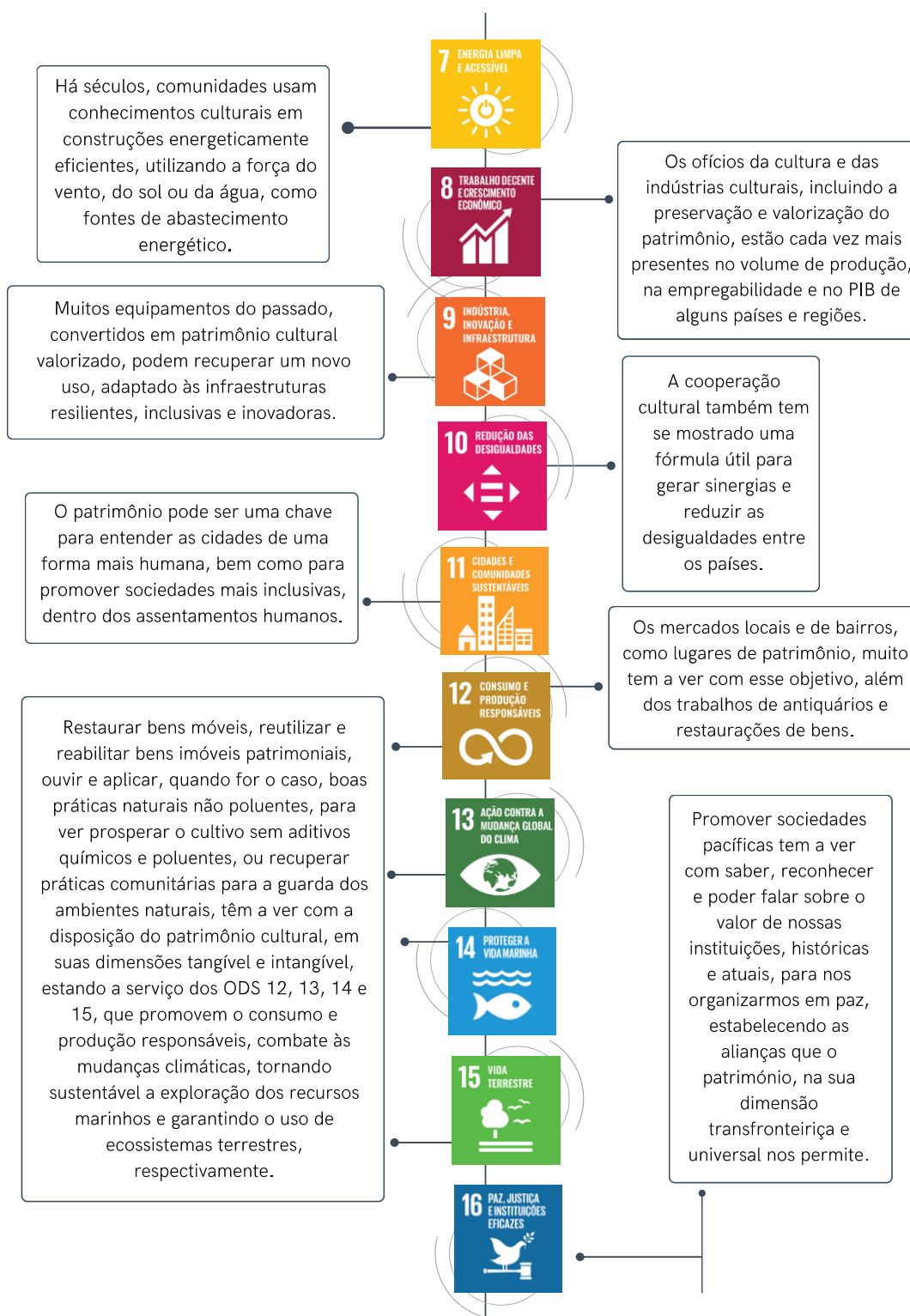
aproximação e articulação do amplo escopo do patrimônio cultural com a Agenda 2030 e os ODS.

No texto *Patrimonio cultural y desarrollo: una mirada a la Agenda 2030 y el rol del patrimonio*, Maraña; Roldán (2020) apresentam uma interessante discussão, analisando a presença e a ausência do patrimônio nos ODS, propostos pela Agenda 2030. Focando o patrimônio numa perspectiva de direitos, os autores identificam dezesseis possibilidades, entre os 17 ODS, que podem mais facilmente, favorecer a implementação dos objetivos de desenvolvimento, integrados na Agenda 2030.

Os bens culturais, materiais ou imateriais, são veículos de transmissão de ideias e conteúdos (FONSECA, 2005). Posto isso, considera-se algumas articulações entre patrimônio cultural e os ODS na **Figura 2**.

Figura 2 – Infográfico abordando o Patrimônio cultural e os ODS





Elaboração: Autores (2023). **Fonte:** Maraña; Roldán (2020).

Essa compreensão pode nos ajudar a ativar uma forma de impactar nossa sociedade, para alcançar níveis melhores de justiça social global (REVERT, 2019). Para a expansão de uma cidadania global ativa com capacidade de gerar impacto social e político, o passado assume uma grande importância para o desenvolvimento humano,

numa abordagem a partir do patrimônio cultural (REVERT, 2019). Nesse sentido a educação patrimonial precisa ser dialógica e democrática, considerando legítimo o conhecimento produzido pelo outro e permitindo às pessoas, agirem e serem sujeitos conscientes de suas capacidades para promover as mudanças necessárias em sua realidade (FREIRE, 2011; FLORÊNCIO, 2012; CABRAL, 2012; TOLENTINO *et al.*, 2012; DEMARCHI, 2016).

3.3 O patrimônio cultural e a cidade: trilhas urbanas em Juazeiro do Norte

Historicamente constituída e transformando-se ao longo do tempo, a noção de patrimônio cultural como herança coletiva, se apresenta como processo simbólico, legitimado social e culturalmente, construído mediante as relações entre os seres humanos e o meio, inter-relacionando os aspectos culturais, naturais, paisagísticos e arqueológicos (PRATS, 1998; PELEGRINI, 2006; CHUVA, 2012).

Concebido como tema transversal e interdisciplinar, o patrimônio cultural potencializa no processo educativo, o uso do espaço público e do território como espaços educativos, sempre atrelados à experiência cotidiana e aos referenciais identitários e culturais das pessoas, e ainda, incentivar a participação das instituições que atuam nos processos educacionais, formais e não formais, no campo da Educação Patrimonial (FLORÊNCIO, 2012; LIMA, 2012; TOLENTINO; BRAGA, 2017).

Conforme o IPHAN (2022), sempre que as pessoas se reunirem para construir e compartilhar conhecimentos, investigar para instruir-se, apreender e transformar suas realidades, estarão, nesse sentido, realizando uma ação educativa. Quando todo esse contexto é vivenciado considerando algo que se refere ao patrimônio cultural, trata-se dessa forma, de Educação Patrimonial.

O trabalho com o patrimônio não deve se propor simplesmente a acumular conhecimentos, de outro modo, deve se ater a objetivos mais estimulantes, como incentivar os estudantes a fazer escolhas através de reflexões críticas e apropriar-se do território em que vivem (ICHER, 2008). Nesse sentido, Londres (2012) coloca que a busca deve ser pautada pelo despertar do educando para a curiosidade e a vontade em conhecer e conviver com os bens culturais, na perspectiva da coletividade, de forma a se apropriar desses bens, como contributo ao desenvolvimento pessoal e cidadão, interrelacionado com os demais e com o mundo, o que reflete positivamente em sua qualidade de vida. A autora reforça, ainda, que desse processo é que se forma o compromisso com a preservação do patrimônio.

No contexto da ação educativa pelo patrimônio aqui defendida, faz-se condição abordar e compreender os conceitos de educação e instrução apresentados por Libâneo (2013). Enquanto a Instrução aponta para a formação intelectual e desenvolvimento das capacidades cognitivas, sob o domínio de conhecimentos sistematizados; a Educação, se configura pelo processo de desenvolvimento da personalidade social e do caráter, envolvendo concepção de mundo, valores e modos de agir, constituindo convicções morais e políticas para os enfrentamentos da vida prática.

Uma multiplicidade de estratégias pode ser pensada e desenvolvida no campo da educação patrimonial, sem perder de vista a adaptação ao contexto e objetivos específicos. Na educação formal, o educador pode envolver os estudantes e a comunidade, considerando os bairros, os modos de viver e a cultura local, numa proposta democrática e emancipatória, onde professores e alunos juntos, constroem um caminho a percorrer (SCIFONI, 2012; TOLENTINO, 2012). Esse tipo de ação alarga o entendimento dos vários aspectos constitutivos do patrimônio e sua relação com a formação da cidadania, identidade, memória e muitos outros elementos que integram o dia-a-dia e não são percebidos em termos de valores (TOLENTINO, 2013).

A cidade é um grande tecido, cuja trama acomoda as diversas narrativas sobre a vida humana em sociedade, as técnicas e os modos de produção, tornando-se decorrência de uma acumulação de diferentes tempos. Ao considerar a cidade para as múltiplas estratégias e ações educativas, é importante pensar o patrimônio no contexto dos processos sociais, tornando o espaço urbano apto a interpretações (SANTOS, 2008; SCIFONI, 2012).

A ecologia dos saberes (SANTOS, 2009) abordada no âmbito da educação patrimonial, favorece a construção coletiva e democrática do conhecimento com a legítima participação dos diferentes atores nos processos de apropriação do patrimônio cultural (TOLENTINO, 2018). Baseada no reconhecimento da pluralidade e da diversidade epistemológica do mundo, a ecologia dos saberes propõe interações dinâmicas através de diálogos horizontais e democráticos (SANTOS, 2009).

Considerando o passado configurado na forma de patrimônio, forjamos leituras e entendimentos que cooperam para compreender a dimensão global da nossa cidadania, a partir da perspectiva local (REVERT, 2019). Em adição aos patrimônios oficializados, dispomos ainda, da capacidade de conceder histórias transmitidas e compartilhadas por meio popular, que de certa forma, contribuem para reconstituir o que o Estado e outros poderes insistem em romper. O exercício de articular patrimônio e desenvolvimento

humano, interpretando-o no âmbito dos direitos humanos e da Agenda 2030, seja nos espaços públicos, museus ou em salas de aula, colabora para diluir as distâncias entre ciências e humanidades. Se aproximar do passado é também de alguma forma, poder transformá-lo (WILSON, 2018; REVERT, 2019).

Desde os últimos anos do século XIX e a primeira década do XX, constantes migrações chegavam ao Juazeiro, vindas de vários estados do Nordeste brasileiro, instigados pelos acontecimentos do milagre da hóstia (1889), protagonizado pelo padre Cícero Romão Batista e a beata Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo. Esse movimento alterou o cotidiano da cidade constituindo uma diversidade de culturas e práticas, constituindo o modo como esses grupos se relacionavam com a natureza e o sagrado (MELO, 2010; ALMEIDA *et al.*, 2021).

Considerando as discussões acima apresentadas, seguem no **Quadro 1**, alguns exemplos de roteiros para a construção de trilhas urbanas em Juazeiro do Norte, que podem e devem ser discutidas e reelaboradas de acordo com o recorte metodológico e o contexto a ser trabalhado, com vistas a integrar os diferentes indivíduos, suas identidades e as diversidades locais.

Quadro 1 – Exemplos de roteiros para a construção de trilhas urbanas

ROTEIROS	LOCAL	REFERENCIAIS
Caminhos da fé	Praça Beata Maria de Araújo (Bairro Centro)	Área do antigo sítio Joazeiro, a partir do qual, a cidade se expandiu; onde também foi construída a primeira capela de Nossa Senhora das Dores. O lugar faz menção à beata Maria de Araújo, mulher negra que foi protagonista do milagre envolvendo também o padre Cícero Romão Batista.
	Rio Salgadinho (Bairro do Socorro)	Identificado como rio Jordão no imaginário popular, constituído pelas narrativas criadas pelos beatos, a partir da correlação estabelecida entre a figura do padre Cícero com Jesus.
	Casa dos Milagres (Bairro do Socorro)	Espaço onde os romeiros expressam através da materialidade, a gratidão pela graça alcançada depositando ex-votos, fotografias, imagens etc.
	Casa da Mãe Dodô (Rua do Horto)	Casa de rezadeiras construída de forma colaborativa, sob a iniciativa da rezadeira popular Maria das Dores dos Santos, conhecida por Mãe Dodô.
	Capela de São Gonçalo (Rua do Horto)	Capela onde grupos populares vivenciam a dança de São Gonçalo em celebração ao santo.
	Colina do Horto (Geossítio Colina do Horto)	Antiga serra do Catolé, o espaço é composto pelo museu vivo, estátua do padre Cícero, a igreja do Bom Jesus do Horto, com destaque para o Caminho Sagrado do Santo Sepulcro, com pequenas capelas construídas pelos beatos. É também um geossítio integrante do Geoparque Araripe.
Em cada quintal, uma oficina	Oficina do mestre Geraldo Freire (Franciscanos)	Mestre relojoeiro e sineiro, um dos últimos mestres desse ofício, em todo o estado do Ceará.

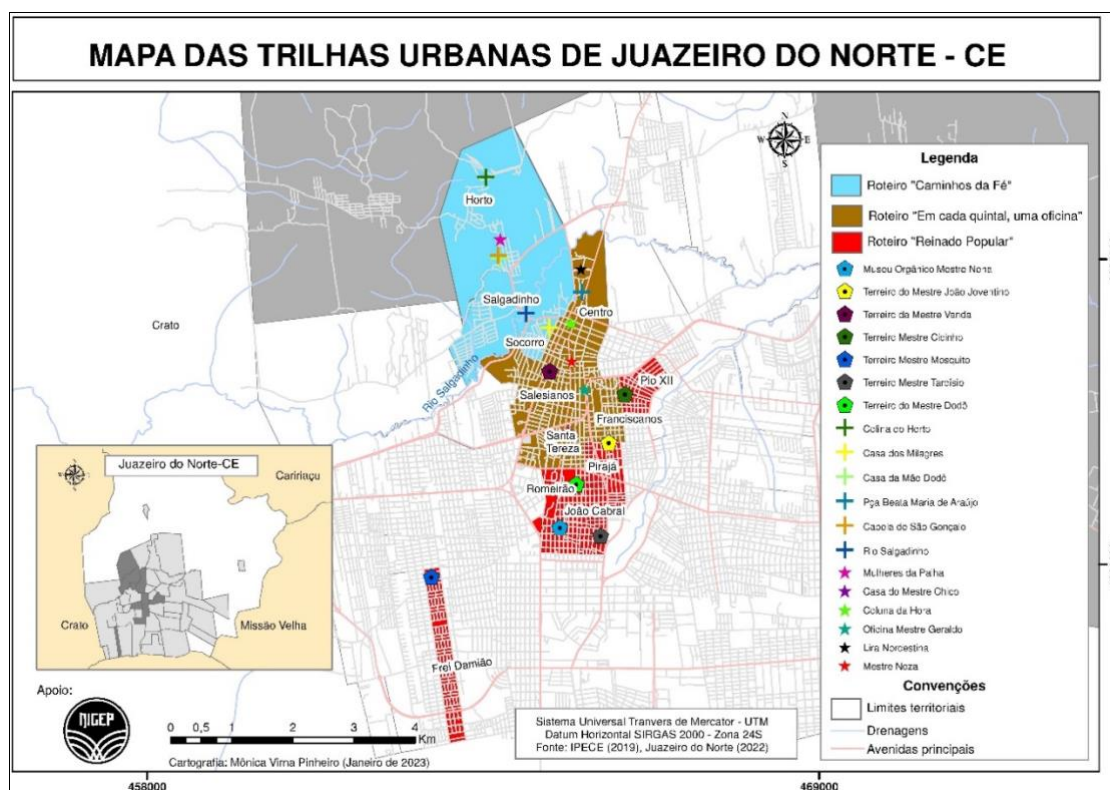
	Coluna da Hora (Bairro Centro)	Edificação construída na década de 1930 para acomodar o relógio mecânico, com marcação das horas e fases da lua, construído pelo mestre Pelúcio Correia de Macedo.
	Casa do mestre Chico (Bairro Santa Teresa)	Residência e oficina do mestre Chico da banda cabaçal Santo Antônio, construtor de zabumbas artesanais.
	Mulheres da Palha (Rua do Horto)	Sede do grupo das Mulheres da Palha, onde as integrantes fazem a guarda da matéria-prima para a produção e se organizam para a confecção e finalização dos produtos. É também espaço de reuniões e vivências do grupo com os visitantes.
	Centro de Cultura Popular Mestre Noza (Bairro Centro)	Espaço que integra oficina, exposição e comercialização de obras de arte popular, com variações estéticas, tipológicas e grande produção de imagens sacras, remetendo ao ofício dos antigos imaginários.
	Lira Nordestina (Bairro Centro)	Espaço de produção e comercialização de xilogravuras, agregando também o antigo maquinário que remete à Tipografia São Francisco, uma das maiores produtoras de cordel do Brasil, no século XX; possuindo ainda um dos mais importantes acervos de clichês (zincogravuras) do país.
Reinado popular	Terreiros dos mestres e mestras brincantes da tradição popular (Bairros Romeirão, João Cabral, Frei Damião, Franciscanos, Timbaúba e Pirajá)	Espaços de convivência entre os brincantes da cultura de tradição popular e as comunidades, através da prática das brincadeiras, em vários bairros da cidade.
	Museu orgânico do Mestre Nena (João Cabral)	Casa-museu do mestre Nena, líder do grupo Bacamarteiros da Paz. O espaço possui fotografias, vestimentas, objetos e painéis, com textos abordando a história e a trajetória do grupo e do mestre, nas expressões da cultura tradicional popular.

Elaboração: Autores (2023). **Fonte:** dados da pesquisa.

Conforme Tolentino (2016), é importante e necessário considerar os usos sociais do tecido urbano na atualidade e os significados atribuídos pelos sujeitos sociais a esses determinados bens culturais. A **Figura 3** mostra a espacialidade da proposta de abordagem do patrimônio cultural em 3 trilhas urbanas em Juazeiro do Norte, uma mais ao norte, vinculada a locais de devoção, uma centralizada, vinculada aos saberes e ofícios, e uma terceira trilha, no sul da cidade, vinculada às formas de expressão. A **Figura 4**, em específico, refere-se à bens culturais da cidade.

Em outras perspectivas, a cartografia participativa, considerada como a representação dos referenciais e territorialidades pelas comunidades locais (SOMBRA *et al.*, 2022), oferece amplas possibilidades para a construção de ações educativas no âmbito da educação formal e não-formal, pela possibilidade de integrar a comunidade e sua visão de mundo, abrindo espaço para outras formas de ver o patrimônio e o contexto social que ele ocupa, além de ampliar as possibilidades de representação do ambiente mapeado.

Figura 3 – Patrimônio e trilhas urbanas em Juazeiro do Norte



Elaboração: Autores (2023). **Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

Ao observar a figura 3, é possível perceber que o patrimônio cultural cria a sua própria extensão espacial, estendendo-se por 12 (doze) bairros da cidade, configurando áreas de ocupação bastante específicas, de acordo com as propostas de roteiros apresentadas. Enquanto, o roteiro “cada quintal, uma oficina” estende-se numa área mais central, possibilitando melhor acesso e maior visibilidade, o roteiro “reinado popular” concentra-se sobretudo, em áreas mais distantes. Essa espacialidade pode também chamar atenção para a ausência de políticas públicas de cultura, uma vez que quase a totalidade das formas de expressão, como os reisados, guerreiros, grupos de coco, entre outros, ocupam áreas distantes de periferias, necessitando de ações articuladas, que possam viabilizar o conhecimento, a valorização e a apropriação dessas expressões, não só por parte de suas comunidades imediatas, mas também, pela população de outras localidades da cidade.

Importante ressaltar, que cada proposta educativa, considerando a abordagem, os objetivos e o público envolvido, irá configurar novas espacialidades e amplas possibilidades de perceber, valorizar e usufruir do patrimônio cultural.

Figura 4 – Bens culturais da cidade de Juazeiro do Norte



Fotos: (a) Augusto Pessoa (2019); (b) Junú (2019); (c) Samuel Macedo (2020). **Legenda:** (a) Ex-votos expostos na Casa dos milagres. (b) Mestre Geraldo Freire e o relógio mecânico. (c) Terreiro do Mestre Antônio do Reisado Discípulos do Mestre Pedro.

No mundo atual, não há nada tão revolucionário e contra-cultural do que a valorização do endógeno. O patrimônio de um território se opõe à pasteurização do mundo promovida por um modelo de consumo de falsas identidades. Esta mescla entre a história de homens e mulheres que transformam a natureza na medida em que forjam a sua própria identidade nesta transformação, está expresso em cada palmo da paisagem. O caminho mais seguro para uma jornada humana a longo prazo e que convoque ao reenvolvimento com o território, exige a retomada de um compromisso com o que metaforicamente envolve e protege de um caminho imprudente: nossas heranças (PADOIN, 2021).

A educação pelo patrimônio é um processo construído coletivamente (ALMEIDA; RIBEIRO; SANTANA, 2021), não sendo pertinente um enquadramento limitante, por apresentar amplas possibilidades metodológicas (SABA, 2021), carecendo de estratégias que permitam a análise crítica para a apropriação do patrimônio local, bem como, contribuir para o exercício de uma cidadania consciente e para o desenvolvimento regional sustentável.

4 CONCLUSÕES

Pensar sobre sustentabilidade requer um posicionamento diferente do habitual, incorporando uma nova mentalidade que possa pautar ações e políticas públicas para esse desafio global. Conforme Maraña; Roldán (2020), uma visão abrangente do patrimônio natural e cultural, deixaria evidente as sinergias entre a sustentabilidade ambiental e a resiliência das comunidades.

Ao promover apropriação dos aspectos culturais e ambientais, por parte dos sujeitos sociais, o patrimônio adquire força para tornar-se um ativo social e político. Em adição, Sen (2000), concebe o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades que as pessoas dispõem, sendo esta a condição que ampara o sujeito como o principal motor do desenvolvimento.

Abordar a educação como processo, significa assumir um posicionamento reflexivo que aporte em uma ação transformadora dos indivíduos e que não se ocupa em reproduzir informações, numa via única, considerando as pessoas envolvidas no processo como receptoras de informações. Em contraponto, é necessário criar programas educacionais comprometidos em abordar a experiência educativa como dispositivo de desenvolvimento e fortalecimento da cidadania, com investimentos para a diminuição das desigualdades sociais, culturais e econômicas, em busca de justiça social e equidade.

Consciente dos significados e valores que envolvem a instrução e a educação, a definição de estratégias e a construção das ações educativas devem se pautar a partir da tomada de posição da educação patrimonial em relação a essas duas abordagens. Nesse sentido, a educação deve ir além de ensinar a ler e escrever, despertar as pessoas para as leituras que o mundo oferece, para que conscientes, essas mesmas pessoas possam criar releituras de si mesmas e do mundo, se apropriando do seu entorno e criando vínculos identitários e de pertença.

O trabalho educativo pela via do patrimônio deve se pautar pela construção dialógica de ações e roteiros educativos, propondo uma mediação comprometida com a integração das particularidades e diversidades locais, ouvindo as comunidades, conhecendo suas histórias, ancestralidades e visões de mundo. Ao identificar as referências culturais que os representam, os sujeitos sociais ampliam o terreno para a mudança social de suas realidades, conscientes do lugar que ocupam na comunidade e no território.

Com a discussão proposta, percebe-se a função primordial da educação, para a conscientização das pessoas e na busca por uma mudança global, atuando para a cidadania e para o desenvolvimento que seja de fato, sustentável. Diante disso, o patrimônio cultural torna-se um mecanismo de ação que cria processos de atuação para o passado, com os olhos postos no futuro. Nesse âmbito, a valorização e a preservação do patrimônio cultural, se dar no âmbito da tomada de consciência, que em Freire (2011) se constitui como uma atitude ativa e crítica diante do mundo em busca de transformar, conceber e agir em favor da própria realidade.

Por fim, os caminhos para a mudança global são muitos, os alinhados e os controversos, carecendo de estratégias capazes de promover e incentivar mudanças de comportamento para que o presente e o futuro sejam mais sustentáveis, considerando a perspectiva do endógeno. Nesse aspecto, o patrimônio cultural é um importante vetor para o desenvolvimento regional sustentável, configurando a cultura como uma dimensão essencial para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, muitas outras discussões são possíveis e podem ser articuladas e como nos provoca Revert (2019), pense, construa e conte aos outros.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento aos artistas Augusto Pessoa, Junú e Samuel Macedo, pelas imagens cedidas para compor este trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. R.; RIBEIRO, H. R. C.; SANTANA, B. B. Terreiro digital: uma análise da I Mostra Virtual Mestres da Tradição em Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. In: III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio, 2021. **Anais [...]**. Portugal: Editora Cravo, 2021. Disponível em <https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/site/anais#R>. Acesso em: 08 mar. 2022.

BALTÀ, J.; PASCUAL, J. A cultura nos ODS: perspectivas a partir da ação local e da agenda 21 da cultura. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, abr.-out. 2020. São Paulo: Itaú Cultural, p. 34-45. ISBN: 2447-7036. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRANDÃO, P. R. Paulo Freire - a educação, a cultura e a universidade: memória de uma história. **Ideação**. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde, v. 20, n. 2, 2018.

BRUDTLAND - **Nosso Futuro Comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRUNO, M. C. O. **Museologia e turismo**: os caminhos para a educação patrimonial. Coordenadoria de Ensino Técnico - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1998. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000975377>. Acesso em: 18 mai. 2021.

CABRAL, M. Educação patrimonial x Educação museal? In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 2. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, p. 95-115, 1994.

CEARÁ (Brasil). **Lei Complementar N° 78**. Diário Oficial do Estado do Ceará. Promulgada em 26 de junho de 2009. Série 3. Ano I. N° 121. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/viacao-transportes-desenvolvimento-urbano/item/5488-lei-complementar-n-78-26-de-junho-de-2009>. Acesso em: 05 dez. 2022.

CHAGAS, Mário. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação**. Dossiê Educação Patrimonial no3, Iphan, jan/fev. 2006.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, v. 4, n. 7, jul-dez, p. 313-333, Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

CHUVA, M, R. R. **Por uma história do Patrimônio Cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

COGAN, A. Educação Patrimonial. In: BERNS, Z.; KAYSER, P. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2 ed. Canoas: UnilaSalle, 2017.

DEMARCHI, J. L. Educação, Patrimônio e sujeitos: diálogo democrático. In: TOLENTINO, A. B.; BRAGA, E. O. **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. [Recurso eletrônico] João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, Caderno Temático 5, 2016.

DEMARCHI, J. L. O que é afinal, Educação Patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 140-162, jan./set. 2018.

DUPIN, G. Contribuição da cultura para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. In: BARROS, J. M. (Org.). **Diversidade cultural e desenvolvimento sustentável** [livro eletrônico] Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, 2020.

FACHINI, C.; CARVALHO, A. V. A terceira margem do rio: um encontro entre natureza e cultura. In: CARVALHO *et al.* (Org.) **Perspectivas Patrimoniais: natureza e cultura em foco**. Curitiba: Editora Primas, 2018, p. 167-201. Disponível em: <https://www.nepam.unicamp.br/perspectivas-patrimoniais-natureza-e-cultura-em-foco/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FILHO; F. F. L.; NUNES, L. A educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e valorização cultural e identitário. In: PADOIN, M. M. *et al.* (Org.). **Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021, p. 159-174. E-book:il. Disponível em: <https://www.ufsm.br/editoras/facos/educacao-patrimonial-em-territorios-geoparques/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

FLORENCIO, S. R. *et al.* **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2 ed. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedi/Ceduc, 2014. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 04 dez. 2022.

FLORÊNCIO, S. R. R. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Estudos Brasileiros, v. 80, 1984.

GAMA, M. Projetos Culturais e a Agenda 2030. XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. [Anais] XVII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). 27-30 jul. 2021, Salvador/BA.

HARRISON, R. Heritage and globalization. In: WATERTON, E.; WATSON, S. (Org.). **The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research**. Nova York: Palgrave MacMillan, 2015. p. 297–312. Disponível em: <http://orcp.hustoj.com/wp-content/uploads/2015/10/ebook-2015-The-Palgrave-Handbook-of-Contemporary-Heritage-Research.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

HARO, M. G.; VASQUEZ, L. Integrando la Agenda 2030 en el sector cultural y creativo. In: MARTINELL, A. (coord.) *et al.* **Revista Cultura y Desarrollo Sostenible: aportaciones al debate sobre la dimensión cultural de la Agenda 2030**. REDS, Madrid, 2020, p. 17-25. Disponível em: https://reds-sdsn.es/wp-content/uploads/2020/04/REDS_Cultura-y-desarrollo-sostenible-2020.pdf. Acesso em: 13 dez. 2022.

HAWKES, J. **The fourth pillar of sustainability: Culture's essential role in public planning**. Melbourne: Cultural Development Network, 2001.

HORTA, M. L. P; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

ICHER, F. (org.). **Regards sur le patrimoine**. Montpellier: CRDP, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama das Cidades: Juazeiro do Norte**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>. Acesso em: 08 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. **Malha Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao->

[do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=sobre](https://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/georreferenciados/index.htm) Acesso em: 20 mar. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Ceará em mapas**. Fortaleza: IPECE, 2019. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/georreferenciados/index.htm> Acesso em: 20 mar. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. Brasília, DF: Iphan, 2007.

JUAZEIRO DO NORTE. **Juazeiro do Norte: o coração do Nordeste**. ALMEIDA, R. R.; OLIVEIRA, R. F. (Org.). Juazeiro do Norte-CE: Biblioteca Pública Municipal Dr. Possidônio da Silva Bem, 2020.

KOVÁCS, M. A dimensão cultural do desenvolvimento: rumo à integração do conceito nas estratégias de desenvolvimento sustentável. In: **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, 2020. São Paulo: Itaú Cultural, p. 21-33. ISBN: 2447-7036. Disponível em: https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final. Acesso em: 20 nov. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed., São Paulo: Cortez, 2013.

LIMA, S. B. de M. Educação Patrimonial é mais Educação! In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. Caderno Temático de Educação Patrimonial, nº. 2. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

LONDRES, C. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 2. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

LUDERER, C. A Agenda 2030 e suas potencialidades para a cultura. In: GAMA, M.; COSTA, P. R. (Org.). **Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura**, p. 193–206. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), 2021.

MARAÑA, M.; ROLDÁN, X. R. Patrimonio Cultural y Desarrollo: una mirada a la Agenda 2030 y el rol del patrimonio. **Revista Periférica Internacional**, v. 21. Disponível em: <https://doi.org/10.25267/Periferica>. Acesso em: 21 nov. 2022.

MARTINELL, A. Cultura e desenvolvimento: uma relação difícil. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, abr-out. 2020. São Paulo: Itaú Cultural, p. 09-11. ISBN: 2447-7036.

MARTINELL, A.; HARO, M. G.; VASQUEZ, L. La cultura e el desarrollo sostenible. In: MARTINELL (coord.) *et al.* **Revista Cultura y Desarrollo Sostenible: aportaciones al debate sobre la dimensión cultural de la Agenda 2030**. REDS, Madrid, 2020, p. 04-07. 17-25. Disponível em: https://reds-sdsn.es/wp-content/uploads/2020/04/REDS_Cultura-y-desarrollo-sostenible-2020.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

MELO, Rosilene Alves. Artes de Juazeiro: imagens e criação no Centro de Cultura Popular Mesre Noza. **Anais... X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos:**

História e Política, UFPE, Recife, 26-30 abr. 2017. ISBN: 978-85-7315-769-7. Recife, 2010.

NUNEZ, L. O. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. **Revista Faces da História**, v.3, n 2, p. 194-212, 2016.

NUSSBAUM, M. C. **Capacidades e justiça social**. In: MEDEIROS, M. Deficiência e igualdade. Brasília: Letras Livres Editora Universidade de Brasília, 2010, p.21-41.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração da Diversidade Cultural**. Unesco, 2001.

Disponível em:

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declarati on_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Resolução Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 e o desenvolvimento sustentável**. Unesco, 2015. Disponível em:

http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declarati on_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em: 22 out. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Cultura e desenvolvimento no Brasil**. 2021. Disponível em:

<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/culture-development-brazil>. Acesso em: 04 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável - **Mondiacult 2022**. Projeto de Declaração final. Cidade do México, 28-30 de setembro de 2022. Disponível em: https://www.segib.org/wp-content/uploads/MONDIACULT_PT_DRAFT-FINAL-DECLARATION_FINAL.pdf.

Acesso em: 18 dez. 2022

PADOIN, M. M. História, território e política: a construção da Quarta Colônia. In: PADOIN, Maria M. *et al.* (Org.). **Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2021, p. 67-88. E-book:il. Disponível em: <https://www.ufsm.br/editoras/facos/educacao-patrimonial-em-territorios-geoparques/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

PASCUAL, Jordi. **Rio +20 e a Dimensão Cultural da Sustentabilidade**. Portal da Cultura, 28 fev. 2012. Disponível em:

https://campuseuroamericano.org/pdf/pt/PO_Advogado_Cultura_Rio+20_Jordi_Pascual.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

PASCUAL, J. La cultura como un pilar del desarrollo sostenible: aportes a un debate ineludible. **Periférica: Revista para el análisis de la cultura y el territorio**, n. 21, p. 136-147, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7698048>. Acesso em: 10 nov. 2022.

PELEGRINI, S. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/PVLJ6HmX7hxYDD9bkdFqYLD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2022.

PRATS, L. **El concepto de patrimonio cultural**. Política y Sociedad, n. 27, p. 63-76, 1998. Disponível em: [prats%20el%20concepto%20de%20patrimonio%20cultural.pdf](#). Acesso em 12 dez 2022.

PORTUGAL. **Educação para a cidadania**: linhas orientadoras. Ministério da Educação e Ciência. Governo de Portugal, 2013. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

REVERT, Ximo. Building a Global Citizenship from Cultural Heritage. **Quaderns de La Mediterrània**. European Institute of the Mediterranean - IEMed. N. 28-29, 2019. ISSN 1577-9297. Disponível em: <https://www.iemed.org/publication/building-a-global-citizenship-from-cultural-heritage/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SABA, A. G. Educação Patrimonial: um caminho para ressignificar a história local. In: III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão e Educação em Patrimônio, 2021. **Anais [...]**. Portugal: Editora Cravo, 2021. Disponível em <https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/site/anais#R>. Acesso em: 17 dez. 2022.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina; CES, 2009, p. 23-72.

SCIFONI, S. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. Caderno Temático de Educação Patrimonial, n 2. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Elsa Peralta. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. In: **Antropológicas**. Lisboa, n. 4, p. 217-224, 2000.

SOMBRA, D.; RODRIGUES, G. P.; PINHO, D. R. Cartografia participativa como diálogo entre saberes: ontologia, epistemologia, metodologia e aplicações na construção social do conhecimento. **Revista Ensaios de Geografia**, v. 8, n 16, p. 45-74, jan.-abr. 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/52257/31945. Acesso: 16 dez. 2022.

TOLENTINO *et al.* O meu quintal é do tamanho do mundo ou reflexões sobre a educação patrimonial. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 2. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

TOLENTINO, A. B. O que é patrimônio cultural para você? In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 2. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

TOLENTINO, A. B. Educação, memória e identidades: enlaces e cruzamentos. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). **Educação patrimonial**: educação, memórias e identidades. Caderno Temático de Educação Patrimonial, n. 3. João Pessoa: Iphan, 2013.

TOLENTINO, A. B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, A. B.; BRAGA, E. O. (ORG.). **Educação patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas [recurso eletrônico]. Caderno Temático 5. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização Federal. **Sillogés** – v.1, n.1, jan.-jul. 2018. ISSN 2595-4830.

VARINE, H. **O patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução: Maria de Lurdes Parreiras Horta. Brasil: Editora Medianeza, 2012. ISBN: 978-85-64713-03-1.

VEIGA, J. E. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

WILSON, E. O. **Los orígenes de la creatividad humana**. Madrid: Crítica, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pôde constatar que os saberes produzidos em Juazeiro do Norte, que fazem referência às identidades e às memórias dos grupos formadores da cidade, potencializam o patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento regional sustentável, considerando a capacidade criadora que os agentes possuem, a partir de seus saberes e expressões culturais.

No entanto, constata-se que a valorização e preservação do patrimônio cultural passa pelo conhecimento e compreensão das dificuldades que uma população tem para vivenciar e se apropriar dos bens culturais, assim como para transmitir e manter as práticas, os saberes e fazeres, entre as diferentes gerações.

Em vista disso, faz-se necessário ressaltar que as políticas de desenvolvimento precisam se constituir em cooperação com o patrimônio cultural, de forma a favorecer a inclusão dos diversos agentes sociais e culturais, articulando ações de preservação e proteção desses patrimônios, que também beneficiem o desenvolvimento sustentável.

Ciente da complexidade presente nessa discussão, buscou-se produzir reflexões que possam contribuir para reforçar a cultura como dimensão da sustentabilidade, articulando patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, um caminho viável, por assim dizer, é a busca por um trabalho multidisciplinar e de representação multilateral, que esteja comprometido com a Agenda 2030 e o alcance dos ODS, apreendendo a valorização e a salvaguarda do patrimônio cultural como premissa para o alcance de sociedades inclusivas e resilientes que possam promover um desenvolvimento que seja de fato, sustentável.

Dessa forma, constata-se que a educação e suas diversas abordagens conceituais e metodológicas, oferecem um interessante aporte para a construção de um planejamento eficaz, que considere as múltiplas necessidades e potencialidades dos diversos grupos sociais, para de forma interdisciplinar, criar ambientes e situações de discussão, que possam subsidiar uma visão transformadora para um mundo mais sustentável, que contemple as gerações atuais e futuras.

Com as análises produzidas foi possível compreender que o desenvolvimento de uma sociedade é uma conquista de articulações complexas, sendo necessário estabelecer diálogos entre as diversas instâncias públicas e privadas, e sociedade civil, em busca de pensar e construir de forma integrada, políticas sustentáveis. O patrimônio por sua vez, percebido e apropriado em seu sentido social, gera pertencimento, com uma grande força para promover qualidade de vida, empoderamento e equidade, criando junto aos diversos

atores sociais, uma importante frente de atuação para a implementação dos ODS, que nesse sentido, configura-se como um importante eixo da política local na governança global.

Nesse sentido, patrimônio e desenvolvimento sustentável se conectam, protagonizando uma relação potente que não se reduz a imprimir respostas prontas, mas que se dispõe a construir caminhos viáveis para uma transformação necessária que melhore as condições de vida de todos os seres, agora e no futuro.

Ao integrar a comunidade e sua visão de mundo, abre-se espaço para novas formas de ver o patrimônio e o contexto social e ambiental que ele ocupa. Nessa perspectiva, a pesquisa foi conduzida, buscando, ademais, disseminar os valores culturais que legitimam os agentes sociais da cidade de Juazeiro do Norte, conferindo a estes, sentimento de pertencimento e auto estima, o que converge intrinsecamente para o desenvolvimento regional sustentável.

A presente pesquisa tem como área de concentração as ciências ambientais, atuando na linha de pesquisa Saúde, Estado e Sociedade, com a sublinha de pesquisa em Geodiversidade, Patrimônio e Sustentabilidade.

As reflexões presentes nesse trabalho buscam contribuir para que o patrimônio seja uma importante via, para a construção de um desenvolvimento pautado em todos os seres, e que o presente e o futuro, possam se assentar nas diversas identidades e memórias, configurando a cultura como uma dimensão essencial para o desenvolvimento sustentável.

Dito isto, o Museu abre as portas e janelas, para que seu patrimônio vivo e dinâmico, possa estar a céu aberto, ocupando as ruas, avenidas e travessas, apropriado e ressignificado no centro e na periferia, a partir de uma geografia que se configura pela diversidade das identidades de um povo. O povo do Nordeste que cabe inteiro no Juazeiro do Norte, que é também do “Padim Ciço”, da “Mãe de Deus” e de todas e todos que por lá chegarem.

ANEXOS

ANEXO A – Versão do Artigo 1 para submissão em periódico**A cidade-oficina: o patrimônio cultural de Juazeiro do Norte e o desenvolvimento regional sustentável**

Regivania Rodrigues de Almeida*
<https://orcid.org/0000-0001-8405-680X>
Marcelo Martins de Moura Fé**
<https://orcid.org/0000-0002-0336-557X>
Mônica Virna de Aguiar Pinheiro***
<https://orcid.org/0000-0002-2268-5413>

RESUMO

As sucessivas migrações que chegaram à Juazeiro do Norte, desde fins do século XIX e início do XX, alteraram o cotidiano do lugar, onde o encontro de múltiplas culturas, forjaram saberes, fazeres e expressões, constituindo importantes referências culturais. Nesse contexto, é indagado sobre a aproximação articulada entre patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável, enredada nos debates sobre a cultura como dimensão da sustentabilidade. Assentada nos conceitos de patrimônio, identidade e memória, é analisado o surgimento das oficinas artesanais em Juazeiro, associadas aos saberes, em representação à diversidade e capacidade criativa, configurando o significado profundo de desenvolvimento, compreendido a nível local.

Palavras-chave: Cultura. Patrimônio Cultural. Saberes. Desenvolvimento Regional Sustentável.

The workshop city: the cultural heritage of *Juazeiro do Norte* and sustainable regional development**ABSTRACT**

The successive migrations that arrived in *Juazeiro do Norte*, from the end of the 19th century and the beginning of the 20th, changed the daily life of the place, where the encounter of multiple cultures, forged knowledge, actions and expressions, constituting important cultural references. In this context, questions are asked about the articulated approximation between cultural heritage and sustainable development, entangled in debates on culture as a dimension of sustainability. Based on the concepts of heritage, identity and memory, the emergence of artisanal workshops in *Juazeiro* is analyzed, associated with knowledge, representing diversity and creative capacity, configuring the deep meaning of development, understood at the local level.

Palavras-chave: Culture. Cultural Heritage. Knowledge. Sustainable Regional Development.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, Universidade Federal do Cariri, Crato, Ceará, Brasil.

** Departamento de Geociências, Universidade Regional do Cariri, Crato, Ceará, Brasil.

*** Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Considerada como um sistema de símbolos, com significados e sentidos próprios, a cultura define identidades e determina padrões segundo os quais o ser humano deve atuar no meio que o circunda, de forma a integrar-se a esse meio, tornando-se parte dele, compartilhando do mesmo sistema simbólico e transmitindo-o entre as gerações (cf. Chacon; Neves, 2011; Santana; Simões, 2015). A cultura passa a ser mais que um substrato da dimensão social da sustentabilidade, colocando-se como um forte eixo de sustentação da vida coletiva, e como tal, pode ser percebida como parte integrante e, ao mesmo tempo, determinante da construção do conceito de sustentabilidade (cf. Chacon; Neves, 2011).

A “localização cultural” dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável-ODS (Agenda 2030) em cada contexto específico; o papel dos conhecimentos tradicionais e das práticas culturais para alcançar as metas estabelecidas; e o reconhecimento das atividades culturais como afirmação da dignidade humana, são três eixos complementares que apontam para a necessidade de continuar promovendo o reconhecimento da cultura nas abordagens do desenvolvimento sustentável (Baltà; Pascual, 2020, p. 34).

Para de fato alcançar a sustentabilidade, é necessário que haja equilíbrio entre os campos do econômico, ecológico e o social, abordando a cultura como uma das dimensões da sustentabilidade, valorizando as pessoas, seus costumes e seus saberes, estabelecendo uma visão holística da sociedade e colocando-se além da gestão dos recursos naturais, em busca de transformar o atual modelo de civilização (cf. Sachs, 2002).

Após os acontecimentos dos fatos extraordinários em 1889, envolvendo o padre Cícero Romão Batista e a beata Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo, o povoado passou a vivenciar outro cotidiano, com as intermitentes levas de pessoas que chegavam à localidade, vindas inicialmente da região do Cariri cearense e, em seguida, de várias partes do Nordeste e do país, alterando a partir de então, a rotina do lugar e dos moradores (cf. Araújo, 2011; Barros, 2014; Cava, 2014).

Nas primeiras décadas do século XX, Juazeiro do Norte tornou-se uma cidade-oficina (cf. Lopes, 2014), onde o cotidiano equalizou sociabilidades, costumes, atividades de produção, práticas e manifestações, criando uma grande diversidade de identidades culturais e memórias, que formaram ao longo das gerações, um importante patrimônio cultural. Nos dias atuais, torna-se relevante considerar a aproximação articulada entre patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável, com vistas a preservar os lugares de memórias, assegurar a qualidade do ambiente e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais, satisfazendo as necessidades do presente e das gerações futuras (cf. Benatti; Silva, 2015). Nesse contexto, considerando a cultura como o fundamento da identidade de cada lugar e catalisador dos processos de integração regional (cf. CGLU, 2015), propõe-se refletir de que forma os saberes se constituem como propulsores do desenvolvimento regional sustentável?

Para que se possa preservar um bem cultural, é importante saber não apenas que ele existe, mas sobretudo, compreender as dificuldades que a população local têm para vivenciá-lo, que tipos de problemas os afetam, como acontecem as transmissões de uma geração para outra, que transformações têm ocorrido, quem são as pessoas que hoje atuam diretamente na manutenção desses saberes, fazeres e tradições, entre vários outros aspectos relativos à existência daquele bem cultural (cf. Brayner, 2012).

Diante disso, o objetivo desse trabalho é apresentar os conceitos de patrimônio, identidade e memória, contextualizando o surgimento das oficinas artesanais em Juazeiro do Norte, correlacionadas à constituição de um diversificado patrimônio cultural, buscando contribuir para que os saberes e fazeres sejam valorizados e preservados como

patrimônio, estimulando a comunidade a usufruir dos bens culturais através do conhecimento e apropriação de seu contexto social e, dessa forma, promover o desenvolvimento regional sustentável.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O roteiro teórico metodológico para buscar esse objetivo foi de abordagem qualitativa, com embasamento teórico centrado nos conceitos de patrimônio, identidade e memória, constituindo-se de uma revisão de literatura e pesquisa documental, seguidas de uma análise integrada dos dados, para refletir sobre a constituição do patrimônio cultural, a partir dos saberes desenvolvidos nas oficinas artesanais em Juazeiro do Norte, correlacionados ao desenvolvimento regional sustentável, compreendendo a cultura, como dimensão da sustentabilidade.

Patrimônio foi considerado como conjunto de bens culturais, representativos da história e da cultura de uma sociedade (cf. Farias, 2011), que relacionado à memória e à identidade, motivam e estruturam a ação coletiva de um grupo social (cf. Rocha, 2020). A identidade não pode existir sem a memória, o que caracteriza desse modo, a definição de patrimônio (cf. Candau, 2010). A memória coletiva se constitui em um contexto social diretamente relacionada a um lugar (cf. Halbwachs, 2006), sendo, portanto, um fator fundamental para a construção da identidade e do sentimento de continuidade e pertença (cf. Pollak, 1992).

Compreendendo o patrimônio como uma herança que se deseja comunicar ao futuro (cf. Silva, 2000), e a cultura como expressão da produção de bens simbólicos que definem as identidades, constituídas numa relação dialógica com o outro, a memória se insere como o reconhecimento e a reconstrução de experiências passadas, numa dimensão atualizada (cf. Hall, 2005; Santana; Simões, 2015).

Realizou-se levantamentos bibliográfico e documental de materiais publicados em periódicos nacionais e internacionais, livros e capítulos, relacionados e vigentes que tratam das temáticas referentes ao patrimônio cultural, bem como informações e documentos oficiais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e das Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Foram consultados periódicos nas áreas de história, ciências ambientais, ciências sociais, história e áreas afins, por meio dos descritores presente no título e nas palavras-chave desse artigo, com delimitação temporal para os anos de 2000 a 2021, considerando as importantes contribuições a partir das mudanças ocorridas nos conceitos e temáticas abordadas. As buscas foram feitas nas plataformas Periódicos CAPES, Google Acadêmico, ShiELO, *Web of Science* e o *Research Gate*, além da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-IBICT) que também foi consultada. A busca foi realizada no período de março e abril de 2022, utilizando os operadores “and” e “or”, a fim de considerar as temáticas abordadas de forma individual e associadas.

A estrutura conceitual e o referencial teórico-metodológico utilizados foram problematizados a partir da concepção de cultura como fundamento da identidade local e dinamizadora de integração regional, abordando o contexto das oficinas artesanais e o desenvolvimento dos saberes em Juazeiro do Norte, cuja análise dos dados foi feita de forma integrada.

Considerando a área de estudo, a Região Metropolitana do Cariri (RMCariri) está localizada na região sul do Ceará, no Cariri cearense e foi instituída pela Lei Complementar nº 78/2009, com o objetivo maior de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. É composta pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que formam o núcleo urbano conhecido como CRAJUBAR, com elevado potencial de desenvolvimento econômico,

além de Caririagu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, (cf. Ceará, 2009).

Figura 1 – Mapa de localização da área de estudo



Elaboração: Marcelo Moura Fé (2021). **Fonte:** IBGE (2018); IPECE (2019).

Com uma área territorial de 258,788 km² (cf. IBGE, 2021), tem estimativa populacional em 2021 de 278.264 (cf. IBGE, 2021), sendo o município com maior densidade demográfica da RMCariiri e o terceiro do Ceará. Possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,694 (cf. IBGE, 2010) e renda *per capita* de R\$17.354,57 (cf. IBGE, 2020).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Do que lembramos e do que esquecemos: patrimônio, memória e identidade

Em suas diversas manifestações, desde os monumentos históricos, museus, práticas tradicionais e formas de artes contemporâneas, a cultura enriquece a vida cotidiana de inúmeras formas. O patrimônio, por sua vez, é uma fonte de identidade e coesão para as comunidades que são afetadas por mudanças e instabilidades econômicas. Tanto o patrimônio como a criatividade, constituem as bases de uma sociedade do conhecimento vibrante, inovadora e próspera (cf. Unesco, 2021).

Para pensar o patrimônio como herança de uma seleção consciente (cf. Silva, 2000), torna-se importante apresentar uma concepção de cultura, pensada como todas as identidades, técnicas, modos de vida e relação entre os grupos, aquilo que constitui a sociedade humana (cf. Burns, 2002) e que abrange as heranças de bens, processos técnicos, hábitos e valores, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais a humanidade se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida (cf. Geertz, 2008; Malinowski, 2009). Da ideia original como propriedade de um indivíduo ou família, vindo do latim *patrimonium*, entendido como herança, bens de família herdado dos ascendentes, a noção de patrimônio cultural é historicamente constituída e ainda tem se transformado no tempo (cf. Choay, 2006; Chuva, 2012; Nunez, 2016).

Para Choay (2006), avançou-se do discurso patrimonial associado às grandes construções e monumentos artísticos do passado para um pensamento referente às identidades coletivas de um povo, de forma a considerar o patrimônio como o conjunto de bens culturais. Numa perspectiva antropológica, buscou-se a partir de então, realizar estudos a partir da existência dos grupos humanos, de modo a contemplar os atores sociais e seus ambientes, nos quais se expressa a atividade humana, passando-se a valorizar as línguas, as crenças, os valores, as relações sociais, os ritos e os comportamentos, percebidos como referências culturais que necessitavam de instrumentos para salvaguarda (cf. Choay, 2006).

Nesse sentido, de um discurso que configurava o conceito de patrimônio restrito somente aos bens materiais, passou-se a considerar os valores simbólicos agregados ao bem cultural, evocando não apenas a história, mas também a memória para seus descendentes. Essa compreensão abriu novas possibilidades de interpretação do patrimônio histórico, reconhecendo a diversidade da existência humana e a inseparabilidade entre os grupos sociais e o meio ambiente (cf. Santana, Simões, 2015).

O Decreto nº. 25 de 1937 estabeleceu como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (IPHAN, 1937, p. 02). Já o Artigo 216 da Constituição Federal de 1988, expandiu o conceito de patrimônio determinado pelo Decreto, substituindo a nomenclatura Patrimônio Histórico e Artístico por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração agregou o conceito de referência cultural e a definição dos bens aptos ao reconhecimento, principalmente os de caráter imaterial (cf. IPHAN, 2021).

Ao abordar o conceito de patrimônio como herança coletiva, pode-se dizer que trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural, que confere a um grupo um sentimento coletivo de identidade, compreendendo o que socialmente se considera merecedor de conservação, envolvendo também o que habitualmente se identifica como patrimônio natural, uma vez que refere-se aos elementos e conjuntos naturais culturalmente selecionados (cf. Prats, 1998).

Considera-se que a cultura produz bens simbólicos que constituem as identidades e configura-se como sistema de representações capaz de produzir as identificações dos sujeitos com o meio no qual estão inseridos (cf. Santana, Simões, 2015). Dessa forma, patrimônio e memória se interrelacionam ao referenciar os conhecimentos que conferem aos grupos sociais, sentimento de pertença a uma determinada cultura ou grupo social. Nesse contexto, a memória confere continuidade histórica e contribui para manutenção e coesão dos grupos, favorecendo a criação de identidades entre seus membros (cf. Halbwachs, 2006; Santana, Simões, 2015; Candau, 2016; Rodrigues, 2017).

Como uma construção social do passado realizada no presente, a memória é produzida a partir das relações constituídas entre indivíduos e grupos (cf. Pollak, 1992; Halbwachs, 2006), e a identidade como fonte de significado e experiência de um povo, numa construção social marcada pela relação dialógica com o outro (cf. Castells, 2010; Rocha, 2020). Um grupo social toma consciência de sua identidade através do tempo, quando considera situações que envolvem seu passado (Halbwachs, 2006).

Assim, memória e identidade se reforçam mutuamente na construção e manutenção das identidades socio/culturais, sendo esta o resultado dos esforços de um grupo ao longo do tempo, na construção da memória (Halbwachs, 2006; Candau, 2016). Para Silva Júnior e Tavares (2018), a relação entre memória e identidade acontece à medida em que a identidade se assenta como patrimônio de significado, criando memória e um discurso que respalde a noção de pertencimento. O sentimento de pertença associa-

se ao conceito de patrimônio cultural, constituindo vínculos de continuidade e afirmação da identidade, a partir da transmissão de saberes e fazeres. “O sentimento de pertencimento e permanência é o pressuposto básico para a construção da identidade”. Por sua vez, ao possibilitar aos sujeitos sociais o conhecimento de suas origens, o patrimônio torna-se também uma representação da memória, vinculando esses sujeitos a experiências individuais e coletivas, que caracterizam uma trajetória de vida (Santana; Simões, 2015, p. 91).

Nesse sentido, percebe-se que o patrimônio cultural é reproduzido e preservado através da memória social, tornando-se a herança cultural do passado, vivida no presente e que será transmitida às gerações futuras (cf. Rodrigues, 2017). Para Candau (2016), patrimônio é identidade em ação. Para Rodrigues (2017), a construção da identidade, individual ou coletiva, não é inalterável e padronizada, ao contrário, apresenta-se como transitória, reinventando-se e transformando-se ao longo do tempo.

Assim como o patrimônio cultural, a memória social também é dinâmica e resultado de uma seleção, considerando que nem tudo que é importante para um grupo será lembrado e repassado para as gerações futuras, compreendendo além do mais, que tanto o patrimônio quanto a memória são espaços de disputa e confronto político (cf. Rodrigues, 2017; Rocha, 2020).

Percebe-se dessa forma, que o patrimônio envolve questões identitárias e de memória social que se relacionam diretamente com o reconhecimento que uma comunidade faz de um bem cultural que lhe pertence (cf. Silva Júnior; Tavares, 2018). No sentido político, o patrimônio é um capital real para o desenvolvimento, um fator de consciência coletiva. Reconhecer a pluralidade de sistemas de conhecimento é crucial para as sociedades sustentáveis (cf. Pascual, 2012).

3.2 Fé e trabalho: o surgimento das oficinas artesanais

O patrimônio é a expressão da identidade histórica e das vivências de um povo (cf. Choay, 2006). Segundo Lefebvre (2011), a cidade é a obra de uma história, de pessoas e grupos que realizam essa obra em condições históricas. Para abordar o surgimento das oficinas artesanais, faz-se necessário recorrer ao contexto histórico da povoação de Juazeiro a partir do século XIX, bem como alguns fatos que se constituem importantes marcos referenciais para o desenvolvimento da produção artesanal, a partir do estímulo aos saberes e ofícios.

A povoação de Juazeiro se formou como a maioria dos aglomerados do Nordeste brasileiro, a partir de uma pequena capela de fazenda, cuja construção foi iniciada em 1827 pelo padre Pedro Ribeiro, que ficava no entroncamento da estrada que ligava a vila de Missão Velha à vila real do Crato. Depois de celebrar algumas vezes no povoado, o recém ordenado Cícero Romão Batista, acompanhado da família, se mudou do Crato para o Juazeiro em 1872 (cf. Oliveira, 2001; Neto, 2009; Barros, 2014; Cava, 2014; Juazeiro do Norte, 2020).

Há um certo consenso entre a literatura memorialista e acadêmica que aborda o contexto social, econômico e religioso de Juazeiro, antes da chegada do Padre Cícero, versando que a povoação apresentava ares de desordem e ignorância, cuja população agia com desrespeito às leis e sem princípios morais. No entanto, notícias veiculadas em jornais estaduais e nacionais, com narrativas sobre as condições sociais e educacionais do lugar, apontam para outra realidade, cuja população vivia em sua maioria, de forma regrada e devotada ao trabalho (cf. Edwiges, 2006; Pinho, 2019). Com isso, pode-se pensar que a conotação de desordem associada ao povoado, fora construída ao longo do tempo (século XX), com o intuito de fortalecer a imagem positiva do padre Cícero como benfeitor.

Em 1º de março de 1889, na capela de Nossa Senhora das Dores, no povoado de Juazeiro, ao receber a hóstia das mãos do padre Cícero, a beata Maria de Araújo sente a partícula transformar-se em sangue em sua boca. O fato ficou conhecido como o Milagre de Juazeiro. Bastante divulgado na imprensa regional e nacional pelo jornalista José Marrocos, motivou a vinda de uma grande quantidade de pessoas à localidade, em busca do amparo do padre santo (cf. Juazeiro do Norte, 2020; Edwiges, 2006; Barros, 2014; Cava, 2014).

O milagre fomentou as romarias, movimento de peregrinação religiosa, que teve início como uma manifestação espontânea da fé popular para reverenciar o Padre e a terra prometida do Juazeiro. Milhares de romeiros continuavam a chegar e a grande maioria se instalava de forma permanente no lugar, em busca de trabalho e melhores condições de vida (cf. Carvalho, 1999; Cava, 2014; Lopes, 2014).

Entre 1890 e 1909, o número de habitantes da pequena povoação aumentou demasiadamente (ARAÚJO, 2011; CAVA, 2014), mantendo nos anos seguintes um crescimento constante, apresentando em 85 anos (1875-1960), um percentual de aumento populacional significativo de 3.324,7% (**Quadro 1**). Para as informações de temporalidade e percentual de aumento do ano de 1890, foi utilizado o ano de 1875 como base, considerando a disponibilidade de dados do referido ano.

Quadro 1 – Crescimento demográfico 1875–1960

ANO	POPULAÇÃO	INTERVALO DE TEMPO	PERCENTUAL DE AUMENTO
1875	2.000	-	-
1890	2.245	15 anos	12,25%
1898	5.000	8 anos	122,7%
1905	12.000	7 anos	140%
1909	15.050	4 anos	25,41%
1920	22.067	11 anos	46,62%
1940	38.530	20 anos	74,60%
1950	56.904	10 anos	47,68%
1960	68.494	10 anos	20,36%

Elaboração: Autores (2022). **Fonte:** Cava (2014); Lopes (2014).

Percebe-se com os dados do quadro 1, o grande aumento de moradores após os acontecimentos do milagre (1889). A chegada constante de romeiros dispostos a fixar residência na localidade, ativava a necessidade de criação de soluções viáveis de sobrevivência. O padre Cícero preocupava-se em gerar ocupação para os recém-chegados, considerando que o sistema agrário local não conseguiria absorver toda a mão-de-obra agrícola, e orientava o desenvolvimento dos ofícios através do dueto *cada sala um oratório, cada quintal uma oficina*, fazendo surgir dezenas de pequenas oficinas artesanais domiciliares, caracterizadas sobretudo em dois tipos: produção de bens de consumo não-duráveis e utilitários, atendendo diretamente a demanda dos moradores; e produção de bens simbólicos, voltados a atender os romeiros e devotos (cf. Holanda, 2009; Araújo, 2011; Cava, 2014; Lopes, 2014; Juazeiro do Norte, 2020, grifo nosso).

Progressivamente Juazeiro ia consolidando a imagem de cidade-oficina, cujo movimento migratório, continuado mesmo após a morte do sacerdote em 1934, foi gradualmente dilatando os limites do espaço urbano, alargando-se no rumo das Malvas (atual bairro de Fátima), serra do Horto e os Ariscos (cf. Barbosa, 1994; Lopes, 2014), que eram as áreas periféricas que se iniciavam na atual rua Santa Luzia, localizada no bairro centro.

Essa apreciação pelo trabalho em pequena escala e diversificado, contribuiu sobremaneira para atrair ao lugarejo um grande número de “artífices e artistas, responsáveis pela riqueza da produção artesanal e pela qualidade da arte popular que Juazeiro apresenta atualmente” (Carvalho, 1999, p. 61). Nesse sentido, as florescentes oficinas artesanais começavam a preparar o terreno e erguer as primeiras colunas para se afirmar como principal atividade econômica de Juazeiro na primeira década do século XX. Ao tempo em que estimulava a produção, o Padre articulava o escoamento através do comércio, fomentando uma ação circular de negócio, como a notória situação em que sugeriu a produção de candeeiros de flandre e criou a procissão de Nossa Senhora das Candeias, em busca de proporcionar assistência espiritual e material, associando fé e trabalho (cf. Holanda, 2009; Araújo, 2011; Cava, 2014). O **Quadro 2** mostra algumas das tipologias utilizadas na produção artesanal desenvolvida na cidade, bem como exemplos de alguns produtos.

Quadro 2 – Tipologias da produção artesanal

TIPOLOGIA	PRODUTOS
Argila	Panelas, pratos, copos, jarras para armazenar água, fogareiro e brinquedos.
Palha	Cestos, vassouras e esteiras.
Sisal	Cordas e vassouras.
Flandre (material estanhado, composto por ferro e aço)	Candeeiros (lâmparas), bacias, fogões, peneiras, funil, canecas para água, ralador e carrinhos de brinquedo.
Ferro e cobre	Foice, enxada, sinos e peças para relógios de torre.
Ouro e prata	Medalhas, brincos, anéis, alianças e terços religiosos.
Couro	Sapatos, cintos, bancos, chapéus, baús e camas.
Madeira	Estatuetas, terços religiosos, cadeiras, mesas, bancos, camas, colheres, conchas, filtros para cachaça, pilão, revólveres, espingardas e apitos para atrair passarinhos.
Algodão	Tecidos para lençol e roupas, redes para dormir, sacos para grãos e cordão.

Elaboração: Autores (2022). **Fonte:** Barbosa (1994); Melo (2010).

Seguindo a máxima “de dia trabalho, de noite oração” (OLIVEIRA, 2001; JUAZEIRO, 2020), os habitantes do povoado desenvolveram saberes e fazeres que constituíram importantes referências culturais, ao tempo em que também incrementaram a produção artesanal, que foi ao longo da primeira metade do século XX, diversificando a produção e ampliando o comércio, fazendo de Juazeiro um verdadeiro quintal de ofícios.

3.3 Um quintal de ofícios: a atividade artesanal e o desenvolvimento regional

De uma configuração eminentemente agrícola, a povoação de Juazeiro passou progressivamente, desde o início do século XX, a se desenhar como um crescente núcleo urbano, onde “a materialidade do espaço econômico guarda vinculação direta com a imaterialidade da fé” (Araújo, 2011, p. 49).

O plantio e o beneficiamento do algodão, bem como investimentos em maquinários, também favoreceram a produção de artigos artesanais. Menezes e Alencar (1989) mencionaram que em 1902, a primeira máquina de descaroçar algodão foi instalada na rua do Salgadinho (atual rua Leandro Bezerra), seguida da máquina a vapor comprada pelo padre Cícero em 1909, com o intuito de aumentar a produção e atender as demandas dos pequenos teares locais, além de valorizar o produto para exportação.

O **Quadro 3** apresenta o vertiginoso crescimento da povoação em relação à ocupação do espaço territorial e às atividades econômicas.

Quadro 3 – Caracterização do povoado de Juazeiro em 1872 e 1909

ANO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
1872	<p>Possuía 2 mil habitantes, 4 ruas, 1 travessa, 1 capela, 32 casas (em sua maioria, cobertas de palha), 1 escola, 1 poço comunitário, 5 engenhos, 5 casas de farinha, 1 oficina de ferreiro e 1 cemitério.</p> <p>Atividade eminentemente agrícola, com um sistema de trocas favorecido por uma pequena feira realizada ocasionalmente com a passagem de mercadores pela localidade.</p>
1909	<p>Registro de 15.050 habitantes, 18 ruas, 4 travessas, 2 praças, iluminação à querosene com posteação.</p> <p>Possuía 23 engenhos com produção de açúcar, rapadura e álcool, 35 casas de farinha, 2 máquinas de descaroçar algodão mecânicas e 1 a vapor, 18 escolas particulares e 2 públicas, 2 farmácias, 2 padarias, 3 barbearias, 10 lojas de tecidos e artigos de aviamentos, 20 bodegas, 20 armazéns, 1 jornal impresso, 1 tabelião, 1 estação telegráfica, 1 coletoria estadual, 1 agência dos correios, 1 tipografia, 2 igrejas, 2 cemitérios.</p> <p>Grande produção artesanal em 138 oficinas (sapateiros, imaginários, carpinteiros, alfaiates, fogueteiros, funileiros, ferreiros, ourives, louceiras etc.), além de uma feira realizada semanalmente, no quadro da Matriz.</p>

Elaboração: Autores (2022). **Fonte:** Menezes; Alencar (1989); Barbosa (1994); Edwiges (2011); Cava (2014).

Nas primeiras décadas do século XX, algumas oficinas começaram a modificar-se, com artesãos deixando o espaço doméstico para instalarem-se no centro do povoado (**Figura 2**), em ambientes mais amplos e equipados com máquinas, ganhando maior visibilidade e, também, possibilitando melhor comercialização da produção (cf. Cava, 2014). Importante ressaltar que ao tempo em que alguns ofícios como sapateiros, doceiros, alfaiates, ourives etc., conseguiram instalar-se no centro da cidade, outros continuaram a produzir em espaços domésticos na periferia da cidade, sob a trama das desigualdades sociais que compunham o espaço urbano. Essas desigualdades sociais em variados contrastes, foi muito bem abordada por Lopes (2014).

Figura 2 – Exemplos de oficinas instaladas no centro da cidade



Fonte: Acervo Museu UFCA (s/d.). **Legenda:** (a) Sapataria Maximiano (R. São Francisco). (b) Detalhe do jornal “O lavrador” de 1937, anunciando a Tipografia “O Joazeiro” instalada na rua São José. (c) Alfaiataria e Camisaria Iracema (Rua São Pedro). (d) Área interna da Alfaiataria e Camisaria Iracema, onde vê-se o alfaiate Expedito Lima e seus ajudantes.

A produção que continuava a ser feita na periferia, ganhava o centro da cidade para comercialização através das feiras livres, que conforme Porto Alegre (1984), são importantes espaços de encontros sociais e trocas simbólicas e econômicas. Geraldo Menezes Barbosa (1994, p. 66) e Menezes e Alencar (1989) relatam que em 1924, contando com mais de sessenta ruas, a cidade mantinha uma feira artesanal permanente denominada de “feira nova”, ocupando a área que atualmente se encontra o mercado central, e uma outra feira semanal, que ocupava desde a praça Padre Cícero, subindo pela rua São Pedro até as proximidades da rua Santa Luzia, conforme mostra a **Figura 3**. Nos anos seguintes, as feiras se encontraram, alargando ainda mais a área de comércio da cidade.

Figura 3 – Expansão da feira livre a partir da década de 1920.



Fonte: Acervo Museu UFCA (s/d.). **Legenda:** (a) Detalhe da feira livre, ladeando a praça Padre Cícero. (b) Ângulo da feira se deslocando em direção à rua São Pedro, chegando até o cruzamento com a rua Santa Luzia, onde se iniciava o Arisco, então, periferia da cidade.

A visão social, política e religiosa do padre Cícero subsidiava a intenção em amparar os recém-chegados, orientando para o trabalho, com incentivo à construção da autonomia e autossustentação, através de um método: o desenvolvimento de um ofício. Nesse sentido, a produção diversificada das oficinas, o comércio e a nascente indústria artesanal, promoveram o crescimento da povoação e fertilizaram o terreno para o desenvolvimento local, através da consolidação do ideário de prosperidade defendido pelo padre Cícero (cf. Holanda, 2009). No entanto, esse rápido crescimento populacional também abriu espaço para desigualdades sociais, caracterizadas na composição de fronteiras que configuravam diferentes territórios urbanos (cf. Lopes, 2014).

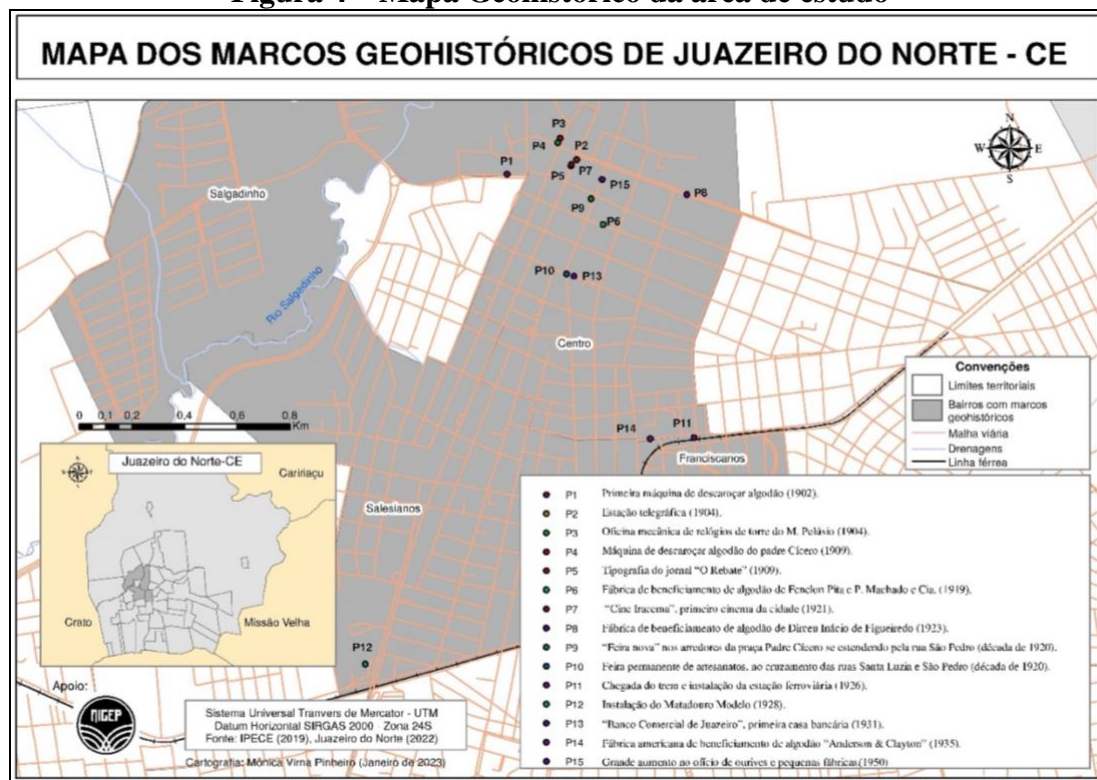
Com o fortalecimento da dimensão do trabalho aliado à fé (cf. Araújo, 2011), foi possível alcançar um dinamismo econômico fomentado pelo surgimento das inúmeras oficinas e pequenas fábricas, que foram aumentando e diversificando a produção para atender às crescentes demandas de consumo da cidade, tendo como exemplo, a indústria de velas, foguetes e artigos religiosos, como rosários, crucifixos, escapulários, além de medalhas de Nossa Senhora das Dores, do padre Cícero e da beata Maria de Araújo, que inicialmente eram feitas de madeira e barro e, posteriormente, de latão, prata e ouro, sendo vendidos localmente e escoados para mercados de todo o Nordeste do Brasil. Na década de 1950, os artesãos ourives aumentaram tanto, que Juazeiro do Norte ganhou notoriedade como a cidade do interior do Brasil com o maior número desse profissionais (cf. Barros, 2014).

Percebe-se que na primeira metade do século XX, a cidade vivenciava outra dinâmica socioeconômica, moldando uma nova geografia, subsidiada pelo aumento da produção artesanal e a consequente ampliação do comércio; além da instalação de indústrias de beneficiamento de algodão; a ampliação da feira livre; a chegada do trem, através do prolongamento da estrada de ferro de Baturité; a instalação do matadouro modelo, entre outros, ocupando além da extensão central, outras áreas distantes do centro da cidade, como pode ser visto no Mapa Geohistórico (**Figura 4**).

Nesse sentido, considera-se que a cultura é o âmago da coesão social e do desenvolvimento de uma economia fundada no saber, adquirindo formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade (cf. UNESCO, 2001). É pertinente ressaltar a importância da atividade artesanal e seu contexto de origem, por caracterizar modos de vida, conhecimentos tradicionais e práticas culturais dos grupos sociais de Juazeiro do Norte, forjando um diversificado Patrimônio Cultural. Nesse sentido, a cultura tem a capacidade de integrar todas as dimensões da sustentabilidade (cf. Pascual, 2012), por representar a diversidade e a capacidade criativa dos povos (cf. Revert, 2019), configurando o significado profundo de desenvolvimento, compreendido somente a nível local (cf. Pascual, 2012).

A ideia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo na contemporaneidade, fundada pelo processo de invenção cultural que avaliza a humanidade como agente transformador do meio, efetivando suas potencialidades (cf. Furtado, 2000; Veiga, 2005). Considerando que o patrimônio imaterial está no cerne da vida cultural e do desenvolvimento comunitário (cf. Varine, 2012), percebe-se que a valorização e preservação do Patrimônio Cultural como herança coletiva, confere aos seus agentes sociais sentimento de pertencimento, auto estima, equidade e qualidade de vida, condições que se relacionam diretamente com a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (cf. Revert, 2019), o que potencializa o Patrimônio Cultural como vetor de Desenvolvimento Regional Sustentável.

Figura 4 – Mapa Geohistórico da área de estudo



Elaboração: Autores (2023). **Fonte:** Menezes; Alencar (1989); Barbosa (1994).

Uma grande parte dos rendimentos que movimentou Juazeiro provinha das relações comerciais mantidas pelas oficinas artesanais e pequenas indústrias, com outras cidades da região (LOPES, 2014), sendo pertinente considerar que a continuidade e o aumento constante da quantidade deromeiros ao longo do século XX, teceu uma marca identitária para a cidade de Juazeiro do Norte, como a cidade da fé e do trabalho (cf. Holanda, 2009), amparada nos saberes e ofícios, cujos valores e sentidos promovem sentimento de pertença ao lugar, tornando-se elo de identificação cultural, vetor de transmissão e compartilhamento de experiências vividas (cf. Santana, Simões, 2015), onde o reconhecimento da diversidade reforça a sustentabilidade (cf. Pascual, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre cultura e desenvolvimento sustentável não é uma novidade, ao contrário, tem sido bastante abordada em discussões empreendidas pelas Nações Unidas e articulada por outras Organizações em nível mundial. Nesse cenário, este trabalho busca contribuir para as discussões acerca da capacidade transformadora que a cultura exerce para o desenvolvimento regional sustentável.

É importante perceber que seja ocupando estabelecimentos fixos ou a céu aberto, nas feiras livres, os ofícios, desenvolvidos a partir dos saberes e fazeres, favoreceram um cotidiano rico em experiências e expresso em culturas, ao tempo em que fertilizaram o terreno para o desenvolvimento regional através da diversificação da produção artesanal e a ampliação do comércio, criando um importante referencial identitário e de memória histórica e social para a cidade de Juazeiro do Norte.

As identidades se constroem a partir de visões do passado, que funcionam como pontos de referência para os grupos sociais e fornecem coerência, no tempo, a seus quadros de representação simbólica (cf. Santana, Simões, 2015). As oficinas artesanais, pautadas nos saberes e ofícios, constituíram ao longo dos anos (século XX), a produção

de bens materiais e imateriais, um importante patrimônio cultural que, nesse contexto, torna-se a contribuição criativa da comunidade de Juazeiro do Norte ao seu próprio desenvolvimento local e também regional, que conforme coloca a Unesco (2015), é a cultura, como fundamento da identidade de cada lugar, que promove integração regional e desenvolvimento sustentável.

Com isso, à medida em que se relaciona patrimônio, identidade e memória, percebe-se a importância que os ofícios artesanais possuem para o patrimônio cultural da cidade de Juazeiro do Norte, cujo conhecimento e apropriação promovem a valorização e a preservação dos bens culturais, ao passo em que estimulam a população a usufruir desse patrimônio e, dessa forma, promover o desenvolvimento regional sustentável. Contudo, conclui-se que para a continuidade dessa discussão torna-se relevante conhecer os agentes que atualmente exercem alguns desses ofícios na cidade de Juazeiro do Norte, bem como, suas motivações, benefícios e dificuldades quanto aos seus saberes, fazeres e formas de organização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Regivania *et al.* (2021), “Terreiro digital: uma análise da I Mostra Virtual Mestres da Tradição em Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil”.

<https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/site/anais#R>. Consultado em: 08/03/2022.

ARAÚJO, Maria de Lourdes. (2011), *A cidade do Padre Cícero: trabalho e fé*. Fortaleza: Editora IMEPH.

BALTÀ, Jordi.; PASCUAL, Jordi. (2020), “A cultura nos ODS: perspectivas a partir da ação local e da agenda 21 da cultura”. *Observatório Itaú Cultural*, São Paulo, 27(0): 34-45, outubro.

BARBOSA, Geraldo. (1994), *História do Padre Cícero ao alcance de todos*. Juazeiro do Norte, CE: Edições ICVC.

BARROS, Luitgarde. (2014), *Juazeiro do Padre Cícero, a terra da mãe de Deus*. Fortaleza: Editora IMEPH.

BENATTI, Camila; SILVA, Rafael. (2015), “Patrimônio Cultural: Desafios para o desenvolvimento sustentável”. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, 13(0): 178-196, junho.

BRAYNER, Natália. (2012), *Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais*. Brasília, DF: Iphan.

BRASIL. (1988), “Constituição da República Federativa do Brasil”. *Documento da Casa Civil*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Consultado em: 10/03/2022.

BURNS, Peter. (2002), *Turismo e Antropologia: uma introdução*. Tradução: Dayse Batista. São Paulo: Chromos.

CANDAU, Joel. (2016), *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto.

CARVALHO, Gilmar. (1999), *Madeira matriz: cultura e memória*. São Paulo: Annablume.

CASTELLS, Manuel. (2010), *The Power of Identity*. Oxford: Wiley-Blackwell.

- CAVA, Ralph Della. (2014), *Milagre em Joazeiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CEARÁ. (2009), “Lei Complementar Nº 78”. *Assembléia Legislativa do Estado do Ceará*. <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/viacao-transportes-desenvolvimento-urbano/item/5488-lei-complementar-n-78-26-de-junho-de-2009>. Consultado em: 14/03/2022.
- Cidades y Gobiernos Locales Unidos–CGLU. (2015), “Cultura 21: Agenda 21 de la Cultura”. <https://www.agenda21culture.net/es/documentos/cultura-21-acciones>. Consultado em: 18/03/2022.
- CHACON, Suely; NEVES, Francisco. (2011), *O papel da cultura na construção da sustentabilidade: um olhar a partir do assentamento agrifama no Cariri cearense*. In: MATOS, Kelma. (Org.). Educação ambiental e sustentabilidade III. Fortaleza: Edições UFC, pp. 145-149.
- CHOAY, Françoise. (2006), *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação da Liberdade: Unesp.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. (2012), “Por uma história da noção de Patrimônio Cultural no Brasil”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 34(0): 147-165.
- COUTINHO, Graça. (2001), “Mosaico da memória”. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 147(0): 101-106, dezembro.
- EDWIGES, Sávio. (2006), *Padre Cícero e a verdadeira origem da povoação do Juazeiro*. Fortaleza: Editora Premium.
- EDWIGES, Sávio. (2011), *História de Juazeiro do Norte*. Fortaleza: Editora Premium.
- FARIAS, Taíse. (2011), *Patrimônio cultural: a indissociabilidade do patrimônio material e imaterial na cidade de Pombal/PB*. João Pessoa, 143 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2011.
- FURTADO, Celso. (2000), *Introdução ao Desenvolvimento*. Enfoque Histórico-Estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GEERTZ, Clifford. (2008), *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- HALL, Stuart. (2005), *A Identidade cultural da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- HALBWACHS, Maurice. (2006), *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- HOLANDA, Laudícia. (2009), *O político Padre Cícero: entre a religião e a cidadania*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional–IPHAN. (1937), “Decreto-Lei Nº 25”. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto%20no%2025%20de%2030%20de%20novembro%20de%201937.pdf). Consultado em: 15/03/2022.
- _____. (2021), “Patrimônio Cultural”. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Consultado em: 10/03/2022.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE. (2010), “Índice de Desenvolvimento Humano–IDH”. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/juazeiro-do-norte.html>. Consultado em: 14/03/2022.
- _____. (2018), “Malha Municipal”. <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=sobre>. Consultado em: 20/03/2022.
- _____. (2021), “Cidades e Estados”. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/juazeiro-do-norte.html>. Consultado em: 20/03/2022.
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará–IPECE. (2019), “Ceará em mapas”. <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/georreferenciados/index.htm>. Consultado em: 20/03/2022.
- JUAZEIRO DO NORTE. (2020), *Juazeiro do Norte: o coração do Nordeste*. ALMEIDA, Regivania; OLIVEIRA, Renato. (Org.). Juazeiro do Norte: Biblioteca Pública Municipal Dr. Possidônio da Silva Bem.
- LEFEBVRE, Henri. (2011), *O direito à cidade*. São Paulo: Centrauro.
- LOPES, Regis. (2014), *O meio do mundo: território sagrado em Juazeiro do Padre Cícero*. Fortaleza: Imprensa Universitária.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (2009), *Uma teoria científica da cultura*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- MELO, Rosilene. (2010), “Artes de Juazeiro: imagens e criação no Centro de Cultura Popular Mestre Noza”. https://scholar.google.com.br/citations?view_op=list_works&hl=pt-BR&hl=pt-BR&user=GpBWU1QAAAAJ. Consultado em 12/03/2022.
- MENEZES, Fátima; ALENCAR, Generosa. (1989), *Homens e Fatos na História do Juazeiro*. Recife: Universitária–UFPE.
- NETO, Lira. (2009), *Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NUNEZ, Lorraine. (2016), “As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo”. *Faces da História*, São Paulo, 3(2): 194-212, dezembro.
- OLIVEIRA, Maria Amália. (2001), *O Padre Cícero que eu conheci*. Fortaleza: Premius.
- Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura–UNESCO. (2001), “Declaração da Diversidade Cultural”. http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Consultado em: 22/04/2022.
- _____. (2015), “Plano de Trabalho de Cultura para a América Latina e Caribe, 2016-2021”. (2015). https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244353_por. Consultado em 22/04/2022.

- _____. (2021), “Cultura e desenvolvimento no Brasil”.
<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/culture-development-brazil>.
 Consultado em 11/03/2022.
- PASCUAL, Jordi. (2012), “Rio +20 e a Dimensão Cultural da Sustentabilidade”.
https://campuseuroamericano.org/pdf/pt/PO_Advogando_Cultura_Rio+20_Jordi_Pascual.pdf. Consultado em 08/04/2022.
- PINHO, Maria de Fátima. (2019), *Padre Cícero: anjo ou demônio? Teias de notícias e ressignificações do acontecimento padre Cícero, 1870-1915*. Niterói, 416 p. Tese (Doutorado) Universidade Federal Fluminense.
- POLLAK, Michael. (1992), “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 10(5): 200-212, julho.
- PORTO ALEGRE, Sylvia. (1994), *Mãos de Mestre: itinerários da arte e da tradição*. São Paulo: Maltese.
- PRATS, Llorenç. (1998), “El concepto de patrimonio cultural”. *Política y Sociedad*, Madrid, 27(0): 63-76.
- RABELLO, Sylvio. (1967), *Artesãos do Padre Cícero: condições econômicas e sociais do artesanato de Juazeiro do Norte*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
- REVERT, Ximo. (2019), “Construir una ciudadanía global desde el patrimonio cultural”. *Quaderns de La Mediterrània*. Barcelona, 28-29(0): 322-329.
- ROCHA, Aline. (2020), “Quando o patrimônio se movimenta: memória e identidade como estruturantes da ação coletiva”. In: OLIVEIRA, Gerciane; VIEIRA, Kyara (Org.). *Patrimônio, povos do campo e memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação*. Mossoró: UFERSA, pp. 33-45.
- RODRIGUES, Donizete. (2017), “Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos”. *Revista Letras*. Macapá, 4(7): 337-361, julho.
- SACHS, Ignacy. (2002), *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SANTANA, Gisane; SIMÕES, Maria de Lourdes. (2015), “Identidade, memória e patrimônio: a festa de Sant’Ana do Rio do Engenho, Ilhéus (BA)”. *Textos Escolhidos de Cultura e artes populares*. Rio de Janeiro, 1(12): 87-102.
- SILVA, Elsa Peralta. (2000), “Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural”. *Antropológicas*. Lisboa, 4(0): 217-224.
- SILVA JÚNIOR, Josemar; TAVARES, Ana Lúcia. (2018), “Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social: suas interfaces com a sociedade”. *Ciência da Informação*. Maceió, 5(1): 3-10, abril.
- Universidade Federal do Cariri–UFCA. (s/d.), “Acervo de imagens históricas”. Museu da UFCA.

VARINE, Hugues de. (2012), *O patrimônio a serviço do desenvolvimento local*.
Tradução: Maria de Lurdes Parreiras Horta. Brasil: Editora Medianez.

VEIGA, José Eli da. (2015), *Para entender o desenvolvimento sustentável*. São Paulo:
Editora 34.

ANEXO B – Comprovante de submissão ao periódico Tempo Social

The screenshot shows an email client interface. At the top, there is a search bar with the text "Pesquisar no e-mail" and a "Pesquisar" button. To the right of the search bar are icons for "Ativo", a help icon, a settings gear, a grid icon, and the UFCA logo. Below the search bar is a navigation bar with icons for back, forward, delete, reply, reply all, print, and share. The main content area displays an email from "Alexandre Braga Massella via Portal de Revistas da USP" with the subject "[TS] Agradecimento pela submissão". The email body contains a thank you message from Regivania Rodrigues de Almeida, mentioning the submission of a manuscript titled "A cidade-oficina: o patrimônio cultural de Juazeiro do Norte e o desenvolvimento regional sustentável" to the journal "Tempo Social". It also includes a URL for the submission: <https://www.revistas.usp.br/ts/authorDashboard/submission/207592>. At the bottom of the email, there are two buttons: "Responder" and "Encaminhar".

Pesquisar no e-mail

Ativo

UFCA

4 de 1,125

[TS] Agradecimento pela submissão Externa Caixa de entrada x

Alexandre Braga Massella via Portal de Revistas da USP
Regivania Rodrigues de Almeida: Obrigado por submeter o manuscrito, "A Cidade-oficina: o patrimônio cultural de Juazeiro do Norte e o desenvolvimento regional s

qui., 2 de fev. 14:10 (há 1 dia)

Alexandre Braga Massella via Portal de Revistas da USP <portalderevistas@usp.br>
para mim

qui., 2 de fev. 14:54 (há 1 dia)

Regivania Rodrigues de Almeida:

Obrigado por submeter o manuscrito, "A cidade-oficina: o patrimônio cultural de Juazeiro do Norte e o desenvolvimento regional sustentável" ao periódico Tempo Social. Com o sistema de gerenciamento de periódicos on-line que estamos usando, você poderá acompanhar seu progresso através do processo editorial efetuando login no site do periódico:

URL da Submissão: <https://www.revistas.usp.br/ts/authorDashboard/submission/207592>

...

Responder Encaminhar